



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**Informação Anual de 2014
do Procurador-Geral da República
à Assembleia da República**

Abril de 2014

No estrito respeito da Constituição da República e da legislação ordinária¹ eis o Procurador-Geral da República a apresentar a Informação Anual à Assembleia da República sobre o Estado Geral da Justiça.

A informação que apresentamos aborda como grandes indicadores os domínios organizacional, controlo da legalidade, criminalidade, desempenho processual, acidentes de viação, combate à corrupção, conclusões e perspectivas.

I. ORGANIZAÇÃO

Quanto à organização, quatro desafios dominaram a nossa acção, nomeadamente: 1) a cobertura territorial; 2) a capacitação institucional; 3) a gestão disciplinar; 4) a articulação com outras instituições.

Com um efectivo de 356 procuradores e tendo em vista o desiderato de aproximar a justiça ao cidadão passamos a cobrir 130 distritos, com destaque para dois novos, nomeadamente, Chimbonila em Niassa e Marara em Tete; contamos, igualmente, com um efectivo de 1.618 funcionários da Procuradoria, contra 1.433 do período anterior.

Os tribunais judiciais, por sua vez, passaram a cobrir 123 distritos, com um total de 297 juízes, assistidos por 2.755 funcionários, sendo de destacar neste domínio, o funcionamento dos tribunais superiores de recurso e as sub-procuradorias-gerais; funcionam e em processo de consolidação permanente 7 tribunais administrativos de província, 6 fiscais e 3 aduaneiros, com funções regionais, contando esta jurisdição com 1.345 funcionários e 61 juízes.

¹ Cfr artigo 239 n° 3 da CRM e artigos 20 n° 4 da Lei n° 22/2007, de 1 de Agosto, e artigo 204 n° 3 do Regimento da AR, aprovado pela Lei n° 17/2013, de 12 de Agosto.

Realizamos acções de formação sobre diversas matérias de especialidade dentro e fora do País, que abrangeram magistrados, oficiais da Polícia e funcionários aos diversos níveis do sector da justiça.

De igual modo, o Governo prosseguiu com a criação de condições de instalação dos tribunais e das procuradorias, sendo de destacar a inauguração do edifício do Tribunal Administrativo, a conclusão do edifício da Procuradoria Provincial de Gaza, dos Palácios de Justiça de Ribaué em Nampula e de Massinga em Inhambane, o que foi reforçado com o equipamento, material informático, para além dos meios de locomoção e residências para magistrados.

Este investimento contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e de habitação para magistrados e funcionários, bem como para a prestação de serviços ao cidadão, materializando, assim, o desiderato constitucional de garantir ao cidadão o acesso à justiça e ao direito.

Foi reforçada a capacidade financeira da Procuradoria-Geral da República, do Tribunal Administrativo e do Tribunal Supremo, no quadro da parceria do Governo com Estados e organismos internacionais, tendo em vista o fortalecimento do sector da justiça, apoio ao Estado de Direito Democrático e à responsabilização dos poderes públicos.

Na gestão disciplinar, o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público instaurou 20 processos disciplinares contra Procuradores da República dos quais 10 findaram, com as penas de expulsão 2, inactividade por 90 dias 1, transferência compulsiva 2, advertência 2, multa 1, tendo sido arquivado 1².

² Um dos processos foi apensado noutro por conexão objectiva.

A nível dos funcionários da PGR findaram 15 processos, com as penas de expulsão 2, demissão 2, repreensão 2, despromoção 1, advertência 3 e multa 5.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial instaurou 13 processos disciplinares todos contra oficiais de justiça tendo sido apreciados 7 e aplicadas penas de, expulsão 3, demissão 1, advertência 1, tendo sido arquivados 2. Os restantes encontram-se em instrução.

A Inspeção do Ministério Público realizou inspecções ordinárias, na Província e Cidade de Maputo, tendo sido abrangidos 45 magistrados e 48 oficiais de justiça, o que terá contribuído não só para a avaliação destes, como também para a uniformização e harmonização dos procedimentos e métodos de actuação do Ministério Público. De realçar, que foi realizado o primeiro exercício de avaliação do desempenho dos magistrados do Ministério Público, com base nos seus próprios relatórios individuais, correndo termos o período de reclamação dos avaliados.

A Inspeção Judicial realizou 6 inquéritos, 3 sindicâncias e 1 inspeção extraordinária.

A articulação entre a Procuradoria-Geral da República e outras instituições consistiu fundamentalmente na abordagem de matérias inerentes ao desenvolvimento da actividade processual no contexto do combate à criminalidade, com destaque para a corrupção, desvio de recursos públicos, o crime organizado, a protecção dos interesses colectivos e difusos, a defesa dos interesses do Estado em tribunais nacionais e estrangeiros.

Com estas acções as instituições do sector da justiça estão incrementando a sua capacidade de resposta às preocupações do nosso povo, rumo a resultados concretos:

- Na quantidade e qualidade de processos criminais instruídos, acusados e julgados;
- Na realização de estudos, pesquisa e recolha de matérias e fenómenos criminais complexos tendo em vista a compreensão destes e sua consequente repressão efectiva e eficaz;
- No reforço da actividade das jurisdições especializadas, nomeadamente, administrativa, fiscal e aduaneira;
- No incremento da celeridade processual, de modo a reduzir cada vez mais o tempo de espera do cidadão pelas decisões judiciais³.

³ *Mais informação detalhada deste capítulo infra.*

1. Organização interna

A aprovação, pelo Governo, em Outubro de 2012, do Plano Estratégico da Procuradoria-Geral da República 2012-2016, abriu perspectivas para a edificação de uma *instituição do sistema da justiça comprometida com o Estado de Direito Democrático e com as garantias constitucionais, funcionalmente independente, eficaz no combate ao crime, garante da legalidade e efectiva na protecção dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos e das pessoas jurídicas*”.

Durante o ano de 2013, orientámos as nossas acções para a implementação do Plano Estratégico, que culminaram com a celebração da Carta de Implementação do *Projecto de Fortalecimento Institucional da Procuradoria-Geral da República*, do Contrato de Subvenção, no âmbito do Programa de *Apoio ao Estado de Direito e à Responsabilização dos Poderes Públicos em Moçambique*, e da Adenda ao Memorando de Entendimento, para a realização do *Estudo sobre o Tráfico de Pessoas em Moçambique*, bem como, de outros memorandos.

Cientes de que o alcance da nossa visão estratégica passa pela constante modernização dos meios de actuação, e do aprimoramento dos mecanismos de articulação intra-institucional, adequando-os às exigências sempre crescentes, criámos o Departamento Central de Tecnologias de Informação e Comunicação na PGR, com a responsabilidade de assistir, igualmente, os órgãos subordinados.

Estabelecemos, ainda, mecanismos de comprometimento e de avaliação do cumprimento de metas institucionais.

2. Desenvolvimento de recursos humanos

Inserido no eixo do Desenvolvimento Institucional do Plano Estratégico da PGR, a componente do desenvolvimento de Recursos Humanos constitui uma das principais linhas de força na prossecução da sua missão, assentando, fundamentalmente, em duas vertentes, nomeadamente, a existência de quadros, e a sua permanente capacitação técnico-profissional.

No período em análise, foram nomeados 185 funcionários, dentre oficiais de justiça, assistentes de oficiais de justiça e da carreira do regime geral, passando a PGR e os seus órgãos subordinados a contar com um total de 1.618 funcionários, contra 1.433, do ano anterior, o que corresponde a um aumento em 12.9% -**Vide anexo I, Tabelas 1 a 4.**

Desde 2007, temos vindo a dar especial prevalência ao desenvolvimento de recursos humanos, tendo a Procuradoria-Geral da República e órgãos subordinados evoluído de 610 funcionários, dos quais, apenas 9 com nível superior, para uma situação de 1.618, em 2013, com 218 de nível superior - **Vide anexo I, Tabelas 1 a 4.**

A nomeação e a formação contínua dos funcionários conferiram maior dinâmica institucional, na medida em que permitiram a segregação de funções, concorrendo para a eficiência e eficácia no desempenho das actividades adstritas a cada um dos sectores.

3. Actividades do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público

Na sequência do fim do mandato dos membros do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, tomaram posse 13 novos membros, dos quais 8 eleitos pelos seus pares e 5 eleitos pela Assembleia da República.

O Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público realizou, no período em análise, 10 sessões, sendo 4 do Plenário e 6 da Comissão Permanente.

Nomeou 43 magistrados do Ministério Público, contra 18, do período anterior, o que representa um aumento de 25, correspondente a 138.9% e colocou 13 junto dos tribunais de competência especializada e 30 nas procuradorias distritais.

Com a colocação de magistrados nos Distritos de Chimbonila e Marara, nas Províncias de Niassa e Tete, respectivamente, a cobertura do Ministério Público passou de 128 distritos, em 2012, para 130, o que representa a extensão àqueles novos distritos, dos nossos serviços, no âmbito do acesso do cidadão à justiça e ao direito.

A Magistratura do Ministério Público passa a contar, actualmente, com 356 magistrados, contra 316, do período anterior, o que representa um aumento de 40, correspondente a 12.7%. O número de magistrados de sexo feminino aumentou de 114 para 132, e do sexo masculino, de 202 para 224, o que significa uma subida de 15,8 e 10,9%, respectivamente - **Vide anexo II, Tabelas 1 a 17.**

De ano para ano, temos vindo a registar aumento da cobertura territorial e do número de magistrados, num exercício articulado com o Governo, aos diversos níveis, o qual tem estado a criar condições de trabalho, bem como com o apoio dos nossos parceiros de cooperação. A título ilustrativo, o número de magistrados cresceu em 2013, passando de 176 magistrados, em 2007 para 356 actuais, o que representa um aumento em 180, correspondente a 102,27% - **Vide anexo II, Tabela 1.**

No âmbito do exercício do poder disciplinar, o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público tramitou 20 processos disciplinares, correspondentes à soma de 6 instaurados e 14 pendentes. Do total dos processos, 10 findaram e 10 encontram-se em

diligências. Dos findos, 8 culminaram com as seguintes penas disciplinares: 2 expulsões; 1 inactividade por 90 dias; 2 transferências compulsivas; 2 advertências e 1 multa.

Um processo foi arquivado e outro apensado a um dos processos que culminou com a pena de expulsão.

No que respeita ao desenvolvimento das capacidades e habilidades técnico-jurídicas dos magistrados do Ministério Público nas diferentes jurisdições e áreas especializadas de actuação, realizaram-se 15 acções de formação que versaram sobre diversas matérias, tendo beneficiado 144 magistrados, contribuindo, deste modo, para a melhoria do desempenho e qualidade na actuação do Ministério Público - **Vide anexo II, Tabela 27.**

4. Inspeção do Ministério Público

Durante o ano de 2013, foram realizadas inspecções ordinárias na Província e Cidade de Maputo, abrangendo 45 magistrados e 48 oficiais de justiça, contra 54 magistrados e 63 oficiais de justiça, de 2012, tendo sido analisados 1.380 processos, contra 1.710, do ano anterior.

No âmbito das inspecções são uniformizados e harmonizados os procedimentos e métodos de actuação do Ministério Público, bem como articulação institucional, contribuindo estes aspectos, para um maior desempenho e celeridade processual.

5. Articulação com outros órgãos e instituições

Ao longo de 2013, prosseguimos com a implementação dos memorandos de trabalho celebrados com outras instituições, tendo realizado, entre outras, as seguintes acções:

- encontros de trabalho para análise da situação criminal e definição de estratégias de prevenção e combate à criminalidade;
- capacitação dos comandantes das esquadras da PRM, inspectores e agentes da PIC sobre ilícitos eleitorais;
- articulação com a instituição competente, para a extensão dos serviços de urgência de medicina legal para 24 horas, na Cidade e Província de Maputo;

-
- capacitação de professores nos institutos de formação em matéria anti-corrupção e criação de “núcleos anti-corrupção” nas escolas;
 - divulgação de mensagens educativas e preventivas no combate à corrupção;
 - formação de magistrados e coordenação de estudos no domínio da corrupção e de menores em conflito com a lei.

Foram, ainda, desenvolvidas, com outras instituições acções conjuntas, nomeadamente:

- coordenação no âmbito da divulgação e implementação da Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública 2012 – 2025 (ERDAP);
- encontros de trabalho para a criação de condições para funcionamento das Comissões de Recepção e Verificação, no âmbito da implementação da Lei da Probidade Pública;
- coordenação visando a criação de condições de trabalho para magistrados e funcionários, bem como a realização de programas de capacitação de funcionários;
- desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) na PGR;
- troca de informação relevante no domínio processual;
- colaboração na concepção da proposta do modelo de declaração de bens, no âmbito da implementação da Lei de Probidade Pública.

Com o mesmo propósito reforçámos a nossa participação e coordenação de acções com as Comissões Provinciais e Distritais de Reforço da Legalidade e com outros sectores da sociedade, tais como organizações da sociedade civil, líderes comunitários e religiosos.

6. Relações externas

Cientes dos desafios que a luta contra a criminalidade representa no contexto da globalização, temos dado particular relevância ao estreitamento da cooperação jurídica e judiciária com instituições congéneres e organismos internacionais.

Em 2013, desenvolvemos acções que se traduziram na concretização dos memorandos de entendimento bilaterais, no âmbito da prevenção e combate à criminalidade organizada, com destaque para o tráfico de pessoas, tráfico de drogas e o fenómeno dos raptos.

II. CONTROLO DA LEGALIDADE

No contexto do controlo da legalidade, efectuámos visitas de monitoria e assistência técnica aos órgãos subordinados nas províncias e distritos, tendo sido analisado o funcionamento da máquina judiciária, avaliado o desempenho dos magistrados em seminários específicos e realizado trabalho com as autoridades locais do Estado e população em geral, no contexto da prevenção criminal.

Participamos, ainda, em reuniões regionais e internacionais, para avaliação do grau de implementação de convenções de que Moçambique é parte, no contexto de combate ao crime, e para a definição de estratégias globais de prevenção e combate à criminalidade organizada e transnacional - **Vide anexo II Tabela 1 e 2.**

Para além da consolidação da nossa rede de contactos ao nível de África e do mundo, e a mais-valia que daí decorre para a instrução preparatória de processos-crime de maior complexidade, as acções, no âmbito das relações externas contribuíram para o aprimoramento da nossa capacidade de resposta na prevenção e combate à criminalidade e na defesa dos interesses que a constituição e a lei atribuem ao Ministério Público.

7. Infra-estruturas

No contexto do desenvolvimento de infra-estruturas, preconizado no Plano Estratégico da PGR e do Plano Estratégico Integrado do Sector da justiça, foram construídas e reabilitadas, em articulação com o Governo, diversas infra-estruturas judiciárias, em todo o País -**Vide anexo IV Tabela 1 e 2.**

Este investimento contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e de habitação para magistrados e funcionários, bem como para a prestação de serviços ao cidadão, materializando, assim, o desiderato constitucional da aproximação do cidadão à justiça e ao direito.

Destas visitas, foram tidas, entre outras, como principais constatações positivas, despachos dos magistrados do Ministério Público fundamentados e devidamente cumpridos pela PIC, triagem diária nas Esquadras e Comando da PRM pelos magistrados do Ministério Público, realização tempestiva do primeiro interrogatório do arguido preso pelos juízes de instrução criminal, boas relações de trabalho entre as instituições judiciárias e os demais órgãos do Estado.

No entanto, em algumas províncias, persiste o incumprimento dos prazos de instrução preparatória e de prisão preventiva, mandados de captura que são cumpridos não precedidos de competentes despachos, denegação da liberdade condicional, por alegada falta de pagamento de indemnizações.

Foram deixadas, entre outras, como recomendações, necessidade de cumprimento dos prazos de instrução preparatória, fundamentação e tipificação dos crimes de indiciação dos arguidos nos despachos de acusação, necessidade de se remeter os processos que não são da competência dos tribunais distritais de 2ª classe para o tribunal judicial da província e não para os tribunais judiciais de 1ª classe mais próximos, por não haver subordinação entre estes e aqueles e incremento da articulação entre os magistrados do Ministério Público e judiciais, para a deslocação da alçada ao local da prática do crime, para a realização de julgamentos, contribuindo desse modo, para a redução de detidos e para a prevenção criminal geral.

Da inspecção aos estabelecimentos prisionais, resulta evidente a humanização da população reclusória, com o aumento da capacidade de produção agro-pecuária e consequente melhoria da dieta alimentar, a prática de actividades culturais e desportivas, a leccionação de aulas de alfabetização e educação de adultos, para além do desenvolvimento de ofícios.

Persiste, no entanto, o fenómeno da superlotação, em certos estabelecimentos prisionais e nas celas da PRM, o que concorre para a degradação das condições de higiene dos reclusos, o internamento nas mesmas celas de reclusos com diferentes níveis de perigosidade e de faixas etárias.

Com vista a colmatar a situação descrita, o Governo e os parceiros de cooperação têm desenvolvido medidas para a melhoria gradual das condições de reclusão, com destaque para a construção de novos estabelecimentos prisionais e reabilitação das instalações de internamento de presos e detidos, para além de que, a aplicação correcta das medidas alternativas à pena de prisão por parte dos magistrados e a reforma do sistema prisional em curso, constituem parte da solução.

Importa destacar as reformas operadas no âmbito da criação do Serviço Nacional Penitenciário, nomeadamente, no que respeita à formação e no preenchimento do quadro do pessoal.

Até 31 de Dezembro de 2013, existiam nos estabelecimentos prisionais do País 15.127 reclusos, contra 16.113 do período anterior, o que representa um ligeiro decréscimo na ordem de 986, equivalente a 6,1%. Do efectivo de 15.127 reclusos, 10.388 são condenados, representando 69% e 4.739 estão em prisão preventiva, representando 31%.

O Conselho Técnico da PGR emitiu 25 pareceres jurídicos a pedido de diversas entidades, com destaque para matérias sobre antepostas de leis.

Foram, igualmente, emitidos 33 pareceres sobre acordos ou contratos internacionais celebrados pelo Governo em nome do Estado Moçambicano.

A Procuradoria-Geral da República contribuiu, por via deste exercício, para a melhoria da qualidade dos actos dos órgãos do Estado, entre outros, na formulação e conteúdo jurídico de propostas de diplomas legais, bem como na edificação do nosso Estado de Direito Democrático.

As procuradorias provinciais emitiram 56 pareceres jurídicos, a pedido dos órgãos do Estado, das suas áreas de jurisdição.

No período em análise, submetemos ao Tribunal Supremo 4 recursos extraordinários de anulação de sentenças manifestamente injustas e ilegais, e igualmente, recebemos 36 solicitações da Assembleia da República relativamente às petições dos cidadãos a este órgão, destas, 33 foram respondidas e as restantes aguardam esclarecimentos adicionais das diversas instituições.

A contribuição da PGR para o acesso à justiça e ao direito pelos cidadãos caracteriza-se pela disponibilização da linha do procurador a nível provincial e da dos Gabinetes de Combate à Corrupção, da linha verde do Procurador-Geral da República, recebimento e análise de exposições e audiências com os cidadãos; por um lado, e, por outro lado, através de palestras, debates e difusão de mensagens educativas nos órgãos de comunicação social.

Durante o período em análise, na linha verde do PGR foram atendidas 86 chamadas, na linha do procurador 948, e, igualmente, foram concedidas 15.581 audiências.

A linha verde do Procurador-Geral da República é um meio privilegiado de que a instituição se serve, para assegurar uma interacção telefónica directa com os cidadãos, à largura de todo o País; permite apreender, em primeira-mão, a

sensibilidade do povo sobre o desempenho do Sistema de Administração da Justiça e possibilita a tomada de medidas atempadas, onde forem apropriadas, e a definição de estratégias de acção para o sistema, como um todo.

As principais questões colocadas prendem-se, entre outras, com a morosidade processual, corrupção, violência doméstica, questões de natureza jurídico-laborais e dívidas entre particulares.

A nível do sector, o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, representado em 124 distritos, tem estado a contribuir sobremaneira para o acesso do cidadão à justiça e ao direito pelo aumento dos casos de patrocínio judicial gratuito, pela cobertura territorial e pelo reforço dos efectivos dos técnicos e assistentes jurídicos.

Igualmente, os advogados, pilares fundamentais da justiça num Estado de Direito Democrático como o nosso, enquadrados na Ordem dos Advogados de Moçambique, têm estado a prestar um grande contributo para a construção e

consolidação da justiça moçambicana, cobrindo presentemente quase todas as capitais provinciais e alguns distritos⁴⁵.

4 Informação detalhada deste capítulo infra.

1. Monitoria e assistência técnica aos órgãos subordinados e à PIC

No período em análise, prosseguimos com as visitas de trabalho às províncias e distritos do País, no âmbito da monitoria do desempenho das procuradorias àqueles níveis e da assistência técnica aos magistrados, oficiais de justiça, funcionários de regime geral, bem como à Polícia de Investigação Criminal.

Nestas visitas, verificámos que, em geral, registam-se progressos no empenho dos servidores públicos do Sistema de Administração da Justiça e na articulação entre si, o que se traduz na melhoria da prestação do serviço ao cidadão.

2. Inspeção aos estabelecimentos prisionais

Dados do Serviço Nacional Penitenciário indicam que até 31 de Dezembro de 2013 existiam nos estabelecimentos prisionais do País 15.127 reclusos, contra 16.113, do período anterior, o que representa um decréscimo em 6.1 %.

Deste número, 10.388 são condenados, o que representa 69 %, contra 4.739, em prisão preventiva, correspondentes a 31% -**Vide anexo V Tabela 1 a 21.**

No exercício da função inspectiva aos estabelecimentos prisionais, constatámos que continuam a multiplicar-se os esforços do Governo e seus parceiros de cooperação, visando a melhoria gradual das condições de reclusão, mediante a construção de novos estabelecimentos prisionais, reabilitação e ampliação das instalações já existentes, bem como através do aumento da capacidade da produção agro-pecuária, com vista à melhoria da dieta alimentar dos reclusos.

Persiste, no entanto, a superlotação dos estabelecimentos prisionais, podendo a aplicação correcta das medidas alternativas à prisão, por parte dos magistrados, e a reforma do próprio sistema prisional em curso no País, constituírem parte da solução.

As reformas em curso, no âmbito da criação do Serviço Nacional Penitenciário, nomeadamente, no que respeita à formação e preenchimento dos quadros de pessoal, são sinais encorajadores na perspectiva da alteração do actual cenário.

3. Defesa de interesses colectivos ou difusos

No período em análise, a nossa intervenção processual, na defesa de interesses colectivos ou difusos, traduziu-se na instauração de 4 processos contra 5, do período anterior, tendo sido, 2 na Província de Inhambane, e 2, na da Zambézia.

Para além da intervenção processual, realizámos em coordenação com outras instituições do Estado, diversas acções dissuasoras de práticas que perigam o ambiente, a saúde pública, o património cultural e outros interesses colectivos. Neste âmbito, sensibilizámos os órgãos da Administração Pública, aos diversos níveis, bem como aos agentes económicos e aos cidadãos, em geral.

4. Emissão de pareceres jurídicos

Neste período, foram emitidos 25 pareceres jurídicos, contra 36, do período anterior, sobre propostas de leis, situação jurídica de projectos do Governo no sector económico, entre outros, a pedido dos órgãos do Estado, com legitimidade, nos termos da lei.

Foram, ainda, emitidos 33 pareceres jurídicos sobre acordos internacionais em que o Estado é parte, nomeadamente, os relativos ao financiamento externo, contra 23 do período anterior.

Por seu turno, as procuradorias provinciais emitiram 56 pareceres jurídicos, a pedido dos órgãos do Estado, das suas áreas de jurisdição.

A Procuradoria-Geral da República contribuiu, por via deste exercício, para a melhoria da qualidade dos actos dos órgãos do Estado, na formulação e conteúdo jurídico de propostas de diplomas legais, bem como na edificação do nosso Estado de Direito Democrático.

5. Recursos extraordinários de suspensão da execução ou anulação de sentenças manifestamente injustas ou ilegais

Em 2013, interpusemos, junto do Tribunal Supremo, 4 recursos extraordinários de anulação de sentenças manifestamente injustas e ilegais, contra 7, do ano anterior, e fomos notificados de 11 acórdãos, referentes aos pedidos dos anos anteriores.

6. Promoção do acesso do cidadão à justiça e ao direito

Nesta componente, desenvolvemos acções de promoção do acesso do cidadão à justiça e ao direito, que vão desde a divulgação das normas até à efectiva administração da justiça.

No âmbito da divulgação das normas jurídicas, as acções traduziram-se, na consciencialização dos cidadãos sobre os seus direitos, liberdades e garantias individuais, através de palestras, mensagens difundidas pelos órgãos de comunicação social e de cartazes publicitários - **Vide anexo VI Tabela 1.**

Para além do atendimento habitual aos cidadãos, através das audiências, aos diversos níveis, a Procuradoria-Geral da República tem estado a potenciar a sua aproximação ao cidadão, por via da linha “verde” do Procurador-Geral da República e das linhas do GCCC e do procurador - **Vide anexo VI Tabela 2.**

As linhas do GCCC e do procurador têm-se revelado canais eficazes na denúncia de actos atentatórios à segurança e tranquilidade dos cidadãos, no combate a situações tais como, detenções ilegais e actos de corrupção praticados na via pública, bem como para o esclarecimento de dúvidas na interpretação das leis - **Vide anexo VI Tabela 3.**

Por ocasião da celebração do 3º aniversário da inauguração das actuais instalações da Procuradoria-Geral da República, em 10 de Fevereiro, data que, desde o ano de 2011, ficou institucionalizada como “dia aberto ao público”, ao nível da nossa instituição, os Procuradores-Gerais Adjuntos e os Assessores do Procurador-Geral da República atenderam, sem necessidade de marcação prévia de audiência, cidadãos que se dirigiram à Procuradoria-Geral da República, para colocarem as suas mais diversas preocupações relacionadas com o funcionamento do Sistema de Administração da Justiça.

III. CRIMINALIDADE

Durante o ano de 2013, foram registados 38.457 processos-crime em todo o território nacional, sendo que 16.621 são sumário-crime, 13.145 de polícia correcional e 8.691 de querela.

A Cidade de Maputo com 8.815 processos, seguida das Províncias de Maputo com 8.210 e Nampula com 4.600, apresentam maior volume processual, representando 56% do total dos processos tramitados em todo o País. A Província de Niassa apresenta menor índice com 1.319 processos.

De um modo geral, têm sido reportados, nestes exercícios, casos de morosidade processual, raptos, corrupção, violência doméstica, resistência à prestação de alimentos, regulação do exercício do poder parental, tutela, inventário obrigatório, acidentes de trabalho e doenças profissionais, separação de pessoas e bens e dívidas entre particulares.

7. Respostas às solicitações da Assembleia da República.

A Procuradoria-Geral da República recebeu, da Assembleia da República, 36 pedidos sobre diversos assuntos apresentados a este órgão de soberania, pelos cidadãos, contra 69, do período anterior.

Destes, 33 foram respondidos e os restantes aguardam esclarecimentos adicionais pelas instituições envolvidas.

Os pedidos reportam, em geral, casos de conflitos entre a Administração Pública e os particulares, morosidade processual, impugnação de decisões judiciais, entre outras matérias.

⁵ Existem 863 advogados no activo em todo o País.

Os crimes contra a propriedade com 24.805 e os crimes contra as pessoas com 8.407, assumem maior relevância, pela quantidade no primeiro caso e pela quantidade e objecto vítima, a vida e integridade física, no segundo caso.

O ano 2013 foi caracterizado por fenómenos criminais atípicos que criaram alarme social, tendo semeado terror, medo, intranquilidade e insegurança nos cidadãos. Tais fenómenos consistiram em raptos com exigência de elevados valores de resgate, ameaça de raptos com cobranças de valores aos ameaçados para não serem raptados, disseminação de informação de ameaça de realização de acções criminosas por determinados grupos.

Estas situações ocorreram nas Cidades de Maputo e Matola, Beira, Nampula e Dondo.

Para lograrem os seus intentos os raptos recorrem à intimidação, ameaça, violência física e psicológica, cárcere privado e extorsão. Os agentes do crime, em poder das vítimas, fazem tudo, para que os familiares mobilizem recursos próprios ou de terceiros para o pagamento do resgate, em troca da libertação do raptado.

Os valores são, normalmente, pagos em numerário e, uma vez na posse dos raptos, são usados na aquisição de imóveis e viaturas de luxo e outros bens de custo elevado.

Em diferentes ocasiões, nas Cidades de Maputo, Matola, Beira e Nampula, pelo menos 6 menores com idades de 2, 3, 8, 12, 15 e 17 anos foram raptados e mantidos em cativeiro por períodos não inferiores a 3 dias. Num dos casos os raptos tiraram a vida a um menor e nos restantes foram libertos após o pagamento, pelos familiares, de elevadas somas de dinheiro.

Para dar resposta a este fenómeno foram desenhadas cinco frentes estratégicas: 1) procedimento criminal em relação aos casos consumados; 2) reforço da actividade operativa da PRM; 3) preparação específica de magistrados e membros da PRM para a abordagem do fenómeno; 4) reforço da cooperação internacional; 5) reforço das medidas de prevenção.

Quanto ao procedimento criminal, foram instaurados 44 processos, dos quais, 20 acusados e 14 julgados, e condenados 17 réus, com penas que variam entre 2 a 24 anos de prisão maior e no pagamento de indemnizações a favor das vítimas. Os restantes processos continuam em instrução preparatória ou contraditória.

Registaram-se, igualmente, situações de extorsão a cidadãos em que agentes do crime, com recurso a chamadas e mensagens telefónicas, ameaçaram de morte ou rapto às vítimas obrigando-as a depositar valores em determinadas contas bancárias, como condição para não serem raptadas ou mortas, tendo sido autuados 52 processos, dos quais 5 foram acusados e 47 em instrução preparatória ou contraditória.

Quanto ao reforço da actividade operativa, a PRM teve que se reorganizar para fazer face ao fenómeno, destacando agentes criteriosamente seleccionados e mobilizando recursos adicionais.

Quanto à preparação específica de magistrados e membros da PRM para a abordagem do fenómeno, realizámos no País e no estrangeiro acções de formação que contaram com a colaboração dos parceiros de cooperação do Governo, nacionais e estrangeiros⁶.

⁶ Havendo a destacar a colaboração prestada pelas telefonias e pela Associação Moçambicana de Bancos neste exercício.

Quanto ao reforço da cooperação internacional, estabelecemos troca de informação com os países amigos ou de destino da presumível lavagem de dinheiro resultante destes crimes e, noutros casos, foi accionada a cooperação internacional, nos termos estabelecidos nos acordos bilaterais ou convenções internacionais, de que o nosso País é parte.

Quanto ao reforço das medidas de prevenção, foram tomadas, entre outras, medidas de natureza policial, trabalho com a sociedade civil, com a banca e com as telefonias. Importa salientar que foram realizados debates de reflexão sobre o fenómeno com a participação dos actores do judiciário, líderes religiosos, membros de organizações da sociedade civil, empresários, académicos, representantes de instituições financeiras, das telefonias e da comunicação social, dos quais saíram recomendações para reforçar o combate a este tipo de criminalidade.

Gostaríamos de saudar a Assembleia da República, pela aprovação da Lei nº 6/2014, de 5 de Fevereiro, que tipifica e pune os crimes de rapto de forma gravosa, para além do seu efeito dissuasor, vem dotar o judiciário de uma ferramenta que permite enfrentar este tipo de crime.

Relacionado com a disseminação de informação de ameaça de realização de acções criminosas por determinados grupos, uma onda de agitação abalou nos meses de Agosto a Novembro, alguns bairros das Cidades de Maputo e Matola. Embora seja de elogiar o esforço de populares que realizaram patrulhas nocturnas para a reposição da ordem e segurança, numa primeira fase, estas foram realizadas sem a coordenação com a PRM e, como resultado, alguns grupos excederam-se no seu nobre objectivo inicial, tendo ocorrido casos de linchamento

de cidadãos inocentes, interpelados por multidões enfurecidas que lhes confundiram com malfeitores ou outro tipo de violência resultante de desentendimentos no cruzamento de caravanas de bairros distintos.

Com diferentes motivações, registaram-se casos de linchamentos nas Províncias de Inhambane, Sofala, Manica, Tete e Zambézia.

No ano de 2013, foram autuados 20 processos de linchamento, contra 14 de 2012, tendo sido acusados 7 e julgados 4; destes processos, 4 réus foram condenados em penas que variam de 1 a 22 anos de prisão, cumuladas com indemnizações às famílias das vítimas, estando os restantes em instrução preparatória ou contraditória.

Continuamos a desenvolver esforços junto das comunidades no sentido de desencorajar estas práticas, promovendo o respeito e a valorização da vida humana, única, irrepetível e insubstituível.

O tráfico de pessoas começa a ser uma das formas do crime organizado que ameaça o nosso País. A nossa estratégia de combate assenta em três eixos fundamentais, designadamente: 1) a prevenção; 2) a repressão; 3) e a reintegração das vítimas.

No âmbito da prevenção, a Procuradoria-Geral da República realizou, durante o ano de 2013, entre outras acções, três reuniões técnicas sobre a legislação aplicável ao tráfico de pessoas, que produziram recomendações; o III Debate Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas; acções de sensibilização das comunidades nas Províncias de Zambézia, Manica, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo, para além de acções de formação de funcionários e agentes do Estado, nomeadamente, magistrados do Ministério Público, membros

da Polícia de Investigação Criminal, da Migração e da Autoridade Tributária; a PGR realizou, ainda, inspecções aos centros de acolhimento de menores nas Províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Maputo e Cidade de Maputo.

No contexto repressivo, foram registados 22 processos-crime, contra 30 de igual período anterior, tendo sido acusados 11 e julgados 10 processos, com igual número de réus condenados nas penas que variam de 4 a 24 anos de prisão maior e no pagamento de indemnização às vítimas.

Existem processos que correm termos na República da África do Sul envolvendo cidadãos moçambicanos que temos acompanhado no âmbito das relações de cooperação, atento a que, a abordagem da dimensão transnacional do crime de tráfico de pessoas, implica a maximização dos acordos bilaterais e multilaterais.

Quanto à reintegração das vítimas, a Procuradoria-Geral da República tem dado primazia às acções de apoio e assistência em coordenação com outras instituições que lidam com a matéria, com destaque para o apoio na obtenção de documentos de viagem, assistência jurídica e psicológica, quer em território nacional, quer em território estrangeiro, na identificação e localização dos parentes das vítimas, para além das visitas aos centros de acolhimento de menores moçambicanos na República da África do Sul.

As acções de combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas desenvolvidas em 2013, resultaram na apreensão de elevadas quantidades de haxixe, efedrina e cocaína.

Gostaríamos de fazer referência a dois exemplos, com dimensões e conexões com outros crimes, nomeadamente:

- 1) Ocorrido no Posto fronteiriço de Namoto, Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado, em que foram apreendidos 603,633 kg de uma substância usada para produção de *metaqualona*, que estavam na posse de dois cidadãos estrangeiros que se faziam transportar numa viatura proveniente da República do Quênia, via República Unida da Tanzania.

Os dois ocupantes da viatura tentaram, sem sucesso, subornar os agentes da Polícia afectos naquele Posto fronteiriço, com USD 60.000,00 (sessenta mil dólares) valor que foi, imediatamente, apreendido, depositado depois em banco e a informação mandada juntar aos autos. O processo foi julgado pelo Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado e os réus condenados na pena de 12 anos de prisão maior.

- 2) Apreensão de 5.283,5 kg de haxixe na Lixeira de Mavoco, no Distrito de Boane, Província de Maputo, cujas investigações que se seguiram ditaram a detenção de 6 cidadãos, 3 dos quais agentes de autoridade.

Em diferentes ocasiões, foram detidos nos nossos portos e aeroportos, 48 indivíduos que transportavam droga disfarçada, nas mais diversas formas, nomeadamente, no seu próprio organismo, escondida no fundo falso das malas, nas roupas e em embalagens com inscrições de nomes de produtos alimentares, tais como, chocolate e café.

Ao longo de 2013, foram incineradas 1.140 plantas e 3.292,59 kg de *cannabis sativa*, 4,335 kg de heroína, 5.352 kg de haxixe, 32,496 kg de cocaína e 64,34 kg de efedrina.

No período em análise, foram tramitados 202 processos, com 200 arguidos, tendo sido detidos 155 cidadãos em conexão com estes processos.

O combate ao abate clandestino de espécies protegidas de fauna bravia continua a constituir desafio para o nosso País. Muitos jovens, aliciados por redes do crime organizado, introduzem-se, ilegalmente, nas áreas de conservação, incluindo nas dos países vizinhos, em busca de cornos de rinocerontes, pontas de marfim, unhas de leão, entre outros troféus.

Os caçadores furtivos são, frequentemente, presos ou perdem a vida em confrontos armados com os fiscais das áreas de conservação, sobretudo no estrangeiro, para o que, impõe-se um trabalho de reorientação dos jovens para actividades alternativas de rendimento.

A propósito, gostaríamos de saudar a Assembleia da República pelo empenho na revisão do Código Penal, que inclui entre outras matérias de interesse nacional, a criminalização da caça furtiva e os crimes ambientais.

Os imigrantes ilegais, auxiliados por redes do crime organizado, que incluem falsificadores de documentos e de vistos, acedem ao nosso País para fixarem residência ou em trânsito para os países vizinhos.

Alguns dos imigrantes que se fixam no território nacional, dedicam-se ao garimpo ilegal de minérios, actividade de grande risco para a sua própria vida, para além de acarretar consequências nefastas ao ambiente, nomeadamente, a poluição dos rios e erosão dos solos.

No período em análise, foram repatriados 4.696 cidadãos estrangeiros e aplicadas multas por diversas infracções administrativas.

Prosseguem acções de reforço do controlo do movimento migratório, através da capacitação dos funcionários, instalação do sistema de controlo do movimento migratório nas fronteiras e intensificação das operações conjuntas de patrulhamento.

Persistem, casos de desvios e venda de medicamentos do Sistema Nacional de Saúde, por alguns funcionários e agentes do Estado, que os retiram, ilicitamente, para posterior venda em mercados paralelos dentro e fora do País.

Estes comportamentos põem em causa a saúde e a vida de muitos cidadãos, ao privá-los do acesso aos medicamentos básicos, para além de causar prejuízos avultados ao Estado.

Para a repressão destas práticas, foram autuados 7 processos, tendo sido 2 julgados e 2 réus condenados na pena de 12 meses de prisão e multa.

Durante o ano de 2013, tiveram lugar eleições em 53 autarquias locais, tendo sido cometidas durante o processo infracções criminais, com destaque para a promoção dolosa de inscrição, dupla inscrição, destruição de material eleitoral, perturbação da assembleia de voto, propaganda eleitoral depois de encerrada a campanha eleitoral, presença de não eleitores e propaganda eleitoral nas assembleias de voto.

Em consequência das infracções cometidas, foram instaurados 97 processos-crime contra um total de 150 arguidos, destes, 42 foram julgados, tendo sido 38 réus condenados no pagamento de multas e ou nas penas que variam de três dias a um ano de prisão e 31 absolvidos, por insuficiência de prova.

A anteceder o processo eleitoral, foram realizadas acções de formação de magistrados do Ministério Público relativamente à legislação eleitoral e ao papel

do Ministério Público na abordagem dos ilícitos eleitorais, tendo em vista contribuir directa ou indirectamente para a credibilização do processo democrático no nosso País.

Desde Abril de 2013, o País tem estado a enfrentar instabilidade fruto da tensão político-militar em pontos localizados, o que tem resultado na morte de cidadãos civis e militares, para além da destruição de infra-estruturas públicas e privadas, com elevados prejuízos à economia nacional e perturbação da circulação de pessoas e bens.

Em conexão com a situação descrita foram instaurados e correm termos 18 processos-crime.

Estamos esperançados e convencidos que o presente diálogo entre o Governo da República e o maior partido da oposição contribua para pôr termo às hostilidades e que o soar das armas seja substituído pelo clima de paz, tranquilidade, segurança e ordem públicas, com o conseqüente restabelecimento da normalidade constitucional e legal.

Em pleno tempo de paz, lamentamos que as Forças de Defesa e Segurança, tenham sido chamadas, face às circunstâncias, a defender as pessoas, o património público e privado, a soberania nacional e a integridade territorial da nossa Pátria⁷.

⁷ **Informação detalhada deste capítulo infra.**

No ano de 2013, registaram-se fenómenos criminais que, pelos níveis de violência empregues, perturbaram a sociedade moçambicana, tendo provocado medo e pânico no seio das populações, particularmente, nos centros urbanos.

Referimo-nos aos crimes de rapto ou de ameaça de morte a cidadãos nacionais e estrangeiros, com recurso à intimidação, violência física e psicológica e cárcere privado, com o objectivo de extorquir valores monetários.

Os raptores tudo fizeram para constranger os familiares das vítimas, a mobilizarem recursos financeiros próprios e de terceiros para satisfazer os seus desígnios criminosos.

Em geral, foram registados 44 casos de raptos de cidadãos, com a finalidade de obtenção de resgate, nas Cidades de Maputo, Matola, Beira e Nampula e foi instaurado igual número de processos, 19 dos quais com arguidos presos - **Vide anexo VII Tabela 1.**

Dos 44 processos instaurados, foram acusados 20 e julgados 14, tendo sido absolvidos 2 cidadãos e condenados 17 réus, com penas que variam entre 2 a 24 anos de prisão maior e no pagamento de indemnizações a favor das vítimas. Os restantes processos continuam em instrução.

Registaram-se casos de extorsão a cidadãos, em que os agentes do crime, com recurso a chamadas e mensagens telefónicas, ameaçaram de morte ou rapto às vítimas, obrigando-as a depositar valores em determinadas contas bancárias.

Foram registados 52 casos de ameaças de morte e ou rapto, que deram lugar a igual número de processos. Destes, 5 foram acusados e 47 continuam em instrução preparatória.

Na estratégia de prevenção e combate a estas infracções, privilegiámos a capacitação de magistrados do Ministério Público e judiciais, investigadores da PIC, o reforço de meios de trabalho, a articulação com organizações da sociedade civil, confissões religiosas, comunicação social, instituições financeiras e empresas de telefonia.

Realizámos um encontro de reflexão sobre os raptos com a participação de actores do judiciário, líderes religiosos e comunitários, membros de organizações da sociedade civil, académicos, representantes de instituições financeiras, das telefonias e da comunicação social, do qual saíram recomendações para o reforço das medidas de prevenção e combate a estes crimes.

Temos estado, igualmente, a privilegiar a articulação com os nossos parceiros de cooperação, no âmbito dos memorandos de entendimento celebrados com instituições congéneres e dos tratados internacionais de que Moçambique é parte.

Nos meses de Agosto a Novembro, gerou-se uma certa perturbação no seio das comunidades, particularmente, nas Cidades de Maputo e Matola, relacionada com a actuação de grupos de criminosos que, à calada da noite, assaltavam as residências, agrediam os residentes e violavam mulheres e crianças. Esta situação criou um clima de insegurança, levando as populações a realizarem patrulhamentos nocturnos e adopção de outras medidas de protecção.

Entretanto, algumas destas medidas, associadas a rumores de que a acção criminosa iria incidir sobre determinados bairros, levaram à morte de cidadãos inocentes, que confundidos com os criminosos, foram linchados.

Em face desta situação, as autoridades, em colaboração com as estruturas locais, tomaram medidas de segurança, nomeadamente, o reforço do patrulhamento policial nos bairros, afectação de meios circulantes, que tornaram possível o restabelecimento da ordem e tranquilidade públicas.

No ano 2013, continuámos a registar casos de agressão e morte de cidadãos praticados por multidões, alegando o envolvimento das vítimas na prática de crimes, feitiçaria, entre outros motivos.

No ano de 2013, foram autuados 20 processos de linchamento, contra 14 de 2012, tendo sido acusados 7 e julgados 4; Destes processos, 4 réus foram condenados em penas que variam de 1 a 22 anos de prisão, cumuladas com indemnizações às famílias das vítimas, estando os restantes em instrução preparatória ou contraditória - **Vide anexo VII Tabela 2.**

Continuámos a desenvolver esforços junto das comunidades, no sentido de desencorajar estas práticas, promovendo o respeito e valorização da vida humana.

Nos postos fronteiriços, foram efectuadas 19 apreensões de troféus e produtos manufacturados, tendo sido aplicadas as correspondentes multas aos infractores.

Do que precede, constatamos lacunas e fragilidades na nossa legislação, que responsabilizando, criminalmente, o porte e o uso de armas, pune o abate, a posse de troféus e objectos manufacturados de espécies protegidas, bem como a sua importação com sanções administrativas, situação que não desencoraja estas práticas.

As nossas fronteiras têm sido alvo de sistemáticas violações por pessoas que, por diversos motivos, fazem-no, nalguns casos, com a cumplicidade de funcionários e agentes do Estado.

1. Situação e evolução dos índices de criminalidade

No período em análise, foram registados 38.457 processos-crime em todo o território nacional, contra 39.861, registados em igual período anterior, o que representa uma redução de 1.404 processos, correspondente a 3,52%.

A Cidade de Maputo, seguida das Províncias de Maputo e Nampula, continuam a apresentar maior número de processos com 8.815, 8.210 e 4.600, correspondentes a 23%, 21% e 12%, respectivamente, representando 56% do total dos processos registados no País. A Província do Niassa apresenta menor índice, com 1.319 processos, correspondentes a 3%.

Do total dos processos, 23.833 foram registados com autores conhecidos e os restantes 14.624, com autores desconhecidos, representando 61,97% e 38,02%, respectivamente. Destes últimos, foram determinados os agentes dos crimes em 7.098 processos, ou seja, em 50%, o que traduz uma melhoria na investigação criminal - **Vide anexo VIII, Tabela 1 a 6.**

Em termos de famílias delitivas, registou-se maior incidência de crimes contra a propriedade, com destaque para os furtos, roubos, burla e abuso de confiança, seguindo-se os crimes contra pessoas, em particular, as ofensas corporais, violações de menores e homicídios voluntários que, não raras vezes, resultam em traumas para as vítimas e suas famílias, mutilações e perdas de vidas humanas.

2. Tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Em 2013, as acções de combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas desenvolvidas resultaram na apreensão de elevadas quantidades de Haxixe, Efedrina e Cocaína, comparativamente, ao ano anterior. Relativamente à *cannabis-sativa*, que é a droga mais

consumida em Moçambique, registámos uma redução em 41,49% - vide anexo - **Vide anexo IX, Tabela 1.**

3. Bens de utilidade pública

As acções de prevenção e combate ao furto, roubo e destruição de bens de utilidade pública, levadas a cabo pelas empresas gestoras, em coordenação com as comunidades locais, têm estado a mostrar resultados encorajadores.

Em 2013, essas empresas sofreram prejuízos avaliados em 47.000.000,00 MT (quarenta e sete milhões de meticais) contra 446.480.134,88 MT (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e trinta e quatro meticais e oitenta e oito centavos), em 2012, o que representa uma redução em 399.480.134,88 MT (trezentos e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta mil, cento e trinta e quatro meticais e oitenta e oito centavos).

Foram instaurados 23 processos com 12 arguidos em prisão preventiva, tendo sido 3 arguidos acusados julgados e condenados a penas que variam de 1 a 5 anos de prisão.

4. Tráfico de Pessoas

A nossa estratégia de combate ao tráfico de pessoas assenta em três eixos fundamentais, designadamente, a prevenção, a repressão e a reintegração das vítimas.

No âmbito da prevenção, a Procuradoria-Geral da República realizou, durante o ano de 2013, entre outras acções, três reuniões técnicas sobre a legislação aplicável ao tráfico de pessoas que produziram recomendações sobre a sua alteração, as quais foram analisadas durante o III Debate Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas.

Realizámos, ainda, acções de sensibilização nas províncias mais afectadas pelo Tráfico de Pessoas, nomeadamente, Zambézia, Manica, Gaza, Maputo e Cidade de Maputo.

Igualmente, levámos a cabo acções de formação de funcionários e agentes do Estado, de entre os quais magistrados do Ministério Público, membros da Polícia de Investigação Criminal, da Migração, bem como da Autoridade Tributária, no âmbito da prevenção e combate ao crime de tráfico de pessoas, com o apoio dos parceiros de cooperação.

Procedemos à inspeção de Centros de Acolhimento de Menores nas Províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Maputo e Cidade de Maputo.

Na área repressiva, no período em apreço, foram registados 22 processos-crime, contra 30 de igual período do ano anterior, o que representa um decréscimo em 8 processos, correspondentes a 26.6%.

Do total dos processos registados, 11 foram acusados e 7 encontram-se em instrução preparatória. Foram julgados 10 processos e os réus condenados em penas que variam de 2 a 24 anos de prisão maior e no pagamento de indemnização às vítimas.

A Província de Gaza foi a que registou o maior número de casos, com um total de 4, contra 2, do ano anterior.

É, no entanto, importante referir que existem casos que envolvem cidadãos moçambicanos, cujos processos correm termos na República da África do Sul e têm sido seguidos pelo Ministério Público moçambicano.

Os dados revelam uma aparente redução de casos. Queremos, porém, reconhecer que, atendendo à natureza do crime, que muitas vezes ocorre com o envolvimento de familiares ou pessoas próximas da vítima, muitos casos poderão escapar ao conhecimento das autoridades.

A Procuradoria-Geral da República, em coordenação com outras instituições, tem dado primazia às acções de assistência às vítimas de tráfico de pessoas, com destaque para a obtenção de documentos de viagem, prestação de assistência jurídica e psicológica, no território nacional e no estrangeiro, e, ainda, na identificação e localização dos progenitores das vítimas.

A cooperação internacional, particularmente com os países vizinhos, é um imperativo, tendo em conta à dimensão transnacional do crime de tráfico de pessoas, cuja materialização pressupõe o cumprimento dos acordos internacionais de que Moçambique é parte e dos memorandos de entendimento celebrados entre a Procuradoria-Geral e as suas congéneres.

É neste âmbito que tiveram lugar as visitas aos centros de acolhimento de menores localizados na República da África do Sul, bem como a troca de informação.

Temos constatado, com agrado que, em algumas Províncias do País, as entidades governamentais, no âmbito do combate à pobreza, introduziram medidas organizativas dos camponeses contra a actuação de compradores, a preços irrisórios, de produtos de primeira necessidade, nomeadamente, com a realização de feiras em que expõem e vendem, a preços mais justos, a sua produção agrícola e animal, o que tem contribuído sobremaneira para o aumento da renda e poder de compra e conseqüente melhoria de nível de vida.

Tal medida, tem tido como consequência a redução da vulnerabilidade das comunidades, em particular, das zonas fronteiriças do País, pois, permite também a reserva de produtos alimentares para consumo nos períodos de carência, evitando constantes travessias para o país vizinho e exposição a tráfico de pessoas, garantindo maior segurança e receptividade pelas comunidades às campanhas de informação e sensibilização sobre este tipo de criminalidade.

Importante se torna, pois, a definição de estratégias desta natureza integradas no Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas a aprovar pelo Governo.

5. Ilícitos Eleitorais

Durante o período em análise, decorreram as quartas eleições dos órgãos das 53 autarquias locais do país.

Com o objectivo de reforçar o conhecimento técnico, em matéria eleitoral, realizámos acções de formação, envolvendo magistrados do Ministério Público, a todos os níveis, inspectores da PIC e oficiais de permanência das esquadras e Comandos da PRM.

Nas diferentes fases do processo, nomeadamente, do recenseamento, da campanha e da votação, registaram-se infracções criminais que mereceram a nossa intervenção.

Foram instaurados 97 processos-crime, contra um total de 150 arguidos. Destes processos, 42 foram julgados, tendo sido condenados 38 réus no pagamento de multas e ou nas penas que variam de 3 dias a 1 ano de prisão e 31 cidadãos absolvidos por insuficiência de provas; e os restantes processos continuam a correr termos - **Vide anexo IX, Tabela 2.**

As infracções que mais se registaram são as de destruição de material eleitoral, perturbação da assembleia de voto, propaganda eleitoral depois de encerrada a campanha eleitoral, promoção

IV. DESEMPENHO PROCESSUAL

No uso das competências constitucionais e legais, o Ministério Público intervém nas jurisdições constitucional, criminal, cível, de menores, laboral, comercial, administrativa, aduaneira e fiscal.

1. Intervenção do Ministério Público junto do Conselho Constitucional e Tribunais Supremo e Administrativo

O Ministério Público interveio no processo referente à validação e proclamação dos resultados das eleições dos órgãos das autarquias locais, de 20 de Novembro e 1 de Dezembro de 2013 e, ainda, de 8 de Janeiro de 2014.

No período em análise, foram tramitados, ao nível da Procuradoria-Geral da República, 1.472 processos, correspondentes à soma de 299 pendentes e 1.173 entrados, sendo 215 processos no Tribunal Supremo⁸ e 1.257 processos no Tribunal Administrativo⁹. Foram despachados 1.238 processos e 189 transitaram para o período seguinte - **Vide Anexo X, Tabelas 1 e 2.**

dolosa de inscrição, propaganda eleitoral nas assembleias de voto, presença de não eleitores e dupla inscrição.

⁸ Tribunal Supremo

Nas Secções Criminais, a intervenção do Ministério Público incidiu sobre 70 processos, dos quais 33 pendentes e 37 entrados. Foram despachados 30 processos e 40 transitaram para 2014. Na Secção Cível do Tribunal Supremo, que agrega as jurisdições cível, laboral e de menores, a intervenção do Ministério Público ocorreu em 145 processos, tendo sido todos despachados – **Vide Anexo X, Tabela 1.**

⁹ Tribunal Administrativo

No Plenário do Tribunal Administrativo, o Ministério Público interveio em 93 processos, entrados em 2013, tendo sido todos despachados.

Nos contenciosos administrativo, fiscal e aduaneiro, interveio em 1.164 processos, correspondentes a 266 pendentes do ano anterior e 898 entrados em 2013. Dos 1.164 processos registados, foram despachados 1.015 e transitaram 149 processos – **Vide Anexo X, Tabela 2.** Na área da fiscalização das despesas e receitas públicas, foram apreciados 77.185 processos relativos a pessoal, dos quais 11.546 devolvidos, 43.055 visados, 124 recusados e 22.460 anotados. Foram ainda, apreciados 3.445 processos não relativos a pessoal, dos quais 2.356 devolvidos, 972 visados e 117 recusados.

Intervenção do Ministério Público no patrocínio judiciário do Estado em tribunais estrangeiros

No período em análise, o Ministério Público patrocinou o Estado em 3 acções movidas em tribunais estrangeiros, das quais, uma contra terceiros, no valor aproximado de 21.000.000,00 MT (vinte e um milhões de meticais), correspondentes a 410 mil libras. Esta acção foi movida no Tribunal Real de Jersey – um território na dependência da Grã – Bretanha, no valor aproximado de 400.000.000,00 MT (quatrocentos milhões de meticais) e de 210.000.000,00 MT (duzentos e dez milhões de meticais), correspondentes a 100 milhões de Euros e 7 milhões de USD respectivamente.

Outras acções foram movidas contra o Estado na Câmara de Arbitragem de Comércio Internacional em Paris, França e no Tribunal Superior da Califórnia nos Estados Unidos da América.

1. Intervenção do Ministério Público junto dos Tribunais Superiores de Recurso

No período em análise, foram tramitados, a nível das Sub-Procuradorias-Gerais, 1.054 processos, correspondentes à soma de 682 processos, na jurisdição criminal, 173 na jurisdição cível, 33 na jurisdição de menores e 166 na jurisdição laboral. Findaram, em igual período, 823 processos, correspondentes a 78,1%, e transitaram para o período seguinte 231 processos. Em termos comparativos, no ano passado, foram registados 824 processos-crime, o que significa um aumento de 230 processos, correspondente a 27,9% - **Vide Anexo XI, Tabela 1 a 4.**

i. Jurisdição criminal

Foram tramitados 682 processos, correspondentes à soma de 470 processos de réus presos e 212 com réus não presos. Findaram 459 processos, correspondentes a 67,3% e transitaram para o período seguinte 223 - **Vide Anexo XI, Tabela 1.**

Processos em Instrução Preparatória

Nas Sub-Procuradorias-Gerais de Nampula, Beira e Maputo, foram instaurados 8 processos, dos quais 5 foram despachados e 3 estão em diligências.

ii. Jurisdição Cível

Foram tramitados a nível das Sub-Procuradorias-Gerais 173 processos, tendo sido despachados 168 processos, correspondentes a 97,1% e transitaram para o período seguinte 5 processos - **Vide Anexo XI, Tabela 2.**

2. Intervenção do Ministério Público junto dos Tribunais Judiciais de Província e de Distrito

Jurisdição Criminal

Na jurisdição criminal, foram tramitados¹⁰, a nível nacional, 57.706 processos-crime¹¹, correspondentes à soma de 10.522 pendentes e 47.184 entrados, sendo

iii. Jurisdição Laboral

Foram tramitados nas Sub-Procuradorias-Gerais, 166 processos, tendo sido despachados 163 processos, correspondentes a 98,2% e transitaram para o período seguinte 3 - **Vide Anexo XI, Tabela 3.**

iv. Jurisdição de Menores

Foram tramitados nas Sub-Procuradorias-Gerais, 33 processos, tendo sido todos despachados correspondente a 100% - **Vide Anexo XI, Tabela 4.**

¹⁰ Nos termos do artigo 236 da CRM e das alíneas a) e c) do nº 1 do artigo 4 da Lei nº 22/2007, de 1 de Agosto.

¹¹ Dos 57.706 processos, 5.484 foram tramitados a nível das procuradorias provinciais e 52.222 a nível das procuradorias distritais.

2. Intervenção do Ministério Público junto dos Tribunais Judiciais de Província e de Distrito

i. Jurisdição Cível

O Ministério Público instaurou, em representação do Estado, 38 processos contra terceiros, no valor de 243.925.115,45 MT (duzentos quarenta e três milhões, novecentos vinte e cinco mil, cento e quinze meticais e quarenta e cinco centavos), contra 42 instaurados em 2012, no valor de 33.162.520,16 MT (trinta e três milhões, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e vinte meticais e dezasseis centavos), o que representa uma redução de 4 processos.

Contra o Estado, foram registados 72 processos, equivalentes a 95.371.726,26 MT (noventa e cinco milhões, trezentos setenta e um mil, setecentos vinte e seis meticais, vinte e seis centavos), contra 38 em 2012, correspondentes a 3.697.464.961,00 MT (três mil milhões, seiscentos noventa e sete milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um meticais), o que representa um acréscimo de 34 processos.

No mesmo período, o Ministério Público interveio em 1.716 processos, respeitantes a inventários obrigatórios, contra 2.010, em igual período anterior, 472 de execução por custas, 1 de inabilitação, 137 de investigação de paternidade e de maternidade, contra 627 do ano anterior, 2 de interdição e 461 de outras acções. Foram remetidos ao tribunal 2.473 processos, julgados 335 processos, contestados 670 e interpostos 6 recursos – **Vide Anexo XIII, Tabela 1.**

ii. Jurisdição Comercial

Funcionando as secções comerciais nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Sofala e da Cidade do Maputo, com competência especializada para dirimir questões no domínio jurídico-comercial, durante o período em análise, foram tramitados, a nível nacional, 1.029 processos, correspondentes à soma de 1 pendente e 1.028 entrados, sendo 24 do Estado contra terceiros, no valor de 11.740.924,74 MT (onze milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e vinte e quatro meticais e setenta e quatro centavos), 7 contra o Estado, equivalentes a 10.280.654,45 MT (dez milhões, duzentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro meticais e quarenta e cinco centavos), 1 de extinção de sociedades, 228 de execução por custas e 769 outros processos, contra 154 do ano transacto, o que representa um aumento de 875 processos, correspondentes a 568,2%. Foram remetidos ao tribunal 974 processos, 34 julgados, recuperados 49.987.065,84 MT (quarenta e nove milhões, novecentos e oitenta e sete mil, sessenta e cinco meticais e oitenta e quatro centavos) e 13 recorridos - **Vide Anexo XIII, Tabelas 2.**

iii. Jurisdição de Menores

Ao Ministério Público compete assegurar a defesa jurídica dos menores, nos termos da lei, tendo intervindo em:

- 3.907 processos de alimentos, contra 4.743 tramitados no ano anterior;
- 671 processos de regulação do exercício do poder parental, contra 799 em 2012;
- 171 processos de emancipação, contra 459 em 2012;
- 21 processos de entrega judicial de menores, contra igual numero em 2012;
- 18 de adopção, contra 82, em 2012;
- 229 de tutela, contra 361, em 2012;
- 155 de prevenção criminal, contra 141, em 2012 e
- 949 Outras acções, contra 853, em 2012.

Ainda nesta jurisdição, o Ministério Público instaurou:

- 942 processos de averiguação oficiosa de paternidade, contra 414 do ano anterior;
- 31 processos de averiguação oficiosa de maternidade, contra 64 do ano anterior - **Vide Anexo XIV, Tabela 1.**
-

iv. Jurisdição Laboral

No período em análise, foram tramitados 3.297 processos, sendo 1.714 de impugnação de despedimento, 451 de acidentes de trabalho, 664 emergentes do contrato de trabalho, 5 de doenças profissionais, 147 de execução por custas, 2 de estado contra terceiros, 262 de transgressão e 52 de outros processos, contra 4.599 registados em igual período do ano anterior, o que representa um decréscimo de 1.302 processos, correspondente a 28,3%.

Relativamente aos processos especiais emergentes de acidentes de trabalho, foram tramitados 451 processos, contra 1.026 do ano anterior e realizadas 215 tentativas de conciliação, contra 227, do ano anterior.

17.628 processos com arguidos presos, 967 com arguidos em liberdade provisória e 39.111 com arguidos em liberdade. Do total, 13.474 são processos de querela, 15.470 de polícia correccional e os restantes 28.762 de sumário-crime. Findaram 46.035 processos, correspondentes a 79,8%, estando em diligências 11.671. Em

Foram tramitados 5 processos especiais por doenças profissionais, contra 5 do ano anterior, e realizadas 4 tentativas de conciliação, contra 2 do ano anterior.

Foram remetidos aos tribunais 2.154, contra 2.949 e submetidos à homologação 37 acordos resultantes de tentativas de conciliação, contra 735, em 2012 - **Vide Anexo XV, Tabela 1.**

3. Intervenção do Ministério Público junto dos Tribunais de Competência Especializada

i. Jurisdição Administrativa

Na jurisdição administrativa, o Ministério Público interveio, a nível nacional, em 459 processos, sendo 211 de recurso contencioso, 49 acções administrativas, 37 pedidos de suspensão de eficácia, 18 de intimações para informação ou passagem de certidão, 3 de intimações para comportamento, 2 de visto e 139 outros processos.

Ainda no mesmo período deram entrada na secção de vistos 17.614 processos, sendo 16.917 processos relativos a pessoal, 697 de contratos.

Dos processos de natureza de pessoal, 6.866 foram visados, 6.596 anotados, 3.134 devolvidos, 55 recusados e 266 pendentes. Relativamente aos 697 processos de contratos, foram visados 33, anotados 511, devolvidos 121, 1 recusado e 31 pendentes - **Vide Anexo XVI - Tabelas 1.**

ii. Jurisdição Aduaneira

O Ministério Público interveio, a nível nacional, em 470 processos, contra 656 do ano anterior, o que representa um decréscimo em 186 processos, correspondente a 28,4% - **Vide Anexo XVII, Tabelas 1 a 5.**

Os casos mais frequentes continuam a ser de descaminho e contrabando de mercadorias, com 221 e 219, respectivamente. Estas práticas consubstanciam crimes tributários e aduaneiros, e são responsáveis pelo desvio e sonegação ao Estado de impostos e outras imposições aduaneiras previstas por lei.

Durante o ano de 2013, foram registados 77 processos, por crimes tributários contra 307 de igual período do ano anterior, representando uma redução de 230 processos, correspondente a 74,9%.

iii. Jurisdição Fiscal

No período em análise, foram tramitados a nível nacional, 1.240 processos. Os processos de transgressão e recursos fiscais registaram maior número, com 1.171 e 69 processos entrados, respectivamente. Comparativamente ao ano anterior, foram tramitados 572 processos, o que representa um acréscimo de 668, correspondente a 116,8% - **Vide Anexo XVIII, Tabelas 1 a 7.**

termos comparativos, no período anterior, foram registados 53.670 processos-crime, o que significa uma subida de 4.036 processos, correspondente a 7,5% -

Vide Anexo XII, Tabela 1 a 26.

Permitam-nos, Excelências, que referenciemos, a título exemplificativo, alguns crimes de impacto.

Nos crimes contra as pessoas, destaque vai para situações tais como:

- Três crimes de homicídio qualificado, em processo autuado a 22 de Julho de 2013, ocorrido no Povoado de Mutogoli, no Posto Administrativo de Naburi, Distrito de Pebane, Província da Zambézia, em que 2 indivíduos, sendo um curandeiro e outro ajudante daquele causaram a morte de 3 pessoas. Para o efeito, alegando que tinham poderes especiais para tornarem as pessoas ricas, instruíram as vítimas no sentido de abrirem covas, onde as enterraram vivas depois de terem solicitado que lhes entregassem todos os bens de valor de que dispunham. As vítimas perderam a vida nas covas por asfixia. Os arguidos apoderaram-se de motorizadas, bicicletas, vestuário e dinheiro das vítimas. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província da Zambézia, em 13 de Setembro de 2013.
- Um crime de homicídio qualificado, em processo autuado a 17 de Junho de 2013, ocorrido no Posto Administrativo de Dómuè, Distrito de Angónia, Província de Tete, em que 5 indivíduos, no dia 16 de Março de 2013, encontraram um cidadão, na Zona de Kweraque, que o agrediram com recurso a um pau, e atingido na região da cabeça, lesão em consequência da qual veio a perder a vida. Os arguidos, em seguida, extraíram os maxilares superiores e inferiores e os órgãos genitais da vítima. Do processo, com os

arguidos em prisão preventiva, viriam a ser acusados 4 e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Tete, em 14 de Agosto de 2013. Os réus foram julgados em 3 de Outubro de 2013, tendo sido condenado 1 na pena de 24 anos de prisão maior, 2 na pena de 2 anos; 1 foi absolvido por insuficiência de prova.

- Um crime de homicídio qualificado, em processo autuado a 25 de Maio de 2013, ocorrido no Povoado Jangue, em Mucuacua, na Localidade de Malamba, Posto Administrativo de Nhachengue, Distrito de Massinga, Província de Inhambane, em que 10 indivíduos dirigiram-se à residência da vítima, munidos de paus, catanas, e corda, com a qual a amarraram pelo pescoço, de seguida, arrastaram e agrediram a vítima, tendo na sequência dos ferimentos causados perdido a vida, alegadamente, por ter realizado cerimónia de deposição de flores nas campas de seus parentes sem lhes ter comunicado. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane, em 29 de Maio de 2013. Apenas seis réus foram acusados e julgados em 19 de Setembro de 2013 e condenados na pena de 22 anos de prisão maior e no pagamento de uma indemnização a favor dos herdeiros no valor de 1.500.000,00 MT (um milhão e quinhentos mil meticais).
- Três crimes de ofensas corporais voluntárias de que resultou deformidade, em processo autuado a 25 de Fevereiro de 2013, no Distrito de Boane, na Província de Maputo, em que um indivíduo, proprietário de um estabelecimento comercial, cortou os dedos de 3 menores com idades compreendidas entre 10 a 15 anos de idade, alegando terem furtado 520,00 MT (quinhentos e vinte meticais). O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de

Boane, no dia 15 de Abril de 2013. O réu foi julgado em 29 de Outubro de 2013, tendo sido condenado na pena de 4 anos de prisão maior e no pagamento de uma indemnização de 50.000,00 MT (cinquenta mil meticais), a favor dos ofendidos.

- Crimes de roubo concorrendo com violação e ofensas corporais voluntárias, em processo autuado a 18 de Abril de 2013, ocorridos nos Bairros Infulene, T-3, Congolote, 1º de Maio e Ndlavela, na Cidade da Matola, Província de Maputo, em que indivíduos assaltaram residências, com recurso a arma de fogo, catanas, pé de cabra, tesouras mecânicas e apoderaram-se dos bens dos residentes e violaram mulheres e menores. O processo, com 11 arguidos, 5 dos quais em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Maputo, em 10 de Dezembro de 2013.
- Dois crimes de roubo concorrendo com cárcere privado, em processo autuado a 08 de Março de 2013, ocorrido no Bairro Polana Cimento e outro no Bairro Costa do Sol, na Cidade de Maputo, em que 4 indivíduos são indiciados de terem raptado 2 cidadãos. No primeiro caso, os agentes do crime introduziram-se no quintal e ao depararem-se com os guardas da casa, desarmaram-nos, despojaram-nos do fardamento, tendo envergado eles fazendo-se, assim, passar pelos guardas. Seguidamente, abriram o portão quando a vítima chegou e ao sair da viatura, após parqueá-la, obrigaram-na a entrar na mesma e seguiram com ela até o cativoiro, localizado no Bairro de Laulane, onde permaneceu durante 3 dias e liberta, após pagamento de USD 300.000,00 (trezentos mil dólares americanos). No segundo caso, os arguidos interpelaram a vítima quando entrava na sua residência, tendo-a obrigado a entrar na sua própria viatura. Daí levaram-na

para uma casa localizada no Bairro 25 de Junho. Posteriormente, foram abandonar a viatura algures no Bairro de Malhazine. Os arguidos mantiveram a vítima em cativeiro durante 6 dias tendo a liberto, após o pagamento de USD 200.000,00 (duzentos mil dólares) e 600.000,00 MT (seiscentos mil meticais), de resgate. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, em 19 de Abril de 2013, onde encontra-se em instrução contraditória.

Nos crimes económicos, temos a destacar situações tais como:

- Um crime de abuso de confiança, em processo autuado a 1 de Agosto de 2013, ocorrido na Cidade de Maputo, em que funcionários de uma unidade sanitária são indiciados de se terem apoderado de 1.127.361,64 MT (um milhão, cento e vinte sete mil, trezentos e sessenta e um meticais e sessenta e quatro centavos), provenientes da receita cobrada em numerário pelos serviços prestados aos cidadãos. Para o efeito, um dos arguidos simulava pagamentos efectuados na máquina de POS, passando o seu próprio cartão e após a emissão do recibo, cancelava a operação, ficando com o dinheiro. O processo, com 2 arguidos em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.
- Um crime de furto qualificado, em processo autuado a 6 de Novembro de 2013, ocorrido na Cidade de Maputo, em que um trabalhador de uma instituição bancária é indiciado de se ter apoderado de 1.342.667,97 MT (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete meticais e noventa e sete centavos), recorrendo ao seu perfil de utilizador do sistema informático para a execução de transferências não autorizadas, a

partir de contas tituladas por quatro instituições do Estado, para a sua conta bancária e de terceiros, domiciliadas em bancos comerciais. O processo, com o arguido em liberdade provisória, encontra-se em instrução preparatória.

- Um crime de corrupção activa para acto ilícito, em processo autuado a 2 de Agosto de 2013, na Cidade da Matola, Província de Maputo, em que 1 magistrado e 2 agentes de autoridade são indiciados de terem solicitado e recebido 15.000,00 MT (quinze mil meticais), de 3 cidadãos detidos, numa subunidade policial, como condição para a sua restituição à liberdade. O processo, com 2 arguidos em prisão preventiva e 1 em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Superior de Recurso de Maputo, em 17 de Outubro de 2013, dada a qualidade de um dos arguidos e ordenado traslado quanto aos restantes dois que não beneficiam de foro especial.
- Um crime de furto qualificado e falsificação de título de crédito, em processo autuado a 24 de Maio de 2013, ocorrido na Cidade Nampula, Província do mesmo nome, em que 2 funcionários do Estado são indiciados de terem recebido valores monetários de 1 trabalhador de uma instituição bancária que, tendo tido conhecimento da existência de uma conta cujo titular era falecido contactou certos jovens que usando de cheque falso levantaram 880.000,00 MT (oitocentos e oitenta mil meticais). Não tendo sido um dos jovens contemplado na divisão do valor, contactou dois funcionários do Estado e uma cidadã, que se fizeram passar por magistrado e viúva do titular da conta, respectivamente. Estes foram ameaçando a trabalhadora do banco alegando que iriam apresentar queixa contra ela por ter-se apoderado do valor da viúva, caso não lhes desse 150.000,00 MT (cento e cinquenta mil meticais). Recebido o valor, os 2 funcionários e a

cidadã repartiram entre si, deixando de fora o jovem, que os contratara. Na sequência, este contactou outro funcionário, para ameaçar os colegas. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Nampula, em 26 de Agosto de 2013, onde foi aberta instrução contraditória.

- Um crime de furto qualificado, em processo autuado a 18 de Junho de 2013, no Distrito de Manica, Província do mesmo nome, em que quatro indivíduos, provenientes da Cidade de Maputo, dirigiram-se à ATM de um banco, onde fazendo-se passar por pessoas de boa-fé, dispostas a prestar a sua ajuda a quem tivesse dificuldades de fazer transacções bancárias, aproveitavam da ignorância e distração das vítimas para transferir valores para as suas contas bancárias. O processo foi remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Manica, em 27 de Junho de 2013. Os réus foram julgados, em 3 de Julho de 2013, e condenados na pena de 9 meses de prisão e 2 meses de multa.
- Um crime de roubo qualificado, em processo autuado a 24 de Junho de 2013, ocorrido na Cidade da Beira, Província de Sofala, praticado por 9 indivíduos, entre os quais, um agente de autoridade, que interceptaram a viatura de uma empresa privada e se apoderaram de 772.187,00 MT (setecentos e setenta e dois mil, cento e oitenta e sete meticais). Foram recuperados 391.255,00 MT (trezentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e cinco meticais) e um cheque no valor de 29.000,00 MT (vinte e nove mil meticais). O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Sofala, em 1 de Agosto de 2013. Os réus foram julgados e condenados nas penas que

variam de 8 a 12 anos de prisão maior. O Ministério Público interpôs recurso obrigatório.

- Um crime de desvio de fundos do Estado, em processo autuado a 29 de Abril de 2013, ocorrido no Distrito de Massinga, Província de Inhambane, em que 2 funcionários do Estado em conluio com 1 trabalhador de uma bomba de gasolina levavam senhas de combustível da instituição e abasteciam viaturas de pessoas alheias, causando um prejuízo de 107.071,95 MT (cento e sete mil, setenta e um meticais e noventa e cinco centavos). O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Massinga, em 3 de Outubro de 2013. Os réus foram julgados e condenados nas penas que variam de 2 a 12 meses de prisão simples e multa e, ainda, no pagamento de indemnização ao Estado no valor de 49.217,00 MT (quarenta e nove mil duzentos e dezassete meticais). Antes da sentença haviam sido recuperados 57.800,00 MT (cinquenta e sete mil e oitocentos meticais).

V. ACIDENTES DE VIAÇÃO

Os acidentes de viação continuam a constituir um desafio ao Estado e à sociedade moçambicana, dado o elevado nível de perdas humanas, a redução da capacidade física das pessoas e a destruição de património, pondo em causa a vida, a integridade física dos cidadãos e o desenvolvimento económico do País.

Dados¹² indicam que, em 2013, o País registou 3.197 acidentes de viação, contra 3.095 de 2012, o que representa um aumento em 3,3%.

¹² PRM/INATTER

Destes acidentes, resultaram 1.744 homicídios involuntários e 4.701 ofensas corporais involuntárias, representando um aumento do número de óbitos em 170, e uma redução dos feridos em 259 - **Vide anexo XIX, Tabela 1.**

Urge, pois alterar o cenário, mediante o reforço da fiscalização rodoviária, colocação e reposição de sinais, intensificação das campanhas de sensibilização para a mudança de atitude por parte dos automobilistas, dos utentes das vias e do público em geral¹³.

Há que proceder, igualmente, à denúncia e consequente aplicação efectiva das medidas disciplinares contra os agentes de fiscalização rodoviária para a mudança de atitude, paralelamente às acções desenvolvidas no âmbito da prevenção e combate à corrupção.

Encorajam-nos os esforços do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER) visando a:

¹³ A sistemática violação das regras de condução, traduzida no exercício da condução em estado de embriaguez, excesso de velocidade e manobras irregulares e perigosas, deficiente estado mecânico das viaturas, a precariedade das vias e a falta ou deficiente sinalização das rodovias, continuam a constituir as causas imediatas dos acidentes. Nos centros urbanos, nomeadamente, nas Cidades de Maputo e Matola, alguns transportadores semi-colectivos de passageiros têm sido a aposta preferencial dos passageiros pelo facto de, pela velocidade excessiva e ultrapassagens irregulares, permitir-lhes chegar em menos tempo ao destino. Algumas dessas viaturas são de transporte escolar, colocando em perigo a vida das crianças transportadas. Temos o registo de situações de motoristas de transporte de passageiros, sobretudo, os de longo curso, que consomem bebidas alcoólicas, fazem manobras perigosas perante a indiferença dos passageiros, que não reportam à Polícia de Trânsito, só o fazendo depois da ocorrência de acidente. Estas situações poderiam ser acauteladas ou até as suas consequências inexistentes se os passageiros denunciasses tais actos. É também preocupante o transporte de passageiros em viaturas de caixa aberta, sem as mínimas condições de segurança, o que resulta em quedas de pessoas, com todas as consequências para as vítimas e suas famílias. Só em 2013, registaram-se 69 casos de queda de passageiros, ocasionando a morte de 44 cidadãos e ferimentos em 25.

- Promoção de mais campanhas de educação e sensibilização sobre factores de risco de acidentes de viação;
- Introdução de soluções informáticas para a gestão do cadastro de condutores e para a gestão e sinalização dos pontos de maior ocorrência de acidentes de viação;
- Aprovação de conteúdos do curso de segurança rodoviária a ser ministrado aos condutores que cometem contravenções.

Queremos saudar a PRM, pelo trabalho em curso na Província de Inhambane, de colocação de POS nos postos policiais com vista a facilitar o pagamento de multas pelos transgressores, alguns dos quais estrangeiros, o que contribuirá, sobremaneira, para uma punição efectiva dos mesmos e para a arrecadação de receitas, nos termos da lei, para além de ser um grande contributo para o combate à corrupção, bem assim, para a elevação da consciência e responsabilidade dos automobilistas.

Fazemos, um apelo veemente, a todos os automobilistas e a todos os utentes das vias públicas para que ponham a mão na consciência e olhem para as dezenas e centenas de vidas humanas que são vítimas dos acidentes de viação, que olhem para a destruição do maior património deste nosso País, as pessoas.

O Estado continuará a investir no contexto preventivo, através de medidas de natureza policial, de sinalização e fiscalização rodoviária, fiscalização das escolas de condução e de interdição de condução a automobilistas imprudentes, nos termos da lei.

VI. COMBATE À CORRUPÇÃO

O combate à corrupção constitui um desafio para o Estado e para a sociedade. Com respeito à estratégia definida pelo Governo, várias iniciativas têm sido desenvolvidas pelas instituições do Estado e organizações da sociedade civil aos diversos níveis tendo em vista a luta contra este fenómeno.

De modo a dar resposta a este flagelo identificamos três frentes fundamentais de actuação, nomeadamente: 1) repressão; 2) prevenção; 3) coordenação institucional.

Na frente repressiva, no período em análise, foram tramitados 876 processos, dos quais 600 de corrupção e 276 de peculato e desvio de fundos ou bens do Estado.

Foram acusados 296 processos, julgados 138, tendo recaído despacho de abstenção em 45 processos.

Paralelamente, a nível do Tribunal Administrativo foi ordenado por acórdãos a responsabilização financeira de 128 gestores por infracções financeiras punidas por multas cumuladas com reposições integrais dos valores não justificados.

Na frente preventiva, foram reforçados os mecanismos de controlo interno dos órgãos do Estado, com a realização de auditorias pela Inspecção-Geral de Finanças, pelos gabinetes de auditoria institucionais, pela auditoria externa do Tribunal Administrativo, tendo qualquer destes mecanismos contribuído para o estancamento de oportunidades de utilização indevida de recursos ou de criação de dificuldades para a venda de facilidades.

Foram realizadas 450 auditorias pelo Tribunal Administrativo, 260 pela Inspeção-Geral de Finanças, no intuito de avaliar a utilização ou aplicação dos recursos públicos.

Paralelamente, foram realizadas 225 palestras que abrangeram 8.634 participantes, 26 acções de formação que envolveram 173 servidores públicos e 600 estudantes universitários.

No intuito de partilha de informação com os cidadãos, foi instituída a realização de uma conferência de imprensa mensal pelo Gabinete Central de Combate à Corrupção, na qual é reportado o desempenho deste órgão, o que se tem mostrado positivo, do ponto de vista de prevenção geral para os crimes de corrupção, peculato, desvio de fundos ou bens públicos, participação económica em negócio e conexos.

No que tange à coordenação institucional, desenvolvemos acções tendo em vista maior comunicação entre as instituições do Estado, de modo a detectar de forma precoce situações relativas aos desvios do fundo de salário ou à alienação indevida de património público, e possamos ter informação cruzada mesmo nas fases de inquérito ou de processo disciplinar movido contra algum servidor público.

No conjunto das acções realizadas tendo em vista o reforço das medidas de prevenção contra a corrupção, avultam as seguintes recomendações desenvolvidas:

- Uma criteriosa planificação e programação da aplicação dos recursos com respeito às regras de gestão orçamental;

- Uma rigorosa prestação de contas, como corolário da gestão transparente dos recursos disponíveis;
- Um regular exercício de auditoria das aplicações financeiras e do desempenho institucional.

Olhando para os números de processos relativos à corrupção, peculato, desvio de fundos ou bens públicos, participação económica em negócio e conexos desde 2008, foram tramitados 4.142 processos, acusados 1.318 e julgados 508.

Estamos conscientes que a batalha da luta contra a corrupção está longe de ser ganha. No entanto, continuamos convictos de que com o envolvimento de todos os órgãos do Estado, de toda a máquina judiciária e a participação de todo o nosso povo reduziremos o fenómeno à sua insignificância¹⁴.

¹⁴ **Informação detalhada deste capítulo infra.**

A corrupção, nas suas diversas manifestações, continua a constituir preocupação dos moçambicanos.

No período em análise, registaram-se casos de corrupção nas instituições públicas, em que funcionários e agentes do Estado, actuando à margem da lei, solicitaram e aceitaram subornos como condição para prática de actos no exercício das suas funções.

Referimo-nos a situações de corrupção na contratação pública, venda de vagas nos concursos de ingresso, cobranças ilícitas nas unidades sanitárias e escolares, na fiscalização rodoviária, entre outras.

A dimensão transversal deste fenómeno exige a aplicação efectiva das normas e princípios de integridade e transparência, pelas instituições públicas, com a colaboração da sociedade no geral.

Cientes disso, desenvolvemos, em coordenação com as demais instituições públicas e privadas, acções de prevenção e combate à corrupção.

No contexto da prevenção, concentrámos as nossas acções na educação cívica, através de palestras e capacitação de funcionários do Estado e das autarquias locais, estudantes, agentes económicos e cidadãos, no geral.

Realizámos campanhas de sensibilização via rádio e televisão e procedemos à divulgação da Lei da Probidade Pública, do Regulamento de Contratação Pública de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, entre outros instrumentos legais - **Vide Anexo XX, Tabela 1.**

Em coordenação com o Ministério da Educação, projectámos programas para a criação de núcleos anti-corrupção nas escolas e para a inserção de conteúdos anti-corrupção nos *curricula* escolares.

Com o Ministério do Interior e a Autoridade Tributária, elaborámos o Plano de Prevenção e Combate à Corrupção nas Fronteiras, um instrumento multi-sectorial e sob coordenação do GCCC, através do qual se pretende fortalecer o combate à corrupção nas nossas fronteiras.

Ainda nesta vertente, registámos actividades realizadas por outras instituições no domínio da prevenção e combate à corrupção e prestámos colaboração na concepção de planos e estratégias de instituições públicas, cujos pilares traduzem-se na promoção dos princípios de integridade, transparência e prestação de contas.

O nosso desafio estratégico é prosseguir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de coordenação, com outros órgãos do Estado e demais instituições públicas e privadas, mediante a celebração de memorandos de trabalho e troca de informações regulares.

No período em análise, registámos casos de desvio que consistiram na retirada de fundos de salários, pagamento de ajudas de custo, bolsas de estudo, passagens aéreas para viagens particulares e despesas pessoais, com a violação das regras de gestão orçamental.

O Gabinete Central e os Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção, bem como as Procuradorias Provinciais tramitaram 876 processos, contra 698, dos quais, 600 de corrupção, 103 de peculato e 173 de desvio de fundos ou bens do Estado. Foram acusados 296, julgados

VII. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A expansão dos serviços do Sistema da Administração da Justiça e o reforço da articulação e coordenação deste com os demais órgãos do Estado demonstra a concretização da garantia do acesso do cidadão à justiça e ao direito.

A colocação de magistrados, técnicos e assistentes jurídicos do IPAJ, a existência de advogados nas capitais provinciais e em alguns distritos do País, a edificação de infra-estruturas nos distritos de modo a colocar os serviços próximos do cidadão, são sinais do crescimento do Sistema e efectiva gradualmente a função de servir cada vez mais e melhor o cidadão.

A mobilização de recursos e o aperfeiçoamento do aparelho técnico-administrativo, ao longo do ano de 2013, abriram boas perspectivas para a continuação da materialização do Plano Estratégico da Procuradoria-Geral da

138, e em 45 recaiu despacho de abstenção, contra 256, 88 e 35, respectivamente, em igual período anterior - **Vide Anexo XX, Tabela 2 a 8.** Foram detidos 270 cidadãos, sendo 193 em flagrante delito.

Foram recuperados, a favor do Estado, 2.223.949,00 MT (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e quarenta e nove meticais), contra 17.465.425,00 MT (dezassete milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco meticais), em 2012.

A nossa intervenção nesta vertente contou com a colaboração do Tribunal Administrativo, Inspecção-Geral de Finanças, inspecções e auditorias internas dos ministérios, através da remessa de relatórios de auditoria; da comunicação social, bem como de outras instituições do Estado e da sociedade, no geral, através das denúncias.

A nossa aposta continua a ser a formação de magistrados, auditores e investigadores, a garantia da celeridade processual, a responsabilização dos infractores e a recuperação dos fundos do Estado desviados.

República, do Plano Integrado do Sector da Justiça, alinhados com os demais instrumentos orientadores do Sistema de Administração da Justiça e do Governo na perspectiva de capacitação institucional e boa governação.

Toda a acção do sector, em bloco, esteve virada para o desenvolvimento e capacitação institucional para melhor prestação de serviço ao nosso povo, promoção da boa governação, da integridade e da cultura de transparência, bem assim a responsabilização dos poderes públicos, no contexto da edificação e consolidação do nosso Estado de Direito Democrático.

A nossa aposta continua a incidir em áreas fundamentais, nomeadamente: 1) reforço organizacional; 2) desenvolvimento de acções preventivas; 3) controlo da legalidade; 4) respeito pelos direitos humanos; 5) reforço das acções repressivas a começar pelo incremento da celeridade processual.

Na perspectiva organizacional, a formação, a realização de estudos temáticos para o aprofundamento de questões técnico-jurídicas, tendo em vista a garantia da qualidade da nossa intervenção, no domínio processual, continuarão a merecer prioridade, paralelamente, ao desenvolvimento das tecnologias de informação, um instrumento importante para ajudar a esclarecer os fenómenos na actual desenvoltura da criminalidade organizada.

A prevenção criminal, através da adopção de medidas de inteligência policial, medidas de facilitação e de desburocratização da comunicação intra-institucional, e externa, na relação com os cidadãos, terá a primazia necessária, sempre na perspectiva de que, em matéria penal, de nada vale combater os casos consumados, enquanto continuarem a aparecer outros não evitados a tempo.

No controlo da legalidade, área de eleição do Ministério Público, reforçaremos os mecanismos de actuação dos magistrados do Ministério Público, aperfeiçoaremos os mecanismos de articulação com os outros órgãos do Estado que realizam acções neste domínio e melhoraremos o desempenho da Inspeção do Ministério Público.

Continuaremos a encarar o respeito pelos direitos humanos como um modo de ser e de estar, na perspectiva de observância das garantias constitucionais dos cidadãos detidos ou constituídos arguidos, nomeadamente, no respeito pelos prazos de prisão preventiva, na garantia de uma acusação e direito a um julgamento justo, no qual os réus beneficiam de um verdadeiro direito ao contraditório e assistidos por advogado ou assistente à altura, bem assim na inspeção aos estabelecimentos prisionais para uma melhor qualidade de reclusão.

Não há como combater o crime sem articulação sintonizada da máquina repressiva do Estado. Por isso, tal desiderato continuará a ser a nossa aposta no interesse de segurança, ordem e tranquilidade públicas ao serviço do cidadão.

No contexto do reforço aos poderes públicos e consolidação do Estado de Direito Democrático acompanharemos, nos termos da lei, o processo eleitoral marcado para Outubro próximo.

As comemorações das “Bodas de Prata da PGR”¹⁵, sob o lema “25 Anos Servindo Moçambique”, bem como dos 20 anos da Ordem dos Advogados de Moçambique, além de servir de marcos histórico-institucionais, na edificação de uma PGR, e de uma advocacia que apostam em servir melhor o cidadão, são,

¹⁵ Em 19 de Setembro de 2014.

também, um momento de reflexão sobre o estágio de desenvolvimento de todo o Sistema de Administração da Justiça.

Estamos convencidos que, com o estreitamento da relação com o cidadão, através da sua participação activa e consciente, se elevem os níveis de confiança conducentes à erradicação de casos de justiça pelas próprias mãos, à redução dos índices de criminalidade.

A consolidação do funcionamento dos tribunais superiores de recurso, das sub-procuradorias-gerais, dos tribunais administrativos, fiscais e aduaneiros e o incremento do seu desempenho processual, afiguram-se como alguns dos maiores desafios a materializar.

Na função de servir melhor o cidadão, *nosso ponto de partida e de chegada*, assumimos o compromisso de engajarmo-nos na materialização deste desejo comum, contribuindo para o desenvolvimento do nosso País, bem como para a edificação do nosso Estado de Direito Democrático.

PGR: 25 anos servindo Moçambique!

Muito Obrigado!

Casos de impacto referidos na leitura

GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Processo n.º 30/GCCC/13 – Autuado em 02 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso em que 1 magistrado e 2 membros da PRM são indiciados de terem solicitado e recebido 15.000,00 MT (quinze mil meticais), de 3 cidadãos detidos, numa subunidade policial, na Província de Maputo como condição para a sua restituição a liberdade. O processo, com 2 arguidos em prisão preventiva e 1 em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Superior de Recurso de Maputo, em 17 de Outubro de 2013, dada a qualidade de um dos arguidos.

Província de Nampula

Processo n.º 152/PPN/13- Autuado em 24 de Maio de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no Distrito de Moma, em que 2 funcionários do Estado são indiciados de terem recebido valores monetários de 1 trabalhador de uma instituição bancária que, tendo tido conhecimento da existência de uma conta cujo titular era falecido contactou uns jovens que, usando de cheque falso, levantaram 880.000,00 MT (oitocentos e oitenta mil meticais). Não tendo sido um dos jovens contemplado na divisão do valor, contactou os dois funcionários do Estado e uma senhora, que se fizeram passar por magistrados e viúva do titular da conta, respectivamente. Estes foram ameaçando a trabalhadora do banco, alegando que iriam apresentar queixa contra ela por ter-se apoderado do valor da viúva, caso não lhes desse 150.000,00 MT (cento e cinquenta mil meticais). Recebido o valor os 2 funcionários e a senhora repartiram entre si, deixando de fora o jovem, que os contratara. Na sequência, este contactou outro funcionário da procuradoria, para ameaçar os colegas. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal em 26 de Agosto de 2013. Foi aberta instrução contraditória.

Província da Zambézia

Processo nº 94/2013 - Autuado em 22 de Julho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no Povoado de Mutogoli, no Posto Administrativo de Naburi, Distrito de Pebane, em que 2 curandeiros, sendo um ajudante e o outro mestre causaram a morte de 3 pessoas. Para o efeito, alegando que tinham poderes para tornar as pessoas ricas, instruíram as vítimas no sentido de abrirem covas, onde as enterraram vivas, após solicitar que lhes entregassem todos os bens de valor que dispunham. As vítimas perderem a vida nas covas por asfixia. Os arguidos apoderaram-se de motorizadas, bicicletas, vestuário e dinheiro das vítimas. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província da Zambézia em 13 de Setembro de 2013.

Província de Tete

Processo nº 487/2013 - Autuado em 17 de Junho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no posto Administrativo de Dómuè, Distrito de Angónia, em que 5 indivíduos no dia 16 de Março de 2013, encontraram um indivíduo, na Zona de Kweraque, tendo estes o agredido com recurso a um pau, e atingido na região da cabeça, em consequência perder a vida. Em seguida extraíram os maxilares, dentes e órgãos genitais. Sobre um dos arguidos recaiu despacho de abstenção. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Tete em 14 de Agosto de 2013. Os réus foram julgados em 3 de Outubro de 2013, tendo 1 sido condenado na pena de 24 anos de prisão maior, de 2 na pena de 2 anos e 1 foi absolvido por insuficiência de provas.

Província de Manica

Processo n° 78/CDM/2013, autuado no dia 18 de Junho de 2013. Trata-se de um caso em que um grupo constituído por quatro indivíduos, provenientes da Cidade de Maputo, dirigiu-se à ATM de um banco, onde fazendo-se passar por pessoas de boa-fé, dispostos a prestar a sua ajuda a quem tivesse dificuldades de fazer transacções bancárias, aproveitavam da ignorância e distração das vítimas para transferir valores para as suas contas bancárias. O processo foi remetido ao tribunal em 27 de Junho de 2013. Os réus foram julgados, em 3 de Julho de 2013, e condenados na pena de 9 meses de prisão e 2 meses de multa.

Província de Sofala

Processo n° 88/PPS/13 - Autuado em 24 de Junho de 2013. Trata-se de um crime de roubo qualificado praticado por 9 indivíduos, entre os quais um agente da autoridade, que interceptaram uma viatura de uma empresa privada e se apoderaram de 772.187,00 MT (setecentos setenta e dois mil, cento e oitenta e sete meticais). Daquele valor foram recuperados 391.255,00 MT (trezentos noventa e um mil, duzentos cinquenta e cinco meticais) e um cheque no valor de 29.000,00 MT (vinte nove mil meticais). O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal em 1 de Agosto de 2013. Os réus foram julgados e condenados nas penas que variam de 8 aos 12 anos de prisão maior. O Ministério Público interpôs recurso obrigatório.

Província de Inhambane

Processo n.°85/ 2013 – PPI - Autuado em 25 de Maio de 2013. Trata-se de um caso em que 10 indivíduos dirigiram-se à residência da vítima, munidos de paus, catanas e corda, com a qual a amarraram pelo pescoço, arrastaram e agrediram,

tendo perdido a vida, em resultado das lesões causadas alegadamente por ter realizado deposição de flores nas campas de familiares sem terem os comunicado. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane em 29 de Maio de 2013. Sobre 4 dos réus recaiu despacho de não pronúncia. 6 réus foram julgados em 19 de Setembro de 2013 e condenados na pena de 22 anos de prisão maior e ao pagamento de uma indemnização a favor dos herdeiros no valor de 1.500.000,00 MT (um milhão e quinhentos mil meticais).

Processo nº 58/2013/PPI - Autuado em 29 de Abril de 2013. Trata-se de um caso em que 2 funcionários do Estado em conluio com 1 trabalhador de uma bomba, de gasolina levavam senhas de combustível da instituição e abasteciam viaturas de pessoas alheias, causando um prejuízo de 107.071,95 MT (cento e sete mil, setenta e um meticais e noventa e cinco centavos). O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Massinga, em 3 de Outubro de 2013. Os réus foram julgados e condenados nas penas que variam de 2 a 12 meses de prisão simples e multa e, ainda, no pagamento de indemnização ao Estado no valor de 49.217,00 MT (quarenta e nove mil duzentos e dezassete meticais). Antes da sentença haviam sido recuperados 57.800,00 MT (cinquenta e sete mil e oitocentos meticais).

Província de Maputo

Processo nº 126/PPM/2013 - Autuado em 23 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso de tráfico de droga, ocorrido no Distrito de Boane, em que foram encontrados na lixeira de Mavoco 5.284 kg de haxixe, tendo sido detidos 9 indivíduos, durante as investigações, dos quais 5 agentes da autoridade, 1 militar e os restantes civis. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva e 5 em

liberdade provisória mediante TIR, foi acusado e remetido ao tribunal em 24 de Fevereiro de 2014.

Processo nº 209/PPM/13, com 16 processos em apenso - Autuado em 18 de Abril de 2013. Trata-se de casos de roubo concorrendo com violação e ofensas corporais voluntárias, ocorrido nos Bairros Infulene, T-3, Congolote, 1º de Maio, Ndlavela, em que indivíduos assaltaram residências, com recurso a arma de fogo, catanas, pé de cabra, tesouras mecânicas e apoderaram-se dos bens dos residentes, violaram mulheres e menores. O processo, com 11 arguidos, 5 dos quais em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Maputo em 10 de Dezembro de 2013.

Processo nº 91/PDB/13 – Autuado em 15 de Abril de 2013. Trata-se de um crime de ofensas corporais voluntárias, em que um indivíduo, proprietário de um estabelecimento comercial, cortou os dedos de 3 menores com idades compreendidas entre 10 a 15 anos de idade, alegando terem furtado 520,00 MT (quinhentos e vinte meticais). O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Boane, no dia 15 de Abril de 2013. O réu foi julgado em 29 de Outubro de 2013 e condenado na pena de 4 anos de prisão maior e no pagamento de uma indemnização de 50.000,00 MT (cinquenta mil meticais), a favor dos ofendidos.

Cidade de Maputo

Processo nº 320/PCM/13 – Autuado em 12 de Novembro de 2013. Trata-se de crime de desvio de fundos do Estado em que funcionários de uma unidade sanitária são indiciados de se terem apoderado de 1.127.361,64 MT (um milhão, cento e vinte sete mil e trezentos e sessenta e um meticais e sessenta e quatro centavos), provenientes da receita cobrada em numerário pelos serviços prestados

aos cidadãos. Para o efeito, u dos indiciados simulava pagamentos efectuados na máquina de pagamentos POS, passando o seu próprio cartão e após a emissão do recibo, cancelava a operação, ficando com o dinheiro. O processo, com 2 arguidos em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.

Processo n.º 315/PCM/13 – Autuado em 6 de Novembro de 2013. Trata-se de um caso em que um trabalhador de uma instituição bancária é indiciado de se ter apoderado de 1.342.667,97 MT (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e sete meticais e noventa e sete centavos), recorrendo ao seu perfil de utilizador do sistema informático para a execução de transferências não autorizadas, a partir de contas tituladas por três instituições do Estado e 1 órgão de soberania, para a sua conta bancária e de terceiros, domiciliadas em bancos comerciais. O processo, com 1 arguido em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.

Processo n.º 52/PCM/2013 - Autuado em 8 de Março de 2013. Trata-se de dois crimes de roubo concorrendo com cárcere privado, em que 4 arguidos são indiciados de terem raptado 2 cidadãos, sendo um no Bairro da Polana Cimento e outro no Bairro Costa do Sol. No primeiro caso, os agentes do crime introduziram-se no quintal e ao depararem-se com os guardas da casa, desarmaram-nos, despojaram-nos do fardamento, tendo eles envergado fazendo-se passar pelos guardas. Seguidamente, abriram o portão quando a vítima chegou e ao sair da viatura após parqueá-la, obrigaram a entrar na mesma e seguiram com ela até um cativoiro, localizado no Bairro de Laulane, onde permaneceu durante 3 dias e liberta após pagamento de USD 300.000,00 (trezentos mil dólares americanos). No segundo caso, os arguidos interpelaram a vítima quando entrava na sua residência, tendo-a obrigado a entrar na sua própria viatura. Daí levaram-na para uma casa localizada no Bairro 25 de Junho. Posteriormente, foram abandonar a viatura algures no Bairro de Malhazine. Os arguidos mantiveram a

vítima em cativo durante 6 dias tendo a libertado após o pagamento de USD 200.000,00 (duzentos mil dólares) e 600.000,00 MT (seiscentos mil meticaís), de resgate. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal em 19 de Abril de 2013. Encontra-se em instrução contraditória.

Outros casos

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Processo 01/PGR/13 – Autuado em 26 de Março de 2013. Trata-se de um crime de furto qualificado e falsificação de documentos, em que trabalhadores de uma empresa pública, em conluio com alguns fornecedores de bens e serviços, na Cidade de Maputo, são indiciados de se terem apoderado de 23.908.629,99 MT (vinte e três milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e vinte e nove meticaís e noventa e nove centavos), com recurso a manipulação do sistema informático. Para o efeito, falsificavam ordens de compras e pagamento, facturas e recibos, e guias de entrega, simulando fornecimento de materiais. Assim, e por via disso, conseguiam que a empresa emitisse cheques para pagamento de produtos não fornecidos. O processo, com oito arguidos, dos quais 5 em prisão preventiva e 7 em liberdade, foi acusado em 13 de Novembro de 2013 e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito Municipal Ka Mpfumo.

GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Casos de impacto não julgados

Processo nº 45/GCCC/13 - Autuado em 5 de Novembro de 2013. Trata-se de um caso em que dirigente de uma instituição pública é indiciado de se ter apoderado de fundos do Estado no valor de 2.515.839,76 MT (dois milhões, quinhentos e quinze mil, oitocentos e trinta e nove meticaís e setenta e seis centavos). Para o

efeito, ordenou a um instituto por si tutelado, o pagamento de ajudas de custo, em deslocações para dentro e fora do país, entre os anos de 2010 e 2012, sabendo que não lhes eram devidos, uma vez ter recebido na sua instituição, e ainda, de ter usado fundos do Estado para a reabilitação de residências pessoais. O processo, com o arguido em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº. 29/GCCC/2013-Autuado em 01 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso em que 4 funcionários de uma instituição pública, na Cidade de Maputo, são indiciados de se terem apoderado de 1.580.735,00 MT (um milhão, quinhentos e oitenta mil, setecentos e trinta e cinco meticais) destinado ao pagamento de impostos. O processo, com 4 arguidos em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº. 30/GCCC/2013/I - Autuado em 10 de Outubro de 2013. Trata-se de um caso em que funcionários de uma instituição do Estado são indiciados de se terem apoderado de fundos do Estado, através de pagamento de subsídios indevidos a título de consultorias realizadas e aquisição de bens de uso pessoal. O processo, encontra-se na fase pré processual.

Processo nº. 21/GCCC/2013 - Autuado em 22 de Maio de 2013. Trata-se de um caso em que funcionários de uma instituição pública são indiciados de terem viciado processos de abate de bens do Estado, com o intuito de beneficiar terceiros e em troca de vantagens patrimoniais. Para o efeito, atribuíam aos referidos bens, valor abaixo do real, e colocavam bens para abate ainda com vida útil. O processo, com arguidos em liberdade, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 23/GCCC/2013 - Autuado em 19 de Junho de 2013. Trata-se de um caso em que um director de um instituto público, na Cidade de Maputo, é

indiciado de ter ordenado o pagamento de ajudas de custo acima do devido e de ter usado fundos da instituição na aquisição de combustível para fins pessoais, tendo causado um prejuízo no valor de 510.416,16 MT (quinhentos e dez mil, quatrocentos e dezasseis meticais e dezasseis centavos). O processo, com 1 arguido em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito Municipal Ka Mpfumo, em 27 de Junho de 2013.

Processo nº 40/GCCC/2012 - Autuado em 30 de Dezembro de 2012. Trata-se de um caso em que 4 funcionários de um Ministério e 17 cidadãos sem vínculo com o mesmo são indiciados de se terem apoderado de 33.100.810,24 MT (trinta e três milhões, cem mil, oitocentos e dez meticais e vinte quatro centavos) destinados ao pagamento de salários. Para o efeito, os funcionários processavam os salários de forma duplicada ou processavam, a seu favor, valor superior ao devido ou, ainda, ordenavam o pagamento de valores a título de salários a favor de várias contas bancárias por si tituladas. O processo, com 9 arguidos em prisão preventiva e 4 em liberdade provisória, foi acusado no dia 31 de Outubro de 2013 e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo. Em virtude de 8 arguidos encontrarem-se em parte incerta, foi ordenada a separação de culpas, tendo sido instaurado um processo autónomo contra os mesmos.

Processo nº 44/GCCC/2012-Autuado em 10 de Abril de 2012. Trata-se de um caso em que 2 trabalhadores de uma empresa pública usaram uma empresa privada em que um deles é sócio para prestar serviços de pintura e jardinagem a favor daquela, no valor de 526.598,46 MT (quinhentos e vinte seis mil, quinhentos e noventa e oito meticais e quarenta e seis centavos). O processo, com 2 arguidos em liberdades, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Nampula, no dia 28 de Fevereiro de 2014.

Processo nº 45/GCCC/12 - Autuado em 26 de Dezembro de 2012. Trata-se de um caso em que um dirigente de uma instituição pública é indiciado de se ter apoderado de fundos do Estado, no valor de 2.024.568 MT (dois milhões, vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito meticais). Para o efeito, o indiciado alegou que adquiriu e importou equipamento destinado ao fabrico de mapas cartográficos, numa empresa Sul Africana. Contudo, o objecto da compra nunca deu entrada na instituição. O processo, com 1 arguido em liberdade, foi acusado no dia 08 de Julho de 2013 e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito Municipal Kampfumo.

Casos de impacto julgados

Processo nº 450/PPT/2013 – Autuado em 3 de Junho de 2013. Trata-se de um crime de desvio de fundos do Estado, em que dois funcionários de uma instituição pública, na Província de Tete, apoderaram-se do valor de 17.330,00MT (dezassete mil trezentos e trinta meticais), que se destinavam à compra de material de uma Escola. O processo, com 2 arguidos em liberdade provisória, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Tete, em 10 de Junho de 2013. Os réus foram julgados em 18 de Dezembro de 2013 e leitura do acórdão foi marcada para 20 de Março.

Processo nº 1/GPCCI/13 – Autuado em 13 de Fevereiro de 2013. Trata-se de crimes de abuso de cargo e pagamento de remunerações indevidas, em que um dirigente de uma instituição pública e um funcionário da mesma, na Cidade de Inhambane, apoderaram-se de 192.990,00MT (cento e noventa e dois mil, novecentos e noventa meticais) a título de senhas de participação em encontros de trabalho. O processo, com 2 arguidos, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane, em 15 de Fevereiro de 2013. Os réus foram julgados

no dia 05 de Agosto de 2013 e condenados na pena de 6 meses de prisão, convertida em multa.

Processo nº 05/GCCC/13 - Autuado em 08 de Fevereiro de 2013. Trata-se de um crime de corrupção passiva para acto ilícito, em que um oficial de diligências, afecto a uma instituição judiciária em Maputo, solicitou e recebeu 7.000.00 MT (sete mil meticais) de um cidadão, para não executar um mandado de captura contra o mesmo. O processo foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito Ka Mubukuana em 11 de Março de 2013. O réu foi julgado em 01 de Novembro de 2013 e condenado na pena de um ano de prisão, convertida em multa.

Processo nº 29/GCCC/09 - Autuado em 16 de Novembro de 2009. Trata-se de crimes de corrupção passiva para acto lícito e de abuso de cargo ou função, ocorridos na Província de Sofala, em que um magistrado é acusado de ter solicitado e recebido valor em numerário, de um cidadão, ofendido num processo-crime, a ele distribuído. Para o efeito, o magistrado, cobrou o valor de 50.000,00 MT (cinquenta mil meticais), como condição para dar andamento ao referido procedimento criminal. O processo, com 1 réu em liberdade, foi julgado no dia 29 de Julho de 2013, pelo Tribunal Judicial da Província de Sofala, tendo sido condenado na pena de 2 anos e 2 meses de prisão convertida em multa e na pena acessória de não contratar com nenhuma instituição do Estado. O réu interpôs recurso.

Processo nº 110/PPI/2009- Autuado em 05 de Maio de 2009. Trata-se de um crime de desvio de fundos de Estado ocorrido na Província de Inhambane, em que 23 funcionários, dentre os quais, dirigentes de uma instituição são indiciados de se terem apoderado de fundos de Estado no valor de 514.980,30 MT (quinhentos e catorze mil, novecentos e oitenta meticais e trinta centavos). Para o efeito,

simulavam viagens em serviço, solicitando desse modo, o pagamento indevido de ajudas de custo de viagens que nunca se concretizavam. O processo, com 23 arguidos em liberdade, foi acusado no dia 12 de Setembro de 2011, remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Inhambane. Os réus foram julgados em 16 e 17 de Outubro de 2013, e aguardam sentença.

NIASSA

Casos de Impacto julgados

Processos n.º 69/PPN/2012 - Autuado em 24 de Julho de 2012. Trata-se de um caso de desvio de fundos do Estado no valor de 4.803.237,73 MT (quatro milhões e oitocentos e três mil e duzentos e trinta sete meticais e setenta e três centavos), em que um dirigente de uma instituição pública, em cumplicidade com os fornecedores, sobrefacturava a aquisição de bens e serviços. Seguidamente, os proprietários das empresas faziam a entrega do valor adicionado ao arguido que usava em proveito próprio. O processo, com arguido em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Niassa, em 10 de Setembro de 2013. O réu foi julgado, em 14 de Novembro de 2013, tendo sido condenado na pena de 22 anos de prisão maior. O Ministério Público interpôs recurso obrigatório.

CABO DELGADO

Casos de impactos não julgados

Processo n.º 197/PP/13 - Autuado em 9 de Abril de 2013. Trata-se de um caso, ocorrido na noite do dia 5 de Abril, no Bairro Nihula-Nnaua, Cidade de Montepuez, em que 3 indivíduos são indiciados de terem tirado a vida de um cidadão com recurso a uma catana. Seguidamente extraíram os órgãos genitais. O

processo, com 3 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal em 30 de Setembro de 2013.

Processo n.º 174/PP/CDCH/2013 - Autuado em 28 de Junho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no Distrito de Chiúre, em que um indivíduo é indiciado de ter tirado a vida a um guarda de uma residência com recurso a um instrumento contundente. Em seguida enterrou o corpo da vítima junto de uma lixeira e apoderou-se de bens da residência que o finado guardava. O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, em 13 de Setembro de 2013.

NAMPULA

Casos de Impacto não julgados

Processo n.º 53/PIC/13 - Autuado em 03 de Janeiro de 2013. Trata-se de um crime de roubo concorrendo com cárcere privado, ocorrido por volta das 20:00 horas do dia 03 de Março de 2013, em que uma cidadã, gerente de um estabelecimento comercial, quando saía do seu posto de trabalho, em direcção a sua viatura, foi surpreendida por 3 cidadãos desconhecidos que a levaram para o campo 25 de Junho, onde a libertaram 3 horas depois, mediante o pagamento de 2.000.000,00 MT (dois milhões de meticais), pelos familiares. O processo, contra desconhecidos está em instrução preparatória.

Processo n.º 172/PDA/13 – Autuado em 12 de Julho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no dia 03 de Junho de 2013, em que um ex-empregado dirigiu-se à residência do seu anterior empregador, onde fazendo-se passar por familiar de um menor de 2 anos de idade, levou-o consigo em direcção ao Distrito de Mogovolas, num transporte semi-colectivo de passageiros, tendo o motorista suspeitado, dirigiu-se ao Comando Distrital de Mogovolas, mas apercebendo-se da situação, o indivíduo saltou da viatura, em andamento, e pôs-se em fuga. O

menor foi encaminhado aos seus pais no dia seguinte. O processo, com o arguido em parte incerta, encontra-se em instrução preparatória.

Casos de impacto julgados

Processo 53/PDMoma/13 - Autuado em 22 de Fevereiro de 2013. Trata-se de um caso em que foram apreendidos 49,5 sacos de farinha de milho de 80 kg cada, imprópria para o consumo, que estava sendo comercializada às populações residentes na Vila de Moma. O processo, com 2 arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal em 02 de Junho de 2013. Os reus foram julgados e condenados nas penas de 4 e 5 anos de prisão maior.

Processo nº 265/PDMoma/13 - Autuado em 22 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso em que 2 membros do policiamento comunitários, o respectivo comandante, um líder comunitario e um secretário do Bairro do Posto Administrativo de Mucuali-Ivate, amarraram e torturaram dois cidadãos alegadamente por terem subtraído uma bicicleta, tendo cortado e retirado a orelha esquerda de um deles e feito cortes no corpo do outro. O processo, com 5 arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal, em 30 de Setembro de 2013. Os réus foram julgados, tendo sido 3 condenados na pena de 8 anos de prisão maior e 1 na pena de 6 anos de prisão maior. Relativamente ao outro, foi instaurado um processo autonomo, por não ter sido encontrado durante a instrução prepratoria.

ZAMBÉZIA

Casos de impacto julgados

Processo nº 22/13, PDI - Autuado em 7 de Março de 2013. Trata-se de crime de corrupção passiva para acto ilícito, ocorrido no Posto Administrativo de Mulevala-Ille em que o indiciado, funcionário público, solicitou e recebeu o valor

de 75.000,00 MT (setenta e cinco mil meticais), para deixar uma cidadã explorar uma mina de pedras preciosas, na área de Nadala. O processo, com o arguido em liberdade provisória mediante TIR foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Ilé em 25 de Maio de 2013. O réu foi julgado e condenado na pena suspensa de 2 anos de prisão. Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso.

TETE

Casos de Impacto não julgados

Processo nº 758/2013 - Autuado em 18 de Dezembro de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no Distrito de Zumbo, Povoado de Chidodo, em que uma cidadã de 25 anos de idade, após dar à luz uma criança de sexo feminino, lançou a menor para o interior de uma latrina pertencente a uma escola, com o intuito de lhe tirar a vida. Graças à intervenção de populares, a menor foi retirada com vida e conduzida à unidade hospitalar, tendo ficado sob observação durante uma semana. O processo, com a arguida em prisão preventiva, foi acusado, em 31 de Dezembro de 2013, e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Tete, em 7 de Janeiro de 2014.

MANICA

Casos de impacto não julgados

Processo nº 19/PDM/13 - Autuado em 13 de Fevereiro de 2013. Trata-se de um caso em que 2 indivíduos, fazendo-se passar por clientes, solicitaram os serviços de um taxista, a quem depois desferiram golpes com recurso a armas brancas e posteriormente, abandonado a vítima, algures no Posto Administrativo de Cafumpe, no Distrito de Gondola. Sobre 1 recaiu despacho de abstenção. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal, em 31 de Julho de 2013.

Processo n°133/PDM/2013 - Autuado em 3 de Outubro de 2013. Trata-se de um caso em que indivíduos desconhecidos, fazendo-se passar por utentes de um serviço de táxi, contactaram um taxista que se encontrava em serviço numa casa de pasto situada na Cidade de Manica, tendo, posteriormente, o alvejado a tiro, com recurso a uma arma de fogo, e se apoderado da viatura. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva, encontra-se em instrução preparatória.

Casos de impacto julgados

Processo n° 9/PDB/13 - Autuado em 8 de Janeiro de 2013. Trata-se de dois crimes de homicídio qualificado, ocorridos no Distrito de Báruè, na Província de Manica, em que 1 indivíduo tirou a vida ao pai e ao sogro, com recurso a uma catana e uma enxada, por acreditar estarem a tentar separá-lo da sua esposa. O processo, com o arguido em prisão preventiva foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Manica em 27 de Março de 2013. O réu foi julgado e condenado na pena de 23 anos de prisão maior.

SOFALA

Casos de impactos julgados

Processo n° 33/PPS/13 - Autuado em 5 de Abril de 2013. Trata-se de um caso em que 6 indivíduos são indiciados na prática do crime de roubo concorrendo com o crime de homicídio, ocorrido no dia 11 de Fevereiro de 2013, na Localidade de Guara-Guara. Os arguidos introduziram-se na quinta da vítima, tiraram a vida do guarda e apoderaram-se de algumas cabeças de gado bovino. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Sofala, em 2 de Maio de 2013. Os réus foram julgados e condenados nas penas que variam de 15 a 23 anos de prisão maior. Foi interposto recurso obrigatório.

INHAMBANE

Casos de impacto não julgados

Processo n°104/2013/PPI - Autuado em 1 de Julho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no dia 23 de Junho de 2013, em que 63 reclusos evadiram-se da Cadeia Provincial de Inhambane e durante a fuga, apoderaram-se de armas de fogo dos guardas prisionais e viaturas pertencentes a cidadãos que circulavam na via pública. Uma das viaturas de que se apoderaram era conduzida por um funcionário público que veio a perder a vida, na entrada da sede do Distrito de Jangamo, durante uma troca de tiros entre a polícia e os reclusos. Das armas roubadas, foram recuperadas 4 e 1 sem carregador, encontra-se na posse dos reclusos, ainda à monte. O processo, com 12 arguidos, dos quais 6 guardas prisionais foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane em 16 de Outubro de 2013. Encontra-se em instrução contraditória.

Processo n° 173/13- PPI - Autuado em 28 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso, ocorrido por volta das 17 horas, do dia 27 de Agosto de 2013, em que uma cidadã aliciou e convidou 3 pessoas para lhe ajudarem a raptar e tirar a vida de uma estudante de 18 anos de idade, de um estabelecimento de ensino técnico no Distrito de Homoine, alegadamente por aquela se relacionar amorosamente com o seu ex-marido. Os arguidos interpelaram a vítima à saída da escola e depois de lhe tirarem a vida enterram-na de cabeça para baixo, no quintal da residência de um deles. O corpo foi encontrado, por volta das 4 horas do dia seguinte. O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane em 13 de Novembro de 2013.

GAZA

Casos de impacto não julgados

Processo n° 97/PPG/2013 - Autuado em 8 Maio de 2013. Trata-se de um caso ocorrido em 30 de Abril de 2013, cerca das 11:00 h, no Distrito de Chókwè em

que 3 indivíduos foram encontrados na residência de um cidadão empresário, na posse de uma pasta que continha um órgão genital masculino, guardado num recipiente plástico. O referido órgão foi extraído de um menor de 12 anos que encontrou a morte por asfixia mecânica, vítima de estrangulamento com uso de um laço, cujo corpo foi encontrado em Bucuine, Localidade de Incaia, no Distrito de Bilene, no dia 1 de Maio de 2013. Concluída a instrução preparatória foi determinada a separação de culpas, que culminou com a abertura de um processo autónomo, com vista a aferir a comparticipação no crime, do empresário dono da residência. O processo foi acusado e remetido em 10 de Junho de 2013 ao Tribunal Judicial da Província de Gaza.

Processo nº. 154/PPG/13 - Autuado no dia 29 de Maio de 2013. Trata-se de um caso ocorrido cerca das 17,00 h, do dia 29 de Maio de 2013, no Bairro 2 Marien-Ngouabi, na Cidade de Xai-Xai, em que são indiciadas 2 cidadãs que pretendiam vender, pelo preço de 30.000,00 MT (trinta mil meticais), 2 crianças, filhos de uma das indiciadas. Para concretização do referido crime, as indiciadas deslocaram-se à residência onde os menores viviam, os retiraram do local e entregaram-nos ao denunciante tido por traficante de pessoas na zona. Só que este, ao invés de efectuar o respectivo pagamento, reportou as autoridades policiais que as conduziu de imediato à esquadra. Finda a instrução preparatória, procedeu-se a separação de culpas, para se aferir a comparticipação de uma terceira pessoa. O processo principal foi acusado em 17 de Julho de 2013 e remetido ao Tribunal na mesma data. As rés foram pronunciadas e o Ministério Público, inconformado com o enquadramento jurídico dos factos, interpôs recurso. Paralelamente, foi instaurada uma acção para inibição do exercício do poder parental contra uma das arguidas, mãe dos menores, que foi remetido ao Tribunal Judicial da Província de Gaza.

Processo nº 16/PDChókwè/2013 - Autuado em 14 de Março de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no dia 06 de Março de 2013, cerca das 20.00 h, em que 5 indivíduos munidos de armas de fogo dirigiram-se a um estabelecimento comercial, sito no 8º Bairro de Conhane, no Distrito de Chókwè, onde alvejaram o proprietário e seguidamente apoderaram-se de uma bolsa que continha vários bens, dentre documentos, objectos pessoais e dinheiro, pertencentes a esposa daquele. Sobre 3 arguidos recaiu despacho de abstenção, tendo sido **2 arguidos em prisão preventiva acusados e o processo remetido ao tribunal, onde correu a instrução contraditória, finda a qual, o MP manteve a acusação.**

Processo nº 190/PPG/2013 - Autuado em 10 de Setembro de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no dia 19 de Julho de 2013, em Inhamissa, na Cidade de Xai-Xai, em que indivíduos são indiciados de terem espancado um cidadão até à morte, alegadamente, por este se ter introduzido numa residência para subtrair bens. A vítima, depois de espancada, foi amarrada junto a uma árvore onde foi encontrada sem vida no dia seguinte. O processo, com os arguidos em prisão preventiva foi acusado e remetido ao tribunal em 16 de Setembro de 2013. Em sede do tribunal, os arguidos foram postos em liberdade mediante prestação de caução. O processo foi pronunciado em 23 de Outubro de 2013.

Processo nº. 101/PPG/2012 - Autuado em 27 de Junho de 2012. Trata-se de um caso ocorrido no dia 25 de Junho de 2012, cerca das 21.00 h, no Bairro 25 de Junho, Cidade de Chibuto, em que 3 indivíduos dirigiram-se à residência da vítima e com recurso a arma de fogo, dispararam contra ele atingindo-o na região do abdómen. No dia seguinte, no período da manhã, em frente das instalações do Comando Distrital da PRM e nas proximidades do Tribunal Judicial Distrital de Chibuto, reuniram-se inúmeras pessoas insurgindo-se contra a conduta do arguido e exigindo que lhes fosse entreguea quele, com o propósito de linchá-lo. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva e 2 em parte incerta, foi acusado e

remetido ao Tribunal Judicial da Província de Gaza em 1 de Agosto de 2012. Foi realizada instrução contraditória.

Processo nº167/DAMC/2013- Autuado em 5 de Dezembro de 2013. Trata-se de um caso ocorrido na Cidade de Xai-Xai, em 22 de Novembro de 2013, em que um pai manteve cópula ilícita com 3 crianças, todas suas filhas, com idades compreendidas entre 2 e 6 anos. O processo, com o arguido em prisão preventiva foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito de Xai-Xai em 27 de Janeiro de 2014.

Processo nº 379/CDChibuto/2013 – Autuado em 26 de Novembro de 2013. Trata-se de um caso em que dois cidadãos, munidos de uma arma de fogo do tipo AKM, dirigiram-se a uma agência de instituição bancária, na cidade de Chibuto, onde dispararam contra o segurança e se apoderaram da sua arma de fogo. Acto contínuo, introduziram-se na agência, ameaçaram os trabalhadores e clientes e subtraíram 87.237,00 MT (oitenta e sete mil e duzentos e trinta e sete meticais) e ainda uma viatura com a qual se puseram em fuga em direcção à Cadeia Distrital de Chibuto, onde balearam um guarda prisional e apoderaram-se da respectiva arma de fogo. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva encontra-se em instrução preparatória.

PROVINCIA DE MAPUTO

Casos de impacto não julgados

Processo nº 4710-n/13 – Autuado em 05 de Novembro de 2013. Trata-se de um caso de roubo concorrendo com cárcere privado ocorrido, por volta das 9.00h, do dia 05 de Novembro, no Bairro da Liberdade, em que indivíduos raptaram uma criança de 3 anos de idade que se encontrava a brincar no jardim da sua residência e exigiram 3.000.000,00 MT (três milhões de meticais). A vítima foi liberta 2 dias depois mediante pagamento de 900.000,00 MT (novecentos mil

meticais). O processo, com 6 arguidos em prisão preventiva, 1 dos quais jardineiro dos pais da vítima, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 5315-n/13 – Autuado em 10 de Dezembro de 2013. Trata-se de um caso de roubo concorrendo com cárcere privado, ocorrido no dia 2 de Dezembro de 2013, no Bairro da Liberdade, em que um jovem de 19 anos de idade foi convidado por uma amiga para se dirigir ao local dos factos, onde estavam posicionados 2 dos arguidos que os obrigaram a entrar na sua viatura sem chapa de matrícula para o cativoiro. Seguidamente os raptores exigiam 25.000.000,00 MT (vinte e cinco milhões de meticais), de resgate, aos familiares. A vítima foi liberta 1 semana depois do pagamento de 100.000,00 MT (cem mil meticais). O processo, com 6 arguidos em prisão preventiva, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 53/S-N/2013 - Autuado em 27 de Maio de 2013. Trata-se de um caso de roubo, concorrendo com cárcere privado, em que desconhecidos, no dia 27 de Maio de 2013, no Bairro Tchonissa, pelas 7:00 horas, raptaram um cidadão, com recurso a arma de fogo, e o levaram para um cativoiro onde permaneceu por 2 dias, tendo sido liberto, mediante pagamento de 1.700.000,00 MT (um milhão e setecentos mil meticais). O processo encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 2589-N/13 – Autuado em 12 de Junho de 2013. Trata-se de um caso de roubo, concorrendo com cárcere privado, ocorrido no dia 10 de Junho de 2013, pelas 16 horas, na Cidade da Matola, em que desconhecidos, com recurso a arma de fogo, raptaram um cidadão e levaram-no para um cativoiro onde permaneceu 2 dias, tendo sido liberto, mediante pagamento de 2.000.000,00 MT (dois milhões de meticais). O processo, contra desconhecidos, encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 2983-N/2013 – Autuado em 9 de Julho de 2013. Trata-se de um caso de roubo, concorrendo com cárcere privado, ocorrido, no dia 9 de Julho de 2013, na Cidade da Matola, em que desconhecidos, com recurso a armas de fogo, raptaram uma cidadã e levaram-na para um cativoiro, onde permaneceu 5 dias, tendo sido liberta, mediante pagamento de 850.000,00 MT (oitocentos e cinquenta mil meticais). O processo encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 4243-N/2013 – Autuado em 8 de Outubro de 2013. Trata-se de um caso de roubo, concorrendo com cárcere privado, ocorrido no dia 8 de Outubro de 2013, na Cidade da Matola, em que 4 indivíduos, com recurso a armas de fogo, raptaram uma criança de 10 anos de idade. O menor foi liberto depois de 2 semanas, mediante o pagamento de 1.000.000,00 MT (um milhão de meticais). O processo encontra-se em instrução preparatória.

Processo nº 35/PIC/2013 – Autuado em 15 de Maio de 2013. Trata-se de um caso, ocorrido no Distrito de Matutuíne, em que 2 indivíduos tiraram a vida de um chefe de quarteirão da zona em que residiam, com recurso a fogo posto, alegando que a vítima era feiticeira. O processo, com 2 arguidos detidos, foi acusado e remetido ao tribunal em 05 de Junho de 2013. Aguarda despacho de pronúncia.

Processo nº 87/BIC/MAT/2013 – Autuado a 13 de Junho de 2013. Trata-se de um caso em que foram apreendidos 50 sacos de *cannabis sativa* e sementes, no Distrito de Matutuíne, com 240,3 kg. O processo, com um arguido, actualmente, em parte incerta, foi acusado e remetido a Tribunal Judicial do Distrito de Matutuíne em 24 de Junho de 2013. A droga foi remetida ao Comando Provincial, onde foi incinerada, sob a fiscalização do MP em 15 de Agosto de 2013.

Processo nº 127/2013 – Autuado em 4 de Julho de 2013. Trata-se de um crime de roubo, concorrendo com cárcere privado, ocorrido no dia 4 de Julho de 2013, em que um indivíduo, encontrando-se na sua obra, na Zona da Matola Rio, foi interpelado por 4 indivíduos armados que o obrigaram a entregar a sua viatura e a levaram a uma residência onde foi mantido em cativeiro, tendo sido liberto mediante o pagamento de 900.000,00 MT (novecentos mil meticais), em 2 prestações. O processo, com 2 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província, em 16 de Agosto de 2013.

Processo nº 156/PPM/2012 - Autuado em 21 de Março de 2012. Trata-se de um caso de três crimes de violação de menor de 12 anos, em que um cidadão de 52 anos de idade violou 3 menores, uma de 7 anos de idade e as outras de 8 anos, que se deslocavam à sua residência, no Distrito de Boane, onde recebiam aulas de recuperação. O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Maputo, em 24 de Outubro de 2012, tendo sido pronunciado a 21 de Março de 2013.

Casos de impacto julgados.

Processo nº 82/PDM/13 – Autuado em 12 de Setembro de 2013. Trata-se de um crime de uso de armas proibidas, envolvendo 8 indivíduos dentre os quais, 3 agentes da autoridade. Os arguidos foram encontrados em flagrante delito na posse de uma arma de fogo, usada para o abate de um rinoceronte. O processo, foi julgado no dia 16 de Outubro de 2013, tendo sido condenado 1 arguido na pena de 1 ano e 6 meses de multa.

CIDADE DE MAPUTO

Casos de impacto não julgados

Processo n.º 227/PCM/2013 - Autuado em 2 de Agosto de 2013. Trata-se de um caso em que um indivíduo é indiciado de se ter envolvido na prática dos crimes,

ocorridos, nos dias 19 e 21 de Junho de 2013, numa das estradas nacionais, onde pessoas não identificadas, com recurso a armas de fogo e outros instrumentos atearam fogo a viaturas, causando a morte de 2 cidadãos, ferimentos em várias pessoas, três das quais foram socorridas no hospital, para além da destruição de outros bens. O processo, com um arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal em 16 de Setembro de 2013, encontrando-se em instrução contraditória. Contra os restantes correm termos processos autónomos.

Processo n.º 155/PCM/13 - Autuado em 14 de Junho de 2013. Trata-se de crime de tráfico de pessoas onde são vítimas 5 (cinco) jovens residentes no Distrito Municipal KaTembe. As vítimas foram transportadas para a República da África do Sul, onde eram exploradas, trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar. Algumas vítimas fugiram das plantações, tendo sido acolhidas por familiares e/ou outras pessoas. Este processo teve início na sequência duma palestra sobre o tráfico de pessoas, realizada naquele distrito, na qual a mãe de uma das vítimas apresentou a queixa. O processo, a correr seus termos contra desconhecidos, encontra-se em instrução preparatória.

Processo n.º 83/13 - Autuado em 8 de Janeiro de 2013. Trata-se de crime de roubo concorrendo com violação, ocorrido em 7 de Janeiro de 2013, no Bairro Hulene “A”, cometido por dois indivíduos. Nos autos, foi indiciado o namorado da vítima, como o autor moral do crime. O processo, com os arguidos, em liberdade provisória, foi acusado, provisoriamente, e remetido ao Tribunal, em 2 de Agosto de 2013, encontrando-se em instrução contraditória.

Processo n.º 137/13 - Autuado em 18 de Abril de 2013. Trata-se de um crime de violação, em que um pai é indiciado de ter mantido relações com a própria filha, de 13 anos de idade. Os factos, despoletados por um órgão de comunicação social, deram-se no Bairro de Costa do Sol, zona dos pescadores, em Setembro de

2012. O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal em 13 de Junho de 2013, encontra-se em instrução contraditória.

Processo n.º 34/PDMK/13 - Autuado em 18 de Março de 2013. Trata-se de um crime de roubo qualificado, em que quatro indivíduos, todos agentes da autoridade, com recurso a violência, apoderaram-se de dinheiro, cujo montante não foi especificado, pertencente a um cidadão estrangeiro. O processo, com 4 arguidos em liberdade provisória, foi acusado e remetido ao Tribunal, em 17 de Janeiro de 2014.

Processo n.º 5423/2013, apensados os processos 4661-B/13 e 5883-B/13- Autuado em 22 de Novembro de 2013. Trata-se de um caso em que a viatura em que seguia um grupo de indivíduos, fazendo-se transportar em viaturas simulavam acidentes, embateu propositadamente numa outra viatura de transporte escolar, obrigando os respectivos motoristas a interromperem a marcha. Seguidamente, com recurso a armas de fogo, ameaçaram os motoristas e levaram para um cativo, um total de 3 crianças. Posteriormente, contactavam os respectivos familiares, exigindo valores monetários. As vítimas foram libertas depois do desembolso de valores que totalizaram 10.600.000,00 MT (dez milhões e seiscentos mil meticais). O processo, com 11 arguidos em prisão preventiva, encontra-se em instrução preparatória.

Processos anteriores que tiveram diligências em 2013.

GABINETE CENTRAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Processo n.º 12/GCCC/12 – Autuado em 9 de Julho de 2012. Trata-se de um caso com 16 arguidos, dos quais 15 são funcionários do Estado e 1 ex-dirigente de uma instituição pública, em que este último, a margem da lei e sem competência

para o efeito, fixou salário a favor de um gestor de uma outra instituição pública, por entender que a remuneração era baixa, tendo, por esta via, recebido a mais, o valor de 1.560.920, 00 MT (Um milhões, quinhentos e sessenta mil, novecentos e vinte meticais). Por sua vez, o gestor, também arguido neste processo, é indiciado de ter usado em proveito próprio 62.028.65 USD (Sessenta e dois mil e vinte oito dólares e sessenta e cinco cêntimos) destinados ao pagamento de bolsa de estudo no estrangeiro, sem que tivesse frequentado alguma formação. Os restantes arguidos são indiciados de se terem apoderado de ajudas de custas processadas em quantias superiores, relativamente aos dias de trabalho. O processo, com 16 arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito Municipal Ka Mpfumo, em 18 de Dezembro de 2013.

Casos de impacto julgados

Processo nº 53/PPN/10 – Autuado no dia 21 de Abril de 2010. Trata-se de um crime de desvio de fundos, em que 1 gestor de uma instituição pública na Província do Niassa é indiciado de se ter apoderado de 10.613.845,22 MT (Dez milhões, seiscentos e treze mil, oitocentos e quarenta e cinco meticais e vinte e dois centavos), que se destinavam à aquisição de bens e serviços para instituição, em conluio com os proprietários da empresa prestadora de serviços, praticavam a sobre facturação com a finalidade de se apoderar de valores correspondentes à diferença. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Niassa, em 23 de Julho de 2012. O réu foi julgado, em 20 de Agosto de 2013, e condenado na pena 19 anos de prisão maior.

Processo nº. 15/GCCC/12 - Autuado em 18 de Julho de 2012. Trata-se de um crime de peculato e outro de falsificação, em que 4 funcionários do Estado, com funções de gestão financeira, na Província de Maputo, apoderaram-se de fundos

do Estado postos à sua guarda, no valor de 54.834.98 MT (cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro meticais, noventa e oito centavos) através de pagamentos de serviços não prestados. Para o efeito, emitiam cheques à ordem em benefício de uma empresa privada de reparação de viaturas, cujo proprietário, após concertação, procedia ao levantamento do valor e repartia com os funcionários. O processo, com 4 arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade da Matola, em 18 de Dezembro de 2012. **Os réus foram julgados, em 14 de Setembro de 2013, e condenados, nas penas de 4 a 6 anos. Os réus inconformados interpuseram recurso.**

Processo n.º 16/GCCC/12 - Autuado em 25 de Julho de 2012. Trata-se de um crime de peculato e outro de falsificação de documentos, em que 4 funcionários do Estado, afectos a uma instituição pública, na Cidade da Matola, apoderaram-se de 364.324,81 MT (trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte quatro meticais, oitenta e um centavos), provenientes da receita cobrada no âmbito das imposições aduaneiras, tendo, para o efeito, falsificado o respectivo aviso de pagamento, através do sistema informático em uso naquela instituição. O processo, com 4 arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial do Distrito da Matola, em 13 de Fevereiro de 2013. **Os réus foram julgados, em 1 de Agosto de 2013, e condenados na pena de 8 anos de prisão maior. Os réus inconformados interpuseram recurso.**

Processo n.º 28/GPCCS/12 – Autuado em 14 de Dezembro de 2012. Trata-se de um crime de corrupção passiva para acto lícito, em que um oficial de diligências afecto a um tribunal judicial e um membro da PRM, na Província de Sofala, solicitaram e receberam 7.000,00 MT (sete mil meticais) de um cidadão, réu num processo criminal que corria termos no Tribunal Judicial da Cidade da Beira, para não executarem um mandado de captura, tendo lavrado certidão negativa. O processo, com dois arguidos em prisão preventiva, foi acusado, remetido ao

Tribunal Judicial da Cidade da Beira no dia 28 de Janeiro de 2013. **Os réus foram julgados, em 29 de Junho de 2013 e condenados nas penas de 6 meses de prisão e 8 meses de multa, bem como na pena de demissão.**

NIASSA

Processo nº170/2012/Cuamba – Autuado em 21 de Novembro de 2012. Trata-se de um crime, ocorrido em 4 de Novembro de 2012, no Bairro Rimbane, Distrito de Cuamba, Província do Niassa, em que 2 indivíduos são indiciados de terem espancado, até à morte, um cidadão por, alegadamente, ter furtado pratos, panelas e capulanas. O processo, com 2 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Niassa, em 26 de Novembro de 2012. Os réus foram julgados e condenados na pena de 4 anos de prisão maior.

Processo nº 180/2012/Cuamba - Autuado em 10 de Dezembro de 2012. Trata-se de homicídio qualificado, ocorrido na via pública, no troço Macaué-Cuamba, Província do Niassa em que um grupo de 4 indivíduos, através de instrumentos não especificados, amputou os órgãos genitais de um cidadão de sexo masculino, de cuja bicicleta e dinheiro se apoderou, este no valor de 150,00 MT (cento e cinquenta meticais). O processo, com três arguidos, em prisão preventiva, encontra-se em instrução preparatória. Os réus foram julgados e condenados na pena de 4 anos de prisão maior.

CABO DELGADO

Processo nº 331/PCP/2012 - Autuado em 24 de Abril de 2012. Trata-se de um caso, ocorrido no Bairro Eduardo Mondlane, Cidade de Pemba, em que uma cidadã foi raptada e, posteriormente, violada por 7 indivíduos, num acampamento onde decorria uma cerimónia tradicional de ritos de iniciação masculina. Os arguidos foram acusados, provisoriamente, e o processo foi remetido ao tribunal,

em 06 de Junho de 2012. Foi aberta a instrução contraditória, em 14 de Setembro de 2012 que encerrou no dia 08 de Outubro de 2012. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado, definitivamente, e remetido ao tribunal, em 26 de Dezembro de 2012. Os arguidos beneficiaram de liberdade provisória mediante TIR. Os réus foram julgados no dia 11 de Março de 2014 e foi designado o dia 25 de Março, como data para a leitura da sentença.

Casos de impacto julgados

Processo nº 11/PP/2013 - Autuado em 1 de Fevereiro de 2013. Trata-se de um caso, ocorrido no Posto Administrativo de Murrébuè, Distrito de Mecúfi, Província de Cabo Delgado em que um grupo de indivíduos, munidos de catanas, facas e bambus, exigiu a presença das estruturas locais e do governo, acusadas de serem responsáveis pela ocorrência de casos de cólera. Foi assim que montaram barricadas na estrada principal, espancaram uma enfermeira, destruíram casas de populares, o centro de saúde local e a casa do chefe do posto administrativo. Na ocasião, os residentes da zona foram obrigados a abandonar as suas casas. O processo, com 12 arguidos, 10 dos quais em prisão preventiva e 2 em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial Provincial em 12 de Junho de 2013. **Os réus foram julgados em 4 de Dezembro de 2013, tendo 5 sido condenados na pena de 20 anos de prisão maior e os restantes absolvidos por insuficiência de provas.**

Processo nº 6/PPCD/2011 - Autuado em 17 de Janeiro de 2011. Trata-se de um caso em que 14 funcionários do Estado, afectos a uma direcção provincial, são indiciados da prática dos crimes de falsificação por empregado público e corrupção passiva, por terem solicitado e recebido valores monetários de 5 empresas licenciadas para o corte e exportação de madeira, para falsificarem os documentos relativos a madeira que ia ser exportada, deles fazendo constar que se tratava de madeira serrada, quando, na verdade, se tratava de madeira em toros,

cuja passagem facilitaram, bem como a de um contentor com 166 pontas de marfins (que pesavam 1.500 kg), 1 corno de rinoceronte e 10 carapaças de pangolim. O processo, com os arguidos em liberdade, foi acusado e remetido ao tribunal em 4 de Março de 2011. Havendo necessidade de realizar diligências complementares, sobre a matéria referente a troféus de animais, foi aberto um processo autónomo com o nº 26 /2011, o qual foi acusado e remetido ao tribunal em 25 de Fevereiro de 2012. **Foi realizada instrução contraditória que encerrou em 29 de Novembro de 2012 e deduzida acusação definitiva.**

Processo nº 193/PD/ABE/2011- Autuado em 15 de Agosto de 2011. Trata-se de um crime de desvio de fundos, em que 1 funcionário do Estado, efectivo no Distrito de Ancuabe, é indiciado de se ter apoderado de 73.118,70 MT (setenta e três mil cento e dezoito meticais e setenta centavos), através da criação de funcionários fictícios na folha de salários, que, aos mesmos, eram, efectivamente, pagos, mercê da cumplicidade com funcionários do Estado afectos a uma direcção provincial. O processo, com o arguido em liberdade, foi acusado e remetido ao tribunal, em 18 de Outubro de 2011. **O reu foi julgado, em 30 de Outubro de 2013, e condenado na pena de 15 meses de prisão.**

NAMPULA

Processo nº 194/PDNP/11 - Autuado em 12 de Setembro de 2011. Trata-se de crimes de falsificação de documento por empregado público e de corrupção, em que 11 funcionários do Estado, afectos a uma direcção provincial, são indiciados de terem falsificado documento que permitiu a 8 empresas exportarem madeira de 1ª classe, em toros, violando os seus deveres profissionais. O processo, com 6 arguidos, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Nampula, em 8 de Março de 2012. Foram extraídas cópias para instauração de um processo autónomo contra 5 indivíduos, que se encontram em parte incerta. **Está na fase de notificação da acusação aos arguidos, que está sendo morosa devido a**

falta de localização de alguns arguidos. O processo autónomo continua a aguardar a audição de dois cidadãos de nacionalidade estrangeira, empregados de algumas das empresas.

Processo nº 86/PIC/11 - Autuado em 2 de Setembro de 2011. Trata-se do crime de roubo, ocorrido na dependência de um banco, no Distrito de Eráti. Na ocasião, 3 indiciados fizeram reféns os empregados bancários e subtraíram 4.010.000,00 MT (quatro milhões e dez mil meticais), 2.966,00 USD (dois mil, novecentos e sessenta e seis dólares americanos), 1.150,00 ZAR (mil e cento e cinquenta randes) e € 1.080 (mil e oitenta Euros). **O processo, com 3 arguidos em liberdade provisória, foi acusado e remetido ao Tribunal, em 31 de Julho de 2013.**

Casos de impacto julgados

Processo nº 262/PPN/12 - Autuado em 7 de Novembro de 2012. Trata-se de um caso em que 3 indivíduos foram presos na Cidade de Nampula e dois no Distrito de Angoche, na posse de 187 kg de Haxixe. O processo foi acusado e remetido ao Tribunal em 6 de Dezembro de 2012, e **os réus foram julgados e condenados nas penas de 2, 4 e 13 anos de prisão maior.**

Processo nº 118/PCN/2010 - Autuado em 4 de Fevereiro de 2010. Trata-se de um caso em que 8 funcionários do Estado, afectos a uma instituição fiscal, e empregados de um banco são indiciados da prática do crime de abuso de confiança, por se terem apoderado de 2.965.920,73 MT (dois milhões novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos e vinte meticais e setenta e três centavos). Para o efeito, os aludidos funcionários, em conivência com os referidos empregados bancários, manuseavam títulos de crédito, que contribuintes apresentavam a favor da instituição, e depositavam-nos em contas fictícias, das quais, depois, levantavam valores que dissipavam em proveito próprio. O processo, com 8 arguidos, dos quais 4 em prisão preventiva, foi acusado e

remetido ao Tribunal Judicial da Província, em 4 de Junho de 2010. *Os réus foram julgados em 5 de Abril de 2011, tendo sido condenados em penas que variam de 3 a 16 anos de prisão maior. Inconformados com a decisão, os réus interpuseram recurso, em 26 de Maio de 2011. O processo baixou, tendo sido confirmada a sentença da primeira instância, com alteração das penas de 16 para 8 anos de prisão maior.*

ZAMBÉZIA

Processo n.º 118/012/PDMI - Autuado em 29 de Maio de 2012. Trata-se de um caso em que 2 cidadãos estrangeiros, dentre os quais um motorista de uma empresa de transporte de mercadorias no trajecto Nampula/Malawi, foram surpreendidos no posto fronteiriço de Mulosa, no Distrito de Milange, na companhia de três (03) menores, que estavam sendo levados da Província de Nampula para a República do Malawi. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província, em 13 de Junho de 2012. **Os réus foram julgados, em 27 de Maio de 2013, e condenados na pena de 16 anos de prisão maior.**

Casos de impacto julgados

Processo n.º 36/PDN/2012 - Autuado em 22 de Outubro de 2012. Trata-se de um crime de ofensas corporais, ocorrido no dia 11 de Outubro de 2012, no Bairro Central da Vila de Namarrói, Província da Zambézia, em que uma mãe queimou, com um pedaço de carvão, os órgãos genitais de uma sua filha, menor de 4 anos, produzindo queimaduras de segundo grau, por tê-la encontrado na companhia de outro menor de 7 anos de idade, de sexo masculino, na casa de banho. A mãe acreditou que estivessem a manter relações sexuais. O processo, com arguida em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal. **A ré foi julgada em 27 de Maio de 2013 e condenada na pena de 2 anos prisão.**

MANICA

Casos de impacto julgados

Processo n° 57/PDM/2013 - Autuado em 24 de Abril de 2013. Trata-se de um caso em que 2 indivíduos foram encontrados trajados de uniforme militar, quando se dirigiram a uma igreja onde foram provocar tumultos. Os arguidos, em prisão preventiva foram acusados em 04 de Julho de 2013, e o processo remetido ao tribunal na mesma data. Os réus foram julgados de 2013 e condenados na pena de 9 meses de prisão. A pena foi suspensa.

SOFALA

Casos de impacto julgados

Processo n° 77/PPS/2013 – Autuado em 10 de Junho de 2013. Trata-se de um caso ocorrido no dia 02 de Abril de 2013, na Localidade de Divinhe, Distrito de Machanga, em que um indivíduo com recurso a um pau desferiu vários golpes na sua esposa, tendo a atingido na região lombal. O Processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Sofala no dia 26 de Junho de 2013. O réu foi julgado, e condenado na pena de 6 anos de prisão maior.

INHAMBANE

Processo n° 302/PDMaxixe/12 - Autuado em 30 de Janeiro de 2012. Trata-se de um caso em que indivíduos, em conluio com o guarda de uma empresa de segurança privada em serviço na loja de uma das empresas de telefonia móvel, na Cidade da Maxixe, introduziram-se no interior desta e apoderaram-se de 244 (duzentos e quarenta e quatro) recargas de telemóveis, 117 (cento e dezassete) *modems* de Internet, trezentos e vinte (320) telemóveis e um computador. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva e os outros em liberdade, foi acusado e remetido ao Tribunal, em 21 de Setembro de 2012. Os réus foram julgados e condenados nas penas de 10 e 11 anos de prisão maior.

Casos de impacto julgados

Processo n°76/2012 – Autuado em 24 de Abril de 2012. Trata-se de um caso em que um indivíduo, de nacionalidade estrangeira, foi interpelado pela polícia na Báscula de Zavala, na posse de 1,2 kg de heroína, quando seguia viagem, vindo da Tanzânia, com destino à África do Sul. Este, na tentativa de se livrar da polícia, ensaiou subornar a autoridade, com um valor de USD 400 (quatrocentos dólares americanos). O Processo, com um arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal, em 24 de Outubro de 2012. O réu foi julgado em 8 de Maio de 2013 e condenado na pena de 16 anos de prisão maior. **Foi interposto recurso obrigatório, em 28 de Junho de 2013.**

Processo n° 203/2012/PPI - Autuado em 28 de Março de 2012. Trata-se de um caso, ocorrido no Distrito de Homoine, em que 3 indivíduos arrombaram a sala de informática de um estabelecimento de ensino técnico e se apoderaram de 11 (onze) computadores, 1 (uma) roda de viatura, causando um prejuízo avaliado em 563.475,00 MT (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e setenta e cinco meticais). Os mesmos indivíduos, no mês de Julho, apoderaram-se de tanques plásticos de água nos Distritos de Panda e Funhalouro. O processo, com os arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Inhambane, em 20 de Setembro de 2012. Os computadores foram recuperados e foi apreendida a viatura que transportava os bens. **Os réus foram julgados, em 23 de Janeiro de 2013, e condenados na pena de 10 anos de prisão maior.**

GAZA

Casos de impacto julgado

Processo n° 125/PDChibuto/2013 - Autuado em 2 de Julho de 2013. Trata-se de um caso em que é indiciado um chefe de uma localidade no Distrito de Chibuto de se ter apoderado de produtos alimentares avaliados em 8.487,50 MT (oito mil,

quatrocentos e oitenta e sete meticais e cinquenta centavos), que se destinavam às vítimas das cheias registadas nos princípios do ano de 2013. O autor foi interpelado pelos membros da sua comunidade, numa altura em que transportava parte dos produtos para a sua residência na Cidade de Chibuto. O processo, com o arguido foi remetido ao tribunal em 15 de Janeiro de 2014. O réu foi julgado, e condenado na pena de 6 meses de prisão convertida em multa e 2 meses de multa.

PROVÍNCIA DE MAPUTO

Casos de impacto julgados

Processo n.º 82/PPM/2012 - Autuado em 15 de Fevereiro de 2012. Trata-se de um caso ocorrido no Distrito de Marracuene, em que a arguida, conhecedora da solvência da sua mãe contratou 2 jovens desempregados com quem mantinha relações de amizade, para simularem o sequestro da sua filha com o intuito de pedir o resgate no valor de 500.000,00MT (quinhentos mil meticais) a ser exigido à avó da criança sequestrada. Na sequência, os contratados dirigiram-se à escola da menor e com recurso a artifícios fraudulentos, levaram-na para casa de um deles, que serviu em cativeiro. O processo, com 2 arguidos em prisão preventiva e o outro em liberdade provisória, foi acusado e remetido em 28 de Maio de 2012. **Os réus foram julgados, em 23 de Abril de 2013, tendo sido 2 condenados na pena de 2 anos de prisão convertida em multa, fixada a taxa diária de 90,00 MT (noventa meticais) e o terceiro réu condenado na pena de 5 meses de prisão. Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso, no dia 01 de Junho de 2013.**

Processo n.º 207/PPM/2012 - Autuado em 21 de Maio de 2012. Trata-se de um crime de roubo concorrendo com cárcere privado, ocorrido no Município da Matola, na Província de Maputo, em que 1 indivíduo contactou um comerciante, propondo-se mostrar-lhe um terreno, para posterior ocupação. Para o efeito, convidou-o a identificar o espaço em causa, e o que aquele aceitou, tendo levado

consigo um seu filho menor. Pelo caminho, foram interceptados por um grupo de indivíduos de que aquele fazia parte. O grupo obrigou o comerciante e seu filho a entrarem para a viatura em que o grupo se fazia transportar, tendo-o levado para cativo, depois de abandonarem o menor na via pública. Em seguida, o grupo contactou familiares da vítima, aos quais exigiu 500.000 USD (quinhentos mil dólares) de resgate, o que veio a ser pago numa operação dirigida pela Polícia, e da qual resultou que o comerciante fosse liberto. O processo, com 4 arguidos presos, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província, em 26 de Dezembro de 2012. **Os réus foram julgados, em 6 de Agosto de 2013, e condenados nsa penas que variam de 7 a 15 anos de prisão maior e no pagamento de uma indemnização solidária, equivalente a 700.000,00 MT (setecentos mil meticais) a favor da vítima, os bens apreendidos foram revertidos a favor do Estado. Inconformados os réus, interpuseram recurso.**

Processo nº 127/PPM/12 - Autuado em 21 de Junho de 2012. Trata-se de um caso, que ocorreu no Distrito da Manhiça, em que um dos arguidos levou o seu próprio filho, de 1 ano e sete meses de idade, a uma mata, onde, com recurso a uma faca, tirou-lhe a vida, decepando a cabeça, extraiu os seus órgãos genitais, colocou-os num saco plástico e levou-os ao Distrito de Chókwè, com o intuito de vender ao suposto mandante do crime. O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal em 23 de Agosto de 2012. **O réu foi julgado, em 6 de Maio de 2013, e condenado na pena de 15 anos de prisão maior. O Ministério Público interpôs recurso obrigatório, no dia 10 de Setembro de 2013.**

Processo nº 156/PPM/2012 - Autuado em 21 de Março de 2012. Trata-se de um caso de três crimes de violação de menor de 12 anos, em que um cidadão de 52 anos de idade violou, sexualmente, 3 menores, uma de 7 anos de idade e as outras de 8 anos, que se deslocavam à sua residência, no Distrito de Boane, onde

recebiam aulas de recuperação. O processo, com o arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Província de Maputo, em 24 de Outubro de 2012, tendo sido pronunciado a 21 de Março de 2013. **Os réus foram julgados, em 24 de Julho de 2013, e condenados na pena de 15 anos de prisão maior. O Ministério Público interpôs recurso obrigatório.**

Cidade de Maputo

Casos de impacto julgados

Processo nº 440/PCM/2011 - Autuado em 29 de Novembro de 2011. Trata-se de um crime de tráfico de pessoas, em que um indivíduo é indiciado de ter solicitado ao seu irmão, pai de duas menores residentes na província de Inhambane, a entrega destas, para levá-las para o estrangeiro, comprometendo-se a proporcionar-lhes, aí, melhor educação e condições de vida. Uma vez no estrangeiro, o indivíduo submeteu a mais velha, de 15 anos de idade, a exploração sexual, cobrando valores monetários por tal, e, à mais nova, de 10 anos de idade, a trabalho doméstico. Meses depois, as menores conseguiram fugir e regressar a Moçambique, tendo sido acolhidas num centro vocacionado. Em 18 de Setembro de 2012, um dos arguidos foi capturado no estrangeiro e repatriado para Moçambique. O processo, com 1 arguido em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao tribunal em 26 de Março de 2013. **O réu foi julgado, em 9 de Julho de 2013 e condenando na pena de 19 anos de prisão maior e no pagamento de 250.000,00 MT (duzentos e cinquenta mil meticais) de indemnização a favor das vítimas.**

Processo nº. 198/PCM/2012, com 5 apensos – Autuado em 10 de Abril de 2012. Trata-se de um caso em que 8 indivíduos interpelaram 5 cidadãos, em diversas artérias da Cidade de Maputo, aos quais, com recurso a arma de fogo, obrigavam a entrar para as viaturas em que se faziam transportar, para, seguidamente, os levarem para cativo. Os arguidos, usando os telemóveis das

vítimas, contactavam os respectivos familiares, aos quais exigiam valores monetários, como contrapartida para a sua libertação. Os familiares das vítimas desembolsaram valores que totalizaram 4.000.000,00 MT (quatro milhões de meticais). O processo, com 8 arguidos em prisão preventiva, foi acusado, provisoriamente, e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, em 27 de Dezembro de 2012. Foi aberta a instrução contraditória, que iniciou em 28 de Janeiro de 2013. **Em 24 de Abril de 2013 foi deduzida acusação definitiva. Os réus foram julgados no dia 22 de Novembro de 2013 e condenados nas penas que variam de 15 a 16 anos de prisão maior e indemnização a favor das vítimas.**

Processo n° 199/PCM/2012, com 2 apensos – Autuado em 29 de Junho de 2012. Trata-se de um caso em que 8 indivíduos, propositadamente, embateram na viatura de um cidadão, numa das avenidas da Cidade de Maputo, obrigando-o a interromper a marcha. Em seguida, os indivíduos aproximaram-se da viatura e, com recurso a arma de fogo, obrigaram aquele a entrar naquela em que se fazia transportar. Perante a resistência oferecida, a vítima foi agredida com recurso a instrumentos contundentes, tendo-lhe causado lesões graves no olho. Numa outra ocasião, os mesmos indivíduos interpelaram um outro cidadão, a quem obrigaram a entrar para a sua viatura e em seguida a ambos levarem-nos para cativo. Os arguidos, usando os telemóveis das vítimas, contactaram os respectivos familiares, aos quais exigiram valores monetários para a libertação daquelas, em resultado do que os aludidos familiares desembolsaram valores que totalizaram USD 8,000.000,00 (oito milhões de dólares americanos). O processo, com 4 arguidos em prisão preventiva, foi acusado e remetido ao Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, em 28 de Dezembro de 2012. **Os réus foram julgados em 15 de Novembro de 2013, tendo 6 sido condenados na pena de 16 anos de prisão maior e ao pagamento de indemnização a favor das vítimas no valor de**

7.500.000,00 MT (sete milhões e quinhentos mil meticais). Dois dos réus foram absolvidos por insuficiência de prova.

ANEXOS

CAPÍTULO I (Organização)

ANEXO I (Recursos Humanos)	Tabela nº 1 – Funcionários, por nível de formação
	Tabela nº 2 – Distribuição de funcionários por órgão pelo país
	Tabela nº 3 – Distribuição de funcionários, por níveis de formação acadêmica
	Tabela nº 4 – Formação de funcionários

Tabela nº 1 – Funcionários por níveis de formação

NÍVEL/SITUAÇÃO	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Mestrados	1	1	2	1	1	0,1	1	0,1	2	0,16	5	0,35	4	0,25
Mestrandos	0	0	0	0	0	0	3	0,3	5	0,41	4	0,28	7	0,43
Licenciados	8	1	31	4	42	4,8	56	5,6	91	7,40	155	10,82	215	13,29
Licenciandos	27	4	141	18	192	22,1	185	18,7	228	18,54	319	22,26	327	20,21
Não Licenciados	574	94	576	77	633	73	752	75,3	904	73,50	950	66,29	1065	65,82
Total	610	100	750	100	868	100,00	997	100,00	1230	100,00	1433	100,00	1618	100,00

Tabela nº 2: Distribuição de funcionários por órgão, pelo país

PROVÍNCIA/ÓRGÃO	Oficiais de Justiça	H	M	Assistentes de Oficiais de Justiça	H	M	Regime Geral	H	M	Total	%
PP-Niassa	35	19	16	87	42	45	36	18	18	158	9,765142
PP-Cabo Delgado	28	20	8	73	50	23	45	32	13	146	9,023486
PP-Nampula	23	14	9	72	39	33	36	21	15	131	8,096415
GPCC-Nampula	2	1	1	1	0	1	8	4	4	11	0,679852
PP-Tete	22	16	6	61	33	28	24	16	8	107	6,613103
PP-Zambézia	29	18	11	73	43	30	28	16	12	130	8,034611
PP-Sofala	34	19	15	118	68	50	48	26	22	200	12,36094
GPCC-Sofala	1	1	0	4	3	1	10	5	5	15	0,92707
PP-Manica	13	6	7	42	23	19	33	21	12	88	5,438813
PP-Inhambane	27	17	10	62	33	29	28	16	12	117	7,23115
GPCC-Inhambane	1	1	0	0	0	0	6	2	4	7	0,432633
PP-Gaza	21	13	8	41	17	24	30	12	18	92	5,686032
PP-Maputo	23	12	11	48	28	20	31	15	16	102	6,304079
PC-Maputo	36	13	23	48	22	26	14	9	5	98	6,05686
GCCC	7	1	6	3	2	1	20	10	10	30	1,854141
PGR	48	17	31	8	7	1	130	66	64	186	11,49567
TOTAL	350	188	162	741	410	331	527	289	238	1618	100

Tabela nº 3 – Distribuição de funcionários, por níveis de formação académica

ÓRGÃO	NÍVEL						Total
	Mestrado	Licenciatura	Bacharelato	Médio	Básico	Elementar	
PP-NIASSA	0	6	2	71	61	18	158
PP-CABO DELGADO	0	7	1	70	50	18	146
PP-NAMPULA	0	12	1	70	36	12	131
GPCC-NAMPULA	0	2	1	6	0	2	11
PP-TETE	0	6	3	53	40	4	106
PP-ZAMBÉZIA	1	17	0	55	49	8	130
PP-SOFALA	0	31	7	107	50	5	200
GPCC-SOFALA	0	4	1	4	4	2	15
PP-MANICA	0	6	0	42	33	8	89
PP-INHAMBANE	0	13	1	53	34	16	117
GPCC-INHAMBANE	0	1	0	3	3	0	7
PP-GAZA	0	1	2	46	40	3	92
PP-MAPUTO	0	9	10	36	34	13	102
PC-MAPUTO	0	11	11	55	15	6	98
GCCC	0	12	3	8	3	4	30
PGR	2	77	15	63	17	12	186
TOTAL	3	215	58	742	469	131	1618

Tabela nº 4 – Formação de Funcionários

Nº	Cursos/temas	Nº de Cursos	Duração	Nº de Participante		Total
				Homens	Mulheres	
1	Curso de Secretariado e Administração de Escritório	1	20 de Fevereiro à 13 de Março	1	11	12
2	Formação dos Pontos Focais em metodologia de facilitação e Balanço de Implementação da Estratégia do HIV-SIDA	1	16 à 19 de Abril	1	1	2
3	Curso de Relações Públicas, Comunicação e Protocolo	1	15 à 26 de Abril	6	9	15
4	Curso de capacitação de Oficiais de Justiça, na categoria de Escrivão de Direito Distrital em Actos de Cartório	1	15 à 26 de Abril	14	16	30
5	Formação sobre Módulos de Elaboração Orçamental	1	27 à 31 de Maio	2	1	3
6	Formação em Língua Inglesa	1	Abril a Junho	2	8	10
7	Formação sobre novas Funcionalidades para os Agentes de Execução Orçamental e de Controlo Interno no e-SISTAFE	1	17 de Junho	1	2	3
8	Curso sobre o SISTAFE	1	01 a 05 de Julho	1	3	4
9	Actos de Cartório e Estatística Processual	1	08 e 10 de Maio, 12 a 14 Junho	27	18	45
10	Módulos de Processo Civil, Processo Penal, Divulgação da Lei da Probidade Pública, Ética e Deontologia Profissional, Regras de Etiqueta e Cortesia, Assuntos Transversais e Género e Estatística Processual	1	22 a 26 de Junho	18	18	36
11	II Reunião Nacional de Cartório	1	30 de Setembro a 01 de Outubro	22	12	34
Total		11	-	95	99	194

ANEXO II (Cobertura do País em magistrados)

Tabela nº 1 - Distribuição de magistrados pelo País
Tabela nº 2 – Magistrados por género
Tabela nº 3 – Magistrados do Ministério Público junto do Tribunal Supremo
Tabela nº 4 – Magistrados do Ministério Público junto Tribunal Administrativo
Tabela nº 5 – Magistrados do Ministério Público noutros órgãos
Tabela nº 6 – Nos Tribunais de Polícia, de Menores e Aduaneiro
Tabela nº 7 – Magistrados do Ministério Público na Província de Niassa
Tabela nº 8 - Magistrados do Ministério Público na Província de Cabo Delgado
Tabela nº 9- Magistrados do Ministério Público na Província de Nampula
Tabela nº 10 - Magistrados do Ministério Público na Província da Zambézia
Tabela nº 11 – Magistrados do Ministério Público na Província de Tete
Tabela nº 12 - Magistrados do Ministério Público na Província de Manica
Tabela nº 13 – Magistrados do Ministério Público na Província de Sofala
Tabela nº 14- Magistrados do Ministério Público na Província de Inhambane
Tabela nº 15 - Magistrados do Ministério Público na Província de Gaza
Tabela nº 16 - Magistrados do Ministério Público na Província de Maputo
Tabela nº 17 - Magistrados do Ministério Público na Cidade de Maputo
Tabela nº 18 – Transferências (2012)
Tabela nº 19 – Colocações (2012)
Tabela nº 20 – Diuturnidade Especial
Tabela nº 21 – Nomeação de Procuradores Chefe
Tabela nº 22 – Nomeação de Procuradores Provinciais-Chefes de Secção
Tabela nº 23 – Nomeação de Directores dos GPCC
Tabela nº 24 - Nomeação de Procuradores Distritais-Chefe
Tabela nº 25 - Nomeação de Procuradores Distritais-Chefe de Secção
Tabela nº 26 - Magistrados por níveis de formação
Tabela nº 27- Formação de Magistrados

Tabela nº 1 - Distribuição dos Magistrados pelo País

Ano	Total	%	PGR	%	Procuradorias Provinciais	%	Procuradorias Distritais	%
2007	176		15	9	60	34	101	57
2008	213		23	10.8	63	29.6	127	59.6
2009	100	100	31	12.9	72	29.8	138	57.3
2010	100	100	19	6.8	110	39.6	149	53.6
2011	302	100	27	8.9	114	37.7	161	53.0
2012	316	100	27	8.5	112	35.4	177	56.0
2013	356	102	31	8,8	118	33,5	203	57,7

Tabela nº 2 - Magistrados por género

Ano	Magistrados	%	Masculino	%	Feminino	%
2007	176	100	132	75	44	25
2008	213	100	153	71.8	60	28.2
2009	241	100	167	69.3	74	30.7
2010	278	100	187	67.3	91	32.7
2011	302	100	199	65.9	103	34.1
2012	316	100	202	63.9	114	36.1
2013	356	102	224	63,2	132	37,0

Tabela nº 3: Magistrados do Ministério Público junto do Tribunal Supremo

PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Tribunal Supremo	1ª Secção Criminal	1	1	1	2	2	2
	2ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
	Secção Cível	1	1	1	2	2	2
Total		3	3	3	5	5	5

Tabela nº 4: Magistrados do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo

PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Tribunal Administrativo	1ª Secção Contencioso	1	1	1	1	1	1
	2ª Secção Contencioso	(a)	1	1	1	1	1
	3ª Secção Visto	(a)	1	1	1	1	1
Total		1	3	3	3	3	3

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 5: Magistrados do Ministério Público noutros órgãos

Nº	OUTROS ÓRGÃOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público			1	1	1	1
2	Inspecção do Ministério Público	4	4	4	3	2	2
3	Gabinete Central de Combate à Corrupção	5	5	6	4	4	5
4	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção – Inhambane	1	1	2	2	2	2
5	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção – Sofala	1	1	2	2	3	3
6	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção – Nampula	1	1	2	2	3	3
7	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	1	1	1	1	1	1
8	Ministério de Administração Estatal	1	1	1	1	1	1
9	UEM - Faculdade de Direito	2	2	2	2	2	2
10	Outras instituições	3	3	3	3	3	4
Total		16	16	24	21	22	24

Tabela nº 6: Magistrados do Ministério Público junto dos Tribunais de Polícia, Menores e Aduaneiro

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Tribunal de Polícia	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	(a)	a)	a)	a)	a)	1
		3ª Secção	1	1	1	1	1	1
2	Tribunal de Menores	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção	1	1	1	1	1	1
3	Tribunal Aduaneiro	1ª Secção	(a)	1	1	1	1	3
4	Tribunal Fiscal	1ª Secção	-	-	-	1	1	1
		2ª Secção	-	-	-	1	1	1
		3ª Secção	-	-	-	-	-	1
Total			5	6	6	8	8	12

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 7: Magistrados do Ministério Público na Província do Niassa

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
2	Cidade de Lichinga		3	3	1	2	2	2
3	Distrito de Cuamba		1	2	2	2	2	2
4	Distrito de Marrupa		1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Mandimba		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Mecanhelas		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Mavago		-	-	1	1	1	1
8	Distrito de Maúia		-	1	1	1	1	1
9	Distrito de Majune		-	-	1	1	1	1
10	Distrito de Nipepe		-	-	-	1	1	1
11	Distrito de Mecula		-	-	-	1	1	1
12	Distrito Metarica		-	-	1	1	1	1
13	Distrito de Ngaúma		-	-	-	1	1	1
14	Distrito de Muemba		-	-	1	1	1	1
15	Distrito do Lago		1	1	1	1	1	1
16	Distrito de Sanga		1	1	1	1	1	1
17	Distrito de Chimbonila		-	-	-	-	-	1
Total			11	13	15	19	19	20

Tabela nº 8: Magistrados do Ministério Público na Província de Cabo Delgado

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2013	2013
1	Procuradoria Provincial	Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		4ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		SIC	(a)	1	1	1	1	1
		Secção de Menores	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
2	Cidade de Pemba	2ª Secção	2	2	2	4	4	4
3	Distrito de Chiúre		1	1	1	1	1	1
4	Distrito de Montepuez		1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Mueda		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Mocimboa da Praia		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Macomia		1	1	1	1	1	1
8	Distrito de Ancuabe		(a)	1	1	1	1	1
9	Distrito de Namuno		1	1	1	1	1	1
10	Distrito de Palma		(a)	1	1	1	1	1
11	Distrito de Pemba Metuge		-	-	1	1	1	1
12	Distrito de Mecúfi		-	-	1	1	1	1
13	Distrito de Meluco		-	-	-	1	1	1
14	Distrito de Quissanga		-	-	-	1	1	1
15	Distrito do Ibo		-	-	-	-	1	1
16	Distrito de Muidumbe		-	-	-	-	1	1
17	Distrito de Nangade		-	-	1	1	1	1
18	Distrito de Balama		-	1	1	1	1	1
Total			11	15	18	22	24	24

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 9: Magistrados do Ministério Público na Província de Nampula

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção Menores	1	1	1	1	1	1
		4ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		5ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		6ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		SIC	1	1	1	1	1	1
		Secção Comercial	1	1	1	1	1	1
2	Cidade de Nampula	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	2	2	1	1	1
		3ª Secção	2	1	1	1	1	1
3	Distrito de Nacala	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		Tribunal Aduaneiro	a)	(a)	1	(a)	(a)	1
4	Distrito de Angoche	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	a)	1	1	1	1	1
5	Distrito de Malema		2	1	1	1	1	1
6	Distrito de Ribaué		2	1	1	1	1	1
7	Distrito de Moma		1	1	1	1	1	1
8	Distrito de Meconta		1	1	1	1	1	1
9	Distrito de Nampula-		1	1	1	1	1	1

	Rapale							
10	Distrito de Muecate		1	(a)	1	1	1	1
11	Distrito de Monapo		1	1	1	1	1	1
12	Distrito da Ilha de Moçambique		1	1	1	1	1	
13	Distrito de Mogovolas		1	1	1	1	1	1
14	Distrito de Murrupula		a)	(a)	1	1	1	1
15	Distrito de Momba		1	1	1	1	1	1
16	Distrito de Mecubúri		a)	(a)	1	1	1	1
17	Distrito de Lalaua		-		-	-	1	1
18	Distrito de Mongicual		a)	(a)	-	1	1	1
19	Distrito de Nacala-a-Velha		a)	(a)	-	1	1	1
20	Distrito de Nacarôa		-	-	1	1	1	1
21	Distrito de Eráti		-	-	1	1	1	1
22	Distrito de Mossuril		a)	(a)	1	1	1	1
Total			27	25	32	32	33	34

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 10: Magistrados do Ministério Público na Província da Zambézia

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Laboral	(a)	1	1	1	1	1
		3ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		4ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		Secção de Menores	(a)	1	1	-	-	-
		SIC	1	1	1	1	1	1
2	Cidade de Quelimane	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção	1	1	1	1	1	1
3	Distrito de Mocuba		1	1	1	1	1	1
4	Distrito do Gurúè	1ª Secção	(a)	(a)	(a)	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Milange		1	1	1	1	1	1
6	Distrito do Alto Molócuè		1	1	1	1	1	1
7	Distrito do Ile		1	1	1	1	1	1
8	Distrito de Mopeia		-	1	1	1	1	1
9	Distrito da Maganja da Costa		1	1	1	1	1	1
10	Distrito de Morumbala		-	1	1	1	1	1
11	Distrito de Pebane		1	1	1	1	1	1
12	Distrito de Chinde		-	-	-	-	1	1
13	Distrito de Lugela		-	-	1	1	1	1
14	Distrito de Inhassunge		-	-	-	1	1	1
15	Distrito do Gilé		-	1	1	1	1	1
16	Distrito do Namarrói		(a)	(a)	1	1	1	1
17	Distrito de Nicoadala		-	-	1	1	1	1
18	Distrito de Namacura		1	1	1	1	1	1
Total			15	20	23	24	25	25

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 11: Magistrados do Ministério Público na Província de Tete

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	2	2	2
		2ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		SIC	(a)	2	2	2	2	2
2	Cidade de Tete	4ª Secção Criminal	1	1	2	3	3	3
3	Distrito de Changara		1	1	1	1	1	1
4	Distrito da Angónia		1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Cahora Bassa		1	1	1	1	1	1
6	Distrito da Macanga		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Mutarara		-	-	1	1	1	1
8	Distrito de Moatize	3ª Secção	1	1	1	1	1	1
9	Distrito do Zumbu		-	-	-	1	1	1
10	Distrito da Marávia		1	1	1	1	1	1
11	Distrito de Tsangano		-	-	1	1	1	1
12	Distrito de Mágoè		1	1	1	1	1	1
13	Distrito de Chifunde		-	-	-	1	1	1
14	Distrito de Chiúta		-	-	1	1	1	1
15	Distrito de Marara		-	-	-	-	-	1
Total			11	13	17	21	21	22

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 12: Magistrados do Ministério Público na Província de Manica

Nº	PROCURADORIAS	SECCÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		SIC e Triagem	1	1	1	1	1	1
2	Cidade do Chimoio		1	1	3	2	2	2
3	Distrito de Manica		1	1	1	2	2	2
5	Distrito de Sussundenga		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Gondola		1	1	1	1	1	1
7	Distrito do Báruè		1	1	1	1	1	2
8	Distrito de Machaze		1	1	1	1	1	1
9	Distrito de Mossurize		1	1	1	1	1	1
10	Distrito de Macossa		-	1	1	1	1	1
11	Distrito de Tambara		-	1	1	1	1	1
12	Distrito do Guro		(a)	1	1	1	1	1
Total			10	13	15	15	15	16

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 13: Magistrados do Ministério Público na Província de Sofala

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Cível	(a)	1	1	1	1	1
		3ª Secção Menores	1	1	1	1	1	1
		4ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		5ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		6ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		Secção Comercial	1	1	1	1	1	1
		SIC	1	1	2	1	1	1
		Tribunal Aduaneiro	(a)	(a)	(a)	1	1	1
2	Cidade da Beira	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção	1	1	1	1	1	1
3	Distrito do Dondo	1	1	1	2	2	2	
4	Distrito do Búzi	1	2	1	1	1	1	
5	Distrito de Marromeu	1	1	1	1	1	1	
6	Distrito da Gorongosa	1	1	1	1	1	1	
7	Distrito de Nhamatanda	1	1	1	1	1	1	
8	Distrito de Caia	1	1	1	1	1	1	
9	Distrito de Cheringoma	1	1	1	1	1	1	
10	Distrito de Chibabava	-	1	1	1	1	1	
11	Distrito de Muanza	-	-	-	1	1	1	
12	Distrito de Maríngue	-	-	1	1	1	1	
13	Distrito de Chemba	-	1	1	1	1	1	
14	Distrito da Machanga	-	1	1	1	1	1	
Total			17	22	23	25	25	25

a) Assistida por acumulação.

Tabela nº 14: Magistrados do Ministério Público na Província de Inhambane

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção Cível	1	1	1	2	2	2
		4ª Secção laboral	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)
		SIC	-	1	1	1	1	1
2	Cidade de Inhambane	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	(a)	1	1	1	1
3	Distrito da Maxixe		1	1	2	2	2	2
4	Distrito de Zavala		1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Homoíne		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Morrumbene		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Massinga		1	1	1	1	1	1
8	Distrito de Inharrime		1	1	1	1	1	1
9	Distrito do Govuro		1	1	1	1	1	1
10	Distrito de Vilanculo		1	1	1	1	1	1
11	Distrito do Funhalouro		(a)	1	1	1	1	1
12	Distrito de Mabote		1	1	1	1	1	1
13	Distrito de Jangamo		(a)	1	1	1	1	1
14	Distrito de Panda		1	1	1	1	1	1
15	Distrito de Inhassoro		(a)	1	1	1	1	1
Total			15	18	20	21	21	21

a) Assistida por acumulação

Tabela nº 15: Magistrados do Ministério Público na Província de Gaza

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Cível	-	1	1	-	-	-
		3ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Criminal	-	-	-	-	1	1
		4ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		5ª Secção Cível	-	2	2	-	-	-
		SIC	1	1	1	2	2	2
2	Cidade de Xai-Xai	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	-	1	1	1	1	1
3	Distrito do Bilene		1	1	1	1	1	1
4	Distrito do Chókwè	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção				1	1	1
5	Distrito do Guijá		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Manjacaze		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Massingir		1	1	1	1	1	1
8	Distrito do Chibuto		1	1	1	1	1	1
9	Distrito de Mabalane		-	1	1	1	1	1
10	Distrito de Chicualacuala		-	-	1	1	1	1
11	Distrito do Chigubo		-	-	1	1	1	1
12	Distrito de Massangena		-		-	1	1	1
13	Distrito de Xai-Xai	-	-	-	-	-	1	1
Total			11	16	18	18	20	20

Tabela nº 16: Magistrados do Ministério Público na Província de Maputo

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria Provincial	1ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		4ª Secção Laboral	1	1	2	2	2	2
		5ª Secção Criminal	1	1	2	1	1	1
		6ª Secção Criminal	1	1	2	-	-	1
		SIC	2	2	2	3	3	3
2	Cidade da Matola	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
3	Distrito da Machava	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
4	Distrito da Moamba		1	1	1	1	1	1
5	Distrito de Marracuene		1	1	1	1	1	1
6	Distrito de Magude		1	1	1	1	1	1
7	Distrito de Matutuíne		1	1	1	1	1	1
8	Distrito de Boane	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
9	Distrito da Namaacha		1	1	1	1	1	1
10	Distrito da Manhiça		1	1	1	1	1	1
Total			20	19	23	21	21	22

Tabela nº 17: Magistrados do Ministério Público na Cidade de Maputo

Nº	PROCURADORIAS	SECÇÕES	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1	Procuradoria da Cidade	1ª Secção Comercial	1	1	1	2	2	2
		2ª Secção Comercial	(a)	(a)	1	1	1	1
		3ª Secção Cível	1(b)	1	1	1	1	1
		4ª Secção Cível	1	1	1	1	1	1
		5ª Secção Cível	1	1	1	-	1	1
		6ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		7ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		8ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		10ª Secção Criminal	1	1	1	1	1	1
		14ª Secção Criminal	-	1	2	-	-	-
		9ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		11ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		12ª Secção Laboral	(a)	4	4	1	1	1
		13ª Secção Laboral	1	1	1	1	1	1
		SIC	4	2	3	3	3	3
Triagem	-	-	5	5	5	5		
2	D. M. KaPfumu	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção	1	1	1	1	1	1
3	D. M. KaMavota	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
		3ª Secção	1		1	1	1	1
4	D.M. KaMubukwana	1ª Secção	1	1	1	2	2	2
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
5	D. M. KaMaxakeni	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção				1	1	1
6	D. M. Nhlamankulu	1ª Secção	1	1	1	1	1	1
		2ª Secção	1	1	1	1	1	1
Total			26	28	38	34	35	35

34

--	--	--	--	--	--	--

- a) Assistida por acumulação
- b) Assiste no CFJ

Tabela nº 18: Transferências

Órgão	Nº de transferidos	Local anterior	Nova colocação	Secção
Niassa	9	P.D. de Cuamba	GPCC de Inhambane	
		P.C. de Lichinga	P.C. de Pemba	1ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Lago	P.C. de Pemba/Triagem	
		P.D. de Mecanhelas	P.D. de Cuamba	
		P.D. de Maúia	P.D. de Lago	
		P.D. de Metarica	P.D. de Cuamba	
		P.D. de Sanga	P.D. de Chimbonila	
		P.D. de Marrupa	Gab. do Procurador Prov. Chefe de Sofala	
P.D. de Cuamba	P. da C. de Lichinga			
Cabo Delgado	4	P. D. de Ancuabe	P.D. de Guruè	2ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Macomia	P.D. de Balama	
		P.D. de Balama	P.D. de Macomia	
		P. da C. de Pemba	P.Cid. de Tete	4ª Secção do Tribunal Judicial
Nampula	2	P.D. de Angoche	P. C. de Nampula	
		P. D. de Mogovolas	P.D. de Angoche	
Zambézia	10	P. P. da Zambézia	GPCC de Nampula	
		P.D. de Ilé	P.C. de Quelimane	1ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Namarrói	P.D. de Alto Molócuè	
		P. C. de Quelimane	P. P. da Zambézia	Secção de Menores
		P. D. de Pebane	P. C. de Quelimane	3ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Maganja da	P. P. da Zambézia	4ª Secção do

		Costa		Tribunal Judicial
		P.D. de Guruè	GCCC	
		P. D. de Lugela	P.D. de Mocuba	2ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Alto Molócuè	Esquadras KaMaxaqueni/KaMavot a	
		P.D. de Inhassunge	P.D. da Machava/ Triagem	
Tete	3	P.D. de Tsangano	P.D. da Marávia	
		P.D. da Marávia	P. D. de Moatize	3ª Secção do Tribunal Judicial
		P. D. de Chifunde	P. D. de Marara	
Sofala	2	P. P. de Sofala	P.C de Maputo	2ª Secção Comercial
		P.D. de Marromeu	P. C. de Maputo	Secção de Instrução Criminal
Manica	-	-	-	-
Inhambane	12	P.D. de Govuro	P.D. de Chemba	-
		P.D. de Jangamo	P.D. de Magude	
		P.C. de Inhambane	P.P. De Inhambane	Secção de Instrução Criminal
		P.D. de Inharrime	P.C. de Inhambane	2ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Mabote	P.D. de Inharrime	-
		P.D. de Homoine	P.D. de Massinga	
		P.D. de Panda	P.D. de Homoine	
		P. P. de Sofala, Triagem	P. D. de Vilanculos	

		P.D. de Zavala	P. Cid. de Maputo	Secção de Instrução Criminal
		P.D. de Funhalouro	P.D. da Machava	
		P.P. de Inhambane	P. C. de Maputo	Secção de Instrução Criminal
		P.P. de Sofala	P. D. de Zavala	-
Gaza	6	P.D. de Chigubo	P.D. de Bilene	-
		P.D. de Chibuto	P.P. de Gaza	Secção de Instrução Criminal
		P.P. de Gaza	P. D. de Mabalane	-
		P.D. de Mabalane	P.D. de Chibuto	
		P.D. de Massingir	P. D. de Chókwè	
		P.P. de Gaza	P. C. de Maputo	Tribunal de Polícia
Província de Maputo	8	P.D. de Magude	P.D. de Jangamo	-
		P.D. da Machava	P.D. de Gorongosa	
		P.D. de Boane	P.D. de Moamba	
		P.D. da Matola	P.D. de Boane	1ª Secção do Tribunal Judicial
		P.C.da Matola	P. P. de Maputo	6ª Secção Criminal
		P.D. de Namaacha	P.C. da Matola	
		P.D. de Chicualacuala	P.D. da Machava	2ª Secção do Tribunal Judicial
		P.D. de Lugela	P.D. de Inhassunge	
Cidade de Maputo	1	P. C. de Maputo	GPCC de Inhambane	-
Gabinete Provincial	2	GPCC de Inhambane	P.P. de Maputo	SIC

de Combate à Corrupção de Inhambane		GPCC de Inhambane	P. P. de Sofala	SIC
Total.....59				

Legenda:

P.P- Procuradoria Provincial;

P.D- Procuradoria Distrital;

P.C- Procuradoria da Cidade;

GPCC- Gabinete Provincial de Combate à Corrupção;

SIC- Secção de Instrução Criminal.

Tabela nº 19: Colocações

Órgão	Nº de Colocações	Local anterior	Nova colocação
Cabo Delgado	2	1ª Secção	2ª Secção
		Tribunal Administrativo	3ª Secção Criminal
Zambézia	3	Secção de Menores e Laboral	1ª Secção Cível
		3ª e 4ª Secções Criminais	Secção Laboral
		Tribunal Administrativo e Fiscal	3ª Secção Criminal
Sofala	2	Secção de Menores	5ª Secção Criminal
		5ª Secção Criminal	Secção de Menores
Gaza	1	Tribunal Administrativo	3ª Secção Criminal
Província de Maputo	1	SIC	Secção Comercial do TJP
Cidade de Maputo	4	Secção de Instrução Criminal	7ª Secção Criminal
		7ª Secção Criminal	2ª Secção Comercial
		Esquadras dos Distritos KaMavota e KaMaxaqueni	1ª Secção Cível
		Esquadras dos Distritos de KaMpfumo	KaMavota, 2ª Secção
Total.....13			

Legenda:**SIC** - Secção de Instrução Criminal;**TJP**- Tribunal Judicial da Província;**TJD** -Tribunal Judicial Distrital.**Tabela nº 20: Diuturnidade Especial**

Ano	Processos recebidos	Processos em tramitação de contagem de tempo	Processos em tramitação de diuturnidade especial	Magistrados que já se beneficiaram
2008	89	73	16	22
2009	29	24	16	22
2010	19	18	10	14
2011	25	20	11	15
2012	37	12	10	25
2013	30	10	14	16

Nomeação em Comissão de Serviço

Tabela nº 21: Procuradores- Provinciais- Chefe

Órgão	Cabo-Delgado	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	
Nº	1	1	1	1	1	
Total.....						5

Tabela nº 22: Procuradores Provinciais -Chefe de Secção

Órgão	Tete	Sofala	Província de Maputo	Cidade de Maputo	GCCC	GPCC Sofala	
Nº	1	1	1	8	1	1	
Total.....							13

Tabela nº 23: Directores dos Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção

Órgão	Nampula	Inhambane	
Nº	1	1	
Total.....			2

Tabela nº 24: Procuradores Distritais-Chefes

Órgão	Niassa	Nampula	Tete	Sofala	Inhambane	Gaza	Província de Maputo	Cidade de Maputo	
Nº	3	6	11	4	1	3	1	1	
Total.....									30

Tabela nº 25: Procuradores Distritais-Chefes de Secção

Órgão	Nampula	Tete	Sofala	Província de Maputo
Nº	1	1	1	3
Total.....	6			

Tabela nº 26: Magistrados por níveis de formação

Nível/Situação	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Mestrados	4	2	4	2	6	2,5	7	2,5	7	2,3	8	2,5	8	2,3
Mestrandos	1	1	2	1	1	0,4	1	0,3	1	0,3	2	0,6	5	1,4
Licenciados	106	60	147	69	194	80,5	238	85,6	265	87,7	282	89,2	320	90,9
Licenciandos	43	24	44	20	27	11,2	19	6,8	16	5,3	12	3,8	10	2,8
Não Licenciados	22	13	16	8	13	5,4	13	4,7	13	4,3	12	3,8	9	2,6
Total	176	100	213	100	241	100	278	100	302	100	316	100	352	100

Obs. Falecidos 2 magistrados.

Tabela nº 27: Formação de Magistrados

Nº de Curso	TEMA	Nº de Participante	Sexo		Datas
			F	M	
1	Capacitação em matéria de Direitos Difusos e Colectivos	14	4	10	25 de Fevereiro a 8 de Março de 2013
2	16º Seminário Formativo sobre Recursos Naturais e Desenvolvimento	5	2	3	15 a 19 de Abril e 2013
3	Formação em matéria de tráfico de pessoas e órgão humanos, Lavagem de Dinheiro, Violação dos Direitos Intelectuais e Crime de Corrupção	5	2	3	8 a 17 de Abril de 2013
4	Seminário Nacional dos Tribunais Administrativos	1	1		15 a 17 de Abril de 2013
5	I Curso de Investigação sobre tráfico de pessoas	30	12	18	13 a 17 de Maio de 2013
6	Formação em Rede de Comunicação para Oficiais de Controlo da Legalidade e Aplicação da Lei	1		1	24 a 28 de Junho de 2013
7	Seminários Sobre Crimes Cibernéticos	3	1	2	20 a 22 de Agosto de 2013
8	Seminário sobre Protecção Alternativa de Crianças	7	2	5	4 a 6 de Setembro de 2013
9	II Curso de Investigação sobre tráfico de pessoas	31	11	20	9 a 13 de Setembro de 2013
10	Seminário sobre Convenção Internacional e Actos de Terrorismo Nuclear	3	1	2	16 a 18 de Outubro de 2013
11	Capacitação sobre a Implementação da Lei de Insolvência, Treinamento e Divulgação	3	2	1	12 a 19 de Novembro de 2013
12	Capacitação em matéria de Crime de Violência Sexual baseada no Género	12	5	7	13 a 15 de Novembro de 2013
13	Capacitação em matéria de Custas Judiciais	25	15	10	25 a 29 de Novembro de 2013
14	Seminário Académico de Justiça Criminal Contra o Crime Organizado Transnacional	3	1	2	25 de Novembro a 20 de Dezembro de 2013
15	Seminário Prático sobre Computação Forense no Combate a Crimes de Propriedade Intelectual, Saúde e Segurança.	1	1		9 a 13 de Dezembro de 2013
TOTAL	-----	144	60	84	

ANEXO III (Reuniões e encontros de trabalho)	Tabela nº 1 – Reuniões e Eventos Nacionais
	Tabela nº 2 – Relações Externas e Eventos internacionais

Tabela nº 1: Reuniões e Eventos Nacionais

Reunião Nacional do Gabinete Central de Combate à Corrupção, em Maputo, no dia 29 de Agosto de 2013
Participação em encontros com a Comissão Central de Ética Pública, nos dias 8 e 21 de Março, e 1 de Abril de 2013, no âmbito da implementação da Lei de Probidade Pública.
Encontro de trabalho com quadros dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), para a definição de estratégia de defesa do Estado Moçambicano no processo de arbitragem internacional sobre o contrato de concessão para a reabilitação da Linha de Sena, no dia 11 de Junho de 2013.
Encontro de trabalho com quadros do Centro de Biotecnologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), para, dentre outros aspectos, apresentar o relatório sobre os testes de paternidade efectuados (confirmação de casos de Paternidade), no dia 12 de Fevereiro de 2013.
Preparação e realização do debate sobre o anteprojecto da revisão da Constituição da República, no dia 2 de Maio de 2013.

Tabela nº 2: Relações Externas e Eventos internacionais

Participação no XI Encontro dos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sob o lema " <i>O Reforço da Cooperação Judiciária entre as Procuradorias Gerais da CPLP</i> " e discutiu temas como "Segredo de justiça e acesso ao processo", "Liberdade de imprensa-influência da investigação jornalística na investigação criminal", de 8 a 13 de Julho de 2013, na República de Angola
Participação na 8ª Conferência Anual da Associação dos Procuradores de África, sob o lema "Ampliação da rede de contactos e colaboração contra crimes prioritários específicos que afectam o continente africano" de 5 a 14 de Outubro de 2013, na Cidade da Praia, na República de Cabo Verde
Visita à República Portuguesa, para o estreitamento de laços de cooperação existentes entre as duas procuradorias de 13 a 23 de Junho de 2013.
Visita de trabalho à República de Singapura, para troca de experiência na área do sistema informático no sector da justiça, de 15 a 21 de Julho de 2013.
Recepção da visita de Sua Excelência o Procurador-Geral da República da Singapura com objectivo de Visita e Troca de Experiência do Sistema Informático no Sector da Justiça (15 a 21.07.2013).
Visita de trabalho do Procurador-Geral da República à República do Panamá para participação na Reunião dos Países parte da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Corrupção (25 a 29.11.2013)
Recepção da visita do Procurador da República Unida da Tanzânia (28 a 07.07.2013)
Recepção do Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Dr Roberto Monteiro Gurgel Santos, de 15 a 17 de Maio de 2013, para o reforço das relações de cooperação e troca de experiência, entre a Procuradoria-Geral da República de Moçambique e a Procuradoria-Geral da República Federativa do Brasil, tendo proferido, no primeiro dia da visita, 15 de Maio de 2013, uma palestra subordinada ao tema: "Experiência do Ministério Público Brasileiro no Combate à Corrupção: o caso mensalão".

Participação de Sua Excelência o Vice-Procurador-Geral da República no V Seminário da Associação Internacional das Autoridades Anti-corrupção, em Jinan, Capital da Província de Shandong, na República Popular da China, de 22 a 24 de Junho de 2013
Encontro com Embaixador da República Portuguesa, SEXA o Dr José Augusto Duarte, para manifestar a sua apreensão perante a onda de raptos, a 2 de Agosto de 2013.
Encontro com Embaixador da República de Cuba, SEXA o Dr. Rafael Aristides Jimeno Lopez, por ocasião do fim da sua missão em Moçambique, a 20 de Agosto de 2013.
Visita à República do Botswana como objectivo de coordenar a áreas de prevenção, com vista o fortalecimento da intervenção do GCCC nesta matéria, de 21 a 25.07.2013 - Fonte: GCCC).
Participação no lançamento do Centro Anti-Corrupção da Commonwealth África (CAACC ¹⁶), uma instituição com sede em Gaborone, Botswana, que tem como objectivo apoiar os membros das agências anti-corrupção da Commonwealth e promover a troca de experiências e assistência técnica entre os mesmos. (Fonte: GCCC).
Participação na acção de “Formação para Pontos Focais e Peritos Governamentais Integrados no Mecanismo de Revisão de Pares, no Âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”. (12 a 13.11 - Fonte: GCCC).
Participação no Programa de Capacitação em Práticas, Instrumentos e Métodos de Medição e Avaliação da Corrupção e de Medidas Anti-corrupção nos Países da Commonwealth África. (Cidade de Gaborone, Botswana, 25.02 a 01.03.2013 - Fonte: GCCC).
Encontro com Sua Excelência o Secretário Executivo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC ¹⁷), na sequência da solicitação endereçada pelo Presidente do Fórum Anti-Corrupção da África Austral (SAFAC ¹⁸ - 07.03.2013 Cidade de Maputo - Fonte: GCCC).
Articulação com o Ministério Público da República Democrática do Timor-Leste, tendo garantido a deslocação dos magistrados timorenses,

¹⁶ Traduzido do inglês *Commonwealth Africa Anti-Corruption Centre*.

¹⁷ Traduzido do inglês *Sothern African Development Community*.

¹⁸ Traduzido do inglês *Southern African Forum Against Corruption*.

a República de Moçambique, para participarem no IV curso de formação, de 20 de Outubro a 21 de Dezembro de 2013.
Encontro com o Gabinete das Nações Unidas Contra Droga e Crime (UNODC), no âmbito da participação de Sua Excelência o Procurador-Geral da República e a Sua delegação, à V Conferência de Estados Parte à Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.
Realização de 1 visita de estudo, de 1 a 9 de Abril de 2013, para um estágio na área do contencioso administrativo, dos contratos administrativos, dos interesses colectivos e difusos e troca de experiência e informação com os Sub-Procuradores-Gerais e Assessores que trabalham nestas áreas e outras entidades.
Encontro com o Departamento Internacional de Desenvolvimento (DFID), relativamente a um estudo sobre o quadro administrativo, jurídico-legal e de procedimentos relacionado com a prevenção e tratamento de irregularidades na utilização de recursos públicos.
Encontro entre SEXA PGR e os Representantes da UNODC e da Embaixada dos EUA (1.10.13). (Fonte: DNP)
Lançamento (01 de Outubro de 2013) do Projecto de Fortalecimento Institucional da PGR. Período implementação: 30 de Setembro de 2013 - 29 de Setembro de 2015. (Fonte: DNP)
Encontro com Delegação da USAID e da <i>Deloitte</i> , a 19 de Fevereiro de 2013, para apresentação dos resultados da avaliação feita pela <i>Deloitte</i> .
Encontro com Delegação da União Europeia, a 3 de Outubro de 2013, para a compreensão da situação política e do sistema de justiça em Moçambique.
Audiência com a Embaixadora do Brasil (06.09.2013).
Encontro com Embaixador da República Portuguesa, SEXA o Dr José Augusto Duarte, para manifestar a sua apreensão perante a onda de raptos, a 2 de Agosto de 2013.

<p>Encontro com Embaixador da República de Cuba, SEXA o Dr. Rafael Aristides Jimeno Lopez, por ocasião do fim da sua missão em Moçambique, a 20 de Agosto de 2013.</p>
<p>Encontro com Director Nacional do Ministério Público da República Unida da Tanzânia, SEXA o Dr. Elizer Feleshi, de 3 a 07 de Julho de 2013, para o reforço das relações de cooperação entre a Procuradoria-Geral da República de Moçambique e a Procuradoria-Geral da República Unida da Tanzânia.</p>
<p>Encontro com SEXA Embaixadora da República Federativa do Brasil, SEXA a Dra Lígia Maria Scherer, a 15 de Janeiro de 2013, no qual foi abordada a visita a Moçambique do Procurador-Geral da República Federativa do Brasil, Dr Roberto Monteiro Gurgel Santos, visita materializada em Maio de 2013.</p>
<p>Encontro com Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, a 24 de Julho de 2013, tendo proferido, no mesmo dia, uma palestra subordinada ao tema “Direito e Justiça em Tempos Incertos e Desafiadores”.</p>
<p>Encontro com SEXA Embaixador da República de Moçambique na África do Sul, Sua Excelência Dr. Fernando Fazenda, no dia 2 de Agosto de 2013.</p>
<p>Encontro com a USAID, no âmbito do Programa de Apoio e Fortalecimento Institucional financiado pelo Governo dos EUA à PGR.</p>
<p>Encontro com a UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, sobre o Programa Integrado para 2013, no dia 13 de Dezembro de 2012.</p>
<p>Encontro com a Organização Marítima Internacional (OMI), relativamente à avaliação da Implementação do Código de Conduta de Djibouti, em Moçambique, no dia 26 de Fevereiro de 2013.</p>

Encontro com a U.S Immigration and Customs Enforcement, sobre o programa de formação de procuradores e investigadores, no dia 14 de Março de 2013.

Encontro com a Agência contra o Crime Organizado (SOCA), no dia 21 de Agosto de 2013.

Encontro com a Delegação do Secretariado da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e da Flora Selvagens (CITES), no dia 13 de Setembro de 2013.

Encontro com especialistas séniores de saúde e gestão financeira do Banco Mundial, para abordar questões sobre a incidência da corrupção no sector da saúde, no dia 29 de Abril de 2013.

Sua Excelência a Embaixadora do Reino da Noruega em Moçambique e o Conselheiro da Embaixada, para troca de impressões sobre a actividade do GCCC, nomeadamente, os desafios actuais, impacto do processo de revisão da legislação em curso e pesquisas sobre corrupção ocorridas no País, no dia 11 de Outubro de 2013.

Director do Conselho Nacional Sueco de Auditoria, com o objectivo de trocar impressões sobre a actividades do GCCC, no combate ao crime de Desvio de Fundos e Bens do Estado, no dia 12 de Setembro de 2013.

Encontro de trabalho com a equipa de magistrados timorenses do segundo e terceiro cursos, no âmbito do programa de capacitação para os magistrados do Ministério Público da República de Timor-Leste.

Encontro com o Departamento Internacional de Desenvolvimento (DFID), relativamente a um estudo sobre o quadro administrativo, jurídico-legal e de procedimentos relacionado com a prevenção e tratamento de irregularidades na utilização de recursos públicos.

Encontro com a Alemanha/GIZ, sobre a proposta do Apoio a área de combate à corrupção, no dia 23 de Julho de 2013.

ANEXO IV (Infra-estruturas)	Tabela nº 1 – Infra-estruturas – PGR
	Tabela nº 2 – Infra-Estruturas – Outras Instituições

Tabela nº 1: Infra-Estruturas – PGR

Província		Localização	Reabilitação	Em construção	Situação da Obra	Valor da Obra	Cedidas
Niassa	Residências	Lago					1
	Procuradorias	Lago		1	Parada. Rescindido o contrato por Incumprimento das obrigações contratuais pelo empreiteiro		
Cabo Delgado	Procuradorias	Ibo					1
		P.Provincial		1	Intermédia	25.000,00	
	Residências	Metuge		1	Conclusão	5.380,00	
		Balama		1	Concluídas	3.361,40	
		Muidumbe		1		3.361,40	
Nampula	Procuradorias	Lalaua		1	Concluída	247,22	
	Residências	Mogincual		1	Conclusão	2.290,00	
		Ilha de Moçambique	1		Concluída	9.370,00	
		Nacarôa		1	Intermédia	2.948,61	
Zambézia	Procuradorias	Alto Molócuè		1	Obra na fase inicial. Cedida pelo Governo Distrital		1
		Namacurra					1
Tete	Residências	Changara		1	Intermédia	846,56	
		Cidade de Tete	1		Concluído	4.500,00	

(Cont.)

Manica	Procuradorias	Báruè					1
		Mossurize		1	Intermédia	3.076,92	
	Residências	Manica					1
P.Provincial			1		Concluída	400,00	
Sofala	Procuradorias	Cidade		1	Fase Final	13.000,00	
		Nhamatanda		1	Fase Intermédia	2.651,60	
Inhambane	Residências	Cidade		2	Concluídas	7.194,60	
Gaza	Procuradorias	Mabalane		1	Fase Inicial	200,00	
		Guijá		1	Fase Intermédia	160,00	
	Residências	Cidade de Xai-Xai		1	Fase Inicial	240,00	
		Distr. Xai-Xai (Chongoene)					1
Cidade de Maputo	Procuradorias	KaMaxakeni		1	Fase Inicial	4.500,00	
		KaMubukwana		1	Concluído		
		Cidade de Maputo		1	Fase Intermédia	349,00	
GPCCS	Edifício	Beira		1	Concluído	13.204,89	
CSMMP	Edifício			1	Fase final	4.122,00	

Tabela nº 2: Infra-Estruturas – Outras Instituições

Serviço Nacional Penitenciário

Localização	Descrição
Cabo Delgado	Reabilitação do Pavilhão de Reclusão e sistema de saneamento no E.P. de Mize.
Nampula	Início da construção de 1 Pavilhão de Segurança Reforçada nos E.P. Industrial de Nampula
	Reabilitação dos Sistemas de saneamento e fornecimento de água nos E.P. Distritais de Muecate, Murrupula, Meconta, Erate, Namapa e Monapo.
Zambézia	Início da construção do Pavilhão e Bloco administrativo no Estabelecimento Penitenciário Distritais de Alto Molócuè com capacidade para 200 camas cada.
	Início da construção do Pavilhão e Bloco administrativo no Estabelecimento Penitenciário Distritais de Milange com capacidade para 200 camas cada.
Tete	Abertura de Furos de Água nos E.P. Distrital de Changara, Máxima Segurança da Machava e na Escola Prática Penitenciária de Lhembe.
Sofala	Início da construção do E.P. Distrital de Gorongosa, com capacidade para 200 camas.
Inhambane	Início da conclusão da Construção do E.P. Distrital de Inharrime, com capacidade para 120 Camas.

(Cont.)

Gaza	Início da construção do E.P. Distrital de Massingir, com capacidade para 200 camas.
	Reabilitação do E.P. Distrital de Manjacaze em Gaza
	Ligação à rede eléctrica nacional nos E.P. Distrital de Changara em Tete e Penitenciária Regional Sul em Mabalane - Gaza.
Maputo	Início da construção de Balneários na zona de reclusão no E.P. de Máxima Segurança da Machava.
	Início da construção de 1 Pavilhão de Segurança Reforçada nos E.P. de Máxima Segurança da Machava
	Início da construção de Infra-estruturas Precárias (Provisórias) na Escola Prática Penitenciária de Lhembe - Distrito de Moamba.
	Reabilitação do Refeitório para funcionários, sala de reuniões e casa de banho para os guardas em serviço, pintura e renovação do sistema eléctrico do Bloco Administrativo e pavilhões e instalação de um PT pela EDM, no E.P.de Máxima Segurança da Machava.
	Reabilitação do Murro de vedação e Sanitários no E.P. para Mulheres em Ndlavela
	Reabilitação - Cobertura de Pavilhões de Reclusão, Oficinas, Serralharia, Carpintaria e Tecelagem no E.P.Provincial de Maputo (ex.Cadeia Central de Maputo).

CAPÍTULO II (Controlo da Legalidade)

ANEXO V (Situação prisional)	Província	Tabela
	Resumo Nacional	Tabela nº 1: Movimento Reclusório
	Niassa	Tabela nº 2: Reclusos preventivos Tabela nº 3: Reclusos condenados
	Cabo Delgado	Tabela nº 4: Reclusos preventivos Tabela nº 5: Reclusos condenados
	Nampula	Tabela nº 6: Reclusos preventivos Tabela nº 7: Reclusos condenados
	Zambézia	Tabela nº 8: Reclusos preventivos Tabela nº 9: Reclusos condenados
	Tete	Tabela nº 10: Reclusos preventivos Tabela nº 11: Reclusos condenados
	Manica	Tabela nº 12: Reclusos preventivos Tabela nº 13 Reclusos condenados
	Sofala	Tabela nº 14: Reclusos preventivos Tabela nº 15: Reclusos condenados
	Inhambane	Tabela nº 16: Reclusos preventivos

		Tabela nº 17: Reclusos condenados
	Gaza	Tabela nº 18: Reclusos preventivos Tabela nº 29: Reclusos condenados
	Maputo (Província e Cidade)	Tabela nº 20: Reclusos preventivos Tabela nº 21: Reclusos condenados

Tabela nº 1: Movimento Reclusório

PROVÍNCIA	PRISÃO PREVENTIVA	CONDENADOS	TOTAL
Niassa	172	490	662
Cabo Delgado	356	478	834
Nampula	894	1.820	2.714
Zambézia	436	939	1.375
Tete	292	764	1.056
Manica	241	1.315	1.556
Sofala	392	976	1.368
Inhambane	227	749	976
Gaza	198	1.062	1.260
Maputo (Província e Cidade)	1.531	1.795	3.326
TOTAL GERAL	4.739	10.388	15.127

Tabela nº 2: Reclusos preventivos

Est. Pen. Prov. de Niassa	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO		Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
				PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
				Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
Sede		49	0	0	2	0	2	53	0	0	0	0	53	55
Cadeias Distritais	C. D. Marrupa	2	0	0	5	0	5	0	0	0	0	0	0	5
	C. D. Cuamba	59	0	0	3	0	3	44	0	0	0	0	44	47
	C. D. Mandimba	8	0	0	3	0	3	11	0	0	0	0	11	14
	C. D. Mecanhelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	U. Preventiva de Lichinga	54	0	26	25	0	51	0	0	0	0	0	0	51
	U. Preventiva de Cuamba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		172	0	26	38	0	64	108	0	0	0	0	108	172

Tabela nº 3: Reclusos condenados

Est. Pen. Prov. de Niassa	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR											Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS														
		Pena correccional até					Pena Maior até						Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até			Pena Maior até				Total	Total Geral		
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total				L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A			10A	Total
E. P. DE NIASSA	70	15	32	66	183	21	10	15	18	64	247	11		11	9	3	0	12	62	88	36	186	12	21	25	8	66	252		
E.P. D. Marrupa	6		3	3	12	0	0	0	0	0	12	9	2	11	2	7	0	9	10	5	7	22			2		2	24		
E.P. D. Cuamba	35	32	15	4	86	0	2	4	10	16	102	19	7	26	14	9	0	23	73	40	14	127	1	5	6	2	14	141		
E.P. D. Mandimba	8		6	2	16	1	1	1	0	3	19	5	1	6	6	7	0	13		5	3	8		1	1		2	10		
E.P. D Mecanhelas	32		11	0	43	32	13	0	0	45	88				0	0	0	0										0		
E.P. Preventiva de Lichinga	11	3	20	2	36	2	0	0	9	11	47	11	8	19	6	7	0	13	14	31	13	58	3	2			5	63		
E. Preventiva de Cuamba	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0										0		
SUB TOTAL		162	50	87	77	376	56	26	20	37	139	515	55	18	73	37	33	0	70	159	169	73	401	16	29	34	10	89	490	

Tabela nº 4: Reclusos preventivos

Est. Pen. Prov. de C. Delgado	ESTABELECEMENTOS PENITENCIARIO		Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
				PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
				Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
	Sede		100	0	0	43	0	43	74	0	0	0	74	117
Cadeias Distritais	C. D de Montepuez		69	0	0	33	0	33	29	0	0	0	29	62
	C. D. Mueda		21	0	0	1	0	1	11	0	0	0	11	12
	C. D. Chiure		19	0	0	0	0	0	12	0	0	0	12	12
	C. D. Mocimboa da Praia		1	0	0	4	0	4	1	0	0	0	1	5
	C. D. Namuno		31	0	0	0	0	0	17	0	0	0	17	17
	C. D. Ancuabe		18	0	0	0	0	0	11	0	0	0	11	11
	C. D. Macomia		11	0	0	8	0	8	6	0	0	0	6	14
	C. Prisional de Mienze		0	0	0	0	0	0					0	0
U.P.P		92	0	0	53	0	53	23	0	0	0	23	76	
TOTAL		362	0	0	142	0	142	184	0	0	0	184	326	

Tabela nº 5: Reclusos condenados

Est. Pen. Prov. de C. Delgado	ESTABELECEMENTOS PENITENCIARIO		EXISTÊNCIA ANTERIOR										Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS													
			Pena correccional até					Pena Maior até					Prima	Reinc	Total	Saída Mês			Total	Pena Correccional até			Total	Pena Maior até				Total	Total Geral
			3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total				Total	L.C	P.C		Out	3mes	1ano		2anos	Total	3anos	5anos		
E. P. DE CABO DELGADO		8	9	29	30	76	42	9	6	0	57	133	151	5	156	3	25	0	28	4	37	25	66	47	19	21	8	95	161
E.P. D de Montepuez		22	9	39	5	75	0	0	0	0	0	75	77	3	80	4	6	0	10		86	3	89	0	0	0	0	0	89
E.P. D. Mueda		6		49	17	72	2	0	0	0	2	74	21	2	23	1	0	0	1	14	39	16	69	0	0	0	0	0	69
E.P. D. Chiure		10		11	0	21	0	0	0	0	0	21	18	1	19	0	0	0	0	8	31	6	45	0	0	0	0	0	45
E.P. D. Mocimboa da Praia		30	5	16	0	51	0	0	0	0	0	51	19	0	19	1	0	0	1	8	32	7	47	0	0	0	0	0	47
E.P. D. Namuno		0		1	0	1	0	0	0	0	0	1	6	0	6	0	0	0	0	0	2	1	3	0	0	0	0	0	3
E.P. D. Ancuabe		0	9	11	0	20	0	7	0	0	7	27	11	1	12	1	5	0	6	11	14	2	27	0	0	0	0	0	27
E.P. D. Macomia		0		2	0	2	0	0	0	0	0	2	6	0	6	0	1	0	1	1	4	2	7	0	0	0	0	0	7
E.P. D. Namanhumbiri		16	13	12	3	44	0	0	0	0	0	44	24	1	25	1	3	0	4	2	17	4	23	0	0	0	0	0	23
E.P. D. Mecufi		4		0	0	4	0	0	0	0	0	4	13	1	14	0	3	0	3	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
Seccao feminina		13		11	0	24	12	0	0	0	12	36	3	0	3	0	0	0	0	0	2	0	2	0	1	0	0	1	3
Ruarua		9		3	0	12	0	0	0	0	0	12	4	0	4	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0	0	0	0	3
SUB TOTAL		118	45	184	55	402	56	16	6	0	78	480	353	14	367	11	43	0	54	48	268	66	382	47	20	21	8	96	478

Tabela nº 6: Reclusos preventivos

Estabelecimento Penitenciário Provincial de Nampula	ESTABELECEMENTOS PENITENCIARIO		Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual	
			Existência	PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo			Sub total
				Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
	Sede		175	0	0	39	0	39	49	0	90	11		150
Cadeias Distritais	C. D. Nacala Porto	56	0	0	12	0	12	25	0	0	0	25	37	
	C. D. Ilha de Mocambique	2	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	2	
	C. D. Angoche	5	0	0	0	0	0	1	0	0	2	3	3	
	C. D. Monapo	19	0	0	2	0	2	10	0	1	0	11	13	
	C. D. Mogovolas	10	1	0	6	0	7	7	0	0	0	7	14	
	C. D. Meconta	12	0	0	3	0	3	7	0	0	0	7	10	
	C. D. Mussoril	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	C. D. Ribaue	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	C. D. Murrupula	4	0	0	5	0	5	3	0	0	0	3	8	
	C. D. Moma	11	0	0	1	0	1	4	0	2	0	6	7	
	C. D. Malema	16	0	0	7	1	8	6	0	4	0	10	18	
	C. D. NPL Rapale	19	8	0	3	0	11	15	0	0	0	15	26	
	C. D. Muecate	8	0	0	3	1	4	9	0	0	0	9	13	
	C. D. Memba	5	0	0	3	0	3	2	0	0	0	2	5	
	C. D. Namapa	30	3	0	1	5	9	25	0	6	0	31	40	
	Cadeia Preventiva						0						0	0
	C. Femenino	7	4	0	0	1	5	1	0	0	0	1	6	
	C. Anex PIN	271	27	0	7	11	45	108	24	32	9	173	218	
P.I. Nampula	0	66	0	2	13	81	88	0	33	13	134	215		
TOTAL		401	109	0	95	32	236	361	24	168	35	588	824	

Tabela nº 7: Reclusos condenados

Estabelecimento Penitenciário Provincial de Nampula	ESTABELECIAMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR											Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS													
		Pena correccional até					Pena Maior até									Saída Mês				Pena Correccional até				Pena Maior até				Total	Total Geral
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total	Prima	Reinc	Total	L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	10A		
E. P. DE NAMPULA	3	8	15	4	30	0	0	0	0	0	0	8		8	2	3	0	5	3	5		8						8	
E.P. D. Nacala Porto	10		22	4	36	0	0	0	0	0	0			0	6	1	0	7		14	3							0	
E.P. D. Ilha de Mocambique	4	12	11	7	34	0	0	0	0	0	0	16		16	6	2	0	8	7		9	16						16	
E.P. D. Angoche	5	3	8	5	21	0	0	0	0	0	0	39	1	40	12	6	0	18	11	23	6	40						40	
E.P. D. Monapo	5	3	12	14	34	0	0	0	0	0	0	36	2	38	8	7	0	15	3	21	13	37	1				1	38	
E.P. D. Mogovolas	3		3	0	6	0	0	0	0	0	0	16		16	3	9	0	12	2	8	5	15	1				1	16	
E.P. D. Meconta	8		17	5	30	0	0	0	0	0	0	21	2	23	5	6	0	11	10	11	2	23						23	
E.P. D. Mussoni	0		0	0	0		0	0	0	0	0			0	0	0	0	0				0						0	
E.P. D. Ribaue	5	8	9	5	27	0	0	0	0	0	0	32		32	11	0	0	11	7	19	4	30	2				2	32	
E.P. D. Murrupula	3		11	15	29	0	0	0	0	0	0	27	4	31	3	1	0	4	3	19	9	31						31	
E.P. D. Moma	1	6	25	9	41	0	0	8	0	8	8	29	5	34	6	5	0	11		9	15	24	10				10	34	
E.P. D. Malema	10	1	6	0	17	0	0	0	0	0	0	19		19	1	7	0	8	3	13	3	19						19	
E.P. D. NPL Rapale	23	2	7	4	36	0	0	0	0	0	0	26		26	5	8	0	13	6	17	3	26						26	
E.P. D. Muecate	5	21	66	1	93	0	33	18		51	51	27	3	30	11	0	0	11	17	9		26	4				4	30	
E.P. D. Memba	9		5	0	14	0	1	0	0	1	1	14		14	3	5	0	8	2	10	2	14						14	
E.P. D. Namapa				178	178	266	301	218	136	921	921	1.223	24	1.247	112	14	0	126			216	216	273	375	232	151	1.031	1.247	
P.R.N.Nampula	4	9	23	0	36	0	0	0	0	0	0	39		39	8	6	0	14	7	15	17	39					0	39	
	21	12	54	0	87	18	5	5	3	31	31	177	4	181	0	1	0	1	28	60	45	133	29	13	6		48	181	
Rex centl pris	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	7		7	0	0	0	0	1		2	3	4				4	7	
Centro aberto	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	1	3	2	6	4	6	3		13	19	
SUB TOTAL	119	85	294	251	749	284	340	249	139	1.012	1.012	1.756	45	1.801	202	81	0	283	111	256	356	706	328	394	241	151	1.114	1.820	

Tabela nº 8: Reclusos preventivos

Est. Penitenciário Provincial da Zambézia	ESTABELECIAMENTOS PENITENCIARIO	Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
			PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
			Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
Sede		262	0	0	0	0	0	91	59	63	52	265	265
ESTABELECIAMENTOS SOB-TUTELA	Cadeia D. Mocuba	59	0	0	0	0	0	21	15	14	5	55	55
	Cadeia D. Ile	28	0	0	0	0	0	8	4	3	2	17	17
	Cadeia D. Gurue	31	0	0	0	0	0	11	10	5	5	31	31
	Cadeia D. Pebane	4	0	0	0	0	0	2	1	1	0	4	4
	Cadeia D. Maganja da Costa	7	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	2
	Cadeia D. Milange	26	0	0	0	0	0	11	9	5	6	31	31
	Cadeia D. Molocue	11	0	0	0	0	0	4	4	2	0	10	10
	Cadeia D. Chinde	2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	2
	Cadeia D. Gile	8	0	0	0	0	0	2	2	1	0	5	5
	Cadeia D. Mopeia	3	0	0	0	0	0	2	1	1	0	4	4
	Cadeia D. Morrumbala	4	0	0	0	0	0	2	1	0	0	3	3
	Cadeia D. Nicoadala	4	0	0	0	0	0	1	1	1	1	4	4
	Cadeia D. Namacurra	3	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3	3
	Preventiva												0
TOTAL		452	0	0	0	0	0	158	110	97	71	436	436

Tabela nº 9: Reclusos condenados

Est. Penitenciário Provincial da Zambézia	ESTABELECIAMENTOS PENITENCIÁRIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR										Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS															
		Pena correccional até					Pena Maior até					Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até			Pena Maior até				Total	Total Geral			
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total				Total	L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos			10A	10A	Total
E. P. DA ZAMBEZIA	45	21	47	38	151	60	50	78	94	282	433					82	105	70	257	61	46	42	60	209	466					
E.P.D. Mocuba	17	11	14	13	55	28	16	13	21	78	133					30	42	12	84	19	11	25	17	72	156					
E.P.D. Ile	6		4	4	14	7	6	3	5	21	35					6	9	3	18	4	4	3	5	16	34					
E.P.D. Gurue	20	14	12	11	57	15	14	14	23	66	123					26	43	11	80	19	16	15	24	74	154					
E.P.D. Pebane	2		1	3	6	2	5	2	3	12	18					4	5	1	10	3	2	2	2	9	19					
E.P.D. Maganja da Costa	5	9	2	1	17	5	3	4	1	13	30					4	6	1	11	2	2	2	2	8	19					
E.P.D. Milange	6		1	1	8	7	4	2	4	17	25					1	2	1	4	0	0	1	0	1	5					
E.P.D. Molocue	3	1	2	4	10	1	1	1	2	5	15					4	7	2	13	3	3	2	2	10	23					
E.P.D. Chinde	0		0	2	2	0	11	1	1	13	15					2	1	5	8	1	1	1	0	3	11					
E.P.D. Gile	12		14	10	36	11	11	8	10	40	76					11	15	0	26	5	5	4	3	17	43					
E.P.D. Mopeia	0		0	1	1	0	0	0	0	0	1					0	0	0	0	0	0	0	3	3	3					
E.P.D. Morrumbala	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0					1	1	0	2	0	0	0	0	0	2					
E.P.D. Nicoadala	0		0		0	1	1	0	0	2	2					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
E.P.D. Namacurra	1		0	0	1	0	1	0	0	1	2					1	2	0	3		1	0	0	1	4					
Preventiva											0												0	0	0					
SUB TOTAL	117	97	88	302	137	123	126	164	550	852						172	238	106	516	117	91	97	118	423	939					

Tabela nº 10: Reclusos preventivos

Est. Pen.Prov. de Tete	ESTABELECIAMENTOS PENITENCIARIO	Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
			PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
			Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
Sede		189	0	0	6	1	7	165	2	3	1	171	178
ESTABELECIAMENTOS SOB-TÚTELA	Cadeia D. Moatize	5	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	5
	Cadeia D. Macanga	10	0	0	0	0	0	12	0	0	0	12	12
	Cadeia D. Changara	10	0	0	0	0	0	12	0	0		12	12
	Cadeia D. Cahora Bassa	11	0	0	0	0	0	11	0	0	0	11	11
	Cadeia D. Angónia	38	0	0	0	0	0	40	0	0	0	40	40
	Cadeia D. Mutarara	21	0	0	0	0	0	21	0	0	0	21	21
	Cadeia D. Mâgoé	8	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8	8
	Cadeia D.Maravia	10	0	0	0		0	5	0	0	0	5	5
TOTAL		302	0	0	6	1	7	279	2	3	1	285	292

Tabela nº 11: Reclusos condenados

Est. Pen. Prov. de Tete	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR											Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS														
		Pena correccional até					Pena Maior até						Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até			Pena Maior até				Total	Total Geral		
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total				L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A			10A	Total
E.P. DE TETE	103	9	101	7	220	5	5	9	16	35	255	339	13	352	6	15	0	21	140	248	2	390	8	6	12	53	79	469		
E.P.D. Moatize	19		23	0	42	0	0	0	0	0	42	6	1	7	1	0	0	1	24	52	0	76	0	0	0	0	0	76		
E.P.D. Macanga	4	8	18	0	30	0	0	0	0	0	30	9	1	10	0	1	0	1	4	32	0	36	0	0	0	0	36			
E.P.D. Changara	4		11	0	15	0	0	0	0	0	15	1	0	1	1	1	0	2	4	22	0	26	0	0	0	0	26			
E.P.D. Cahora Bassa	4	1	7	0	12	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	3	7	0	10	0	0	0	0	10			
E.P.D. Angónia	30		25	0	55	0	1	1	0	2	57	2	1	3	0	1	0	1	7	36	5	48	0	1	1	0	2	50		
E.P.D. Mutarara	4		4	0	8	0	0	0	0	0	8	5	0	5	1	0	0	1	12	33	0	45	0	0	0	0	45			
E.P.D. Maravia											0			0				0	1	18	0	19	0	0	0	0	19			
E.P.D. Magoé	5		7	0	12	0	11	0	0	11	23	3	0	3	0	0	0	0	10	22	1	33	0	0	0	0	33			
SUB TOTAL	173		196	7	376	5	17	10	16	48	424	365	16	381	9	18	0	27	205	470	8	683	8	7	13	53	81	764		

Tabela nº 12: Reclusos preventivos

Est. Pen. Prov. de Manica	ESTABELECEMENTOS PENITENCIARIO		Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual	
			PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total		
			Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença			
	Existência													
	Sede		126	18	1	16	0	35	80	0	2	0	82	117
ESTABELECEMENTOS SOB-TUTELA	Cadeia D. Barue		27	0	0	0	0	0	44	0	1	0	45	45
	Cadeia D. Sussundenga		23	0	0	0	0	0	20	0	4	0	24	24
	Cadeia D. Gondola		26	0	0	0	0	0	37	0	0	0	37	37
	Cadeia D. Manica		46	0	0	0	0	0	18	0	0	0	18	18
	Cadeia D. Mussorize								0				0	0
	Cadeia D. Guro								0				0	0
	Cadeia D. Machaze								0				0	0
TOTAL			248	18	1	16	0	35	199	0	7	0	206	241

Tabela nº 13: Reclusos condenados

Est. Pen. Prov. de Manica	ESTABELECIAMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR										Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS															
		Pena correccional até					Pena Maior até					Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até			Pena Maior até				Total	Total Geral			
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total				Total	L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos			10A	10A	Total
E. P. DE MANICA	34	13	127	75	249	91	178	163	299	731	980				13	6	0	19	66	217	90	373	98	130	146	302	676	1.049		
E.P. D. Barue	3		15	7	25	0	0	0	0	0	25				11	3	0	14	7	13	4	24					0	24		
E.P. D. Sussundenga	9		18	13	40	6	2	2		10	50				9	7	0	16	7	33	2	42	24	54	3		81	123		
E.P. D. Gondola	3	9	6	4	22	0	1	0	0	1	23				5	3	0	8	22	21	2	45	13				13	58		
E.P. D. Manica	4		12	4	20	0	2	0	0	2	22				0	1	0	1	9	24	2	35						35		
E.P. D. Mussorize	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0				0						0		
E.P. D. Guro	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0				0						0		
E.P. D. Machaze	0		0	0	0		0	0	0	0	0				0	0	0	0				0						0		
Centro aberto de Chissui	0		3	4	7	2	3	4	6	15	22				0	2	0	2	4	11	11	26						26		
Centro aberto de Macate	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0				0						0		
Centro aberto de Cagore	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0				0						0		
Sub Total	53		181	107	341	99	186	169	305	759	1.100				38	22	0	60	115	319	111	545	135	184	149	302	770	1.315		

Tabela nº 14: Reclusos preventivos

Est. Pen. Provincia de Sofala	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO		Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
			PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
			Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
Sede		292	108	36	18	4	166	96	28	28	48	200	366
ESTABELECIMENTOS SOB-TUTELA	Cadeia D. Dondo	34	6	0	9	0	15	8	4	2	0	14	29
	Cadeia D. Nhamatanda	20	1	0	12	0	13	7	2	0	0	9	22
	Cadeia D. Gorongosa	34	4	0	13	0	17	14	8	0	0	22	39
	Cadeia D. Caia	17	0	0	7	0	7	9	0	0	0	9	16
	Cadeia D. Machanga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Cadeia D. Chibabava	13	0	0	13	0	13	6	0	0	0	6	19
	Cadeia D. Buzi	14	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1
	Ad. Prisional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		424	119	36	73	4	232	140	42	30	48	260	492

Tabela nº 15: Reclusos condenados

Est. Pen. Provincia de Sofala	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR										Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS													
		Pena correccional até					Pena Maior até					Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até			Pena Maior até				Total	Total Geral	
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	máis 10A	Sub total				Total	LC	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos			10A
E.P. DA BEIRA	11	6	57	90	164	51	158	89	0	298	462	472	19	491	10	23	0	33	13	119	77	209	76	124	126	0	326	535
E.P.D. D. Dondo	8	11	88	31	138	24	19	0		43	181	97	5	102	3	5	0	8	8	26	11	45	31	39	0	0	70	115
E.P.D. Nhamatlanda	3		14	11	28	6	5	0	0	11	39	85	3	88	1	2	0	3	12	35	18	65	14	10	0	0	24	89
E.P.D. Gorongosa	2		2	4	8	5	2	0	0	7	15	7	0	7	0	0	0	0	3	12	11	26	0	0	0	0	0	26
E.P. D. Caia	10		15	8	33	1	3	0	0	4	37	7	0	7	1	3	0	4	8	30	14	52	4	3	0	0	7	59
E.P.D. Machanga	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E.P.D. Chibabava	9		17	10	36	2	4	0	0	6	42	17	0	17	1	6	0	7	7	13	11	31	5	4	0	0	9	40
E.P. D. Buzi	4	9	22	27	62	0		2	0	2	64	21	0	21	0	4	0	4	5	21	11	37	6	5	0	0	11	48
Ad. Prisional	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro A. P. Tica	0		2	4	6	1	5	0	0	6	12	9	1	10	0	1	0	1	0	8	8	16	5	0	0	0	5	21
Centro A. P. Sacuzi	0		0	0	0	3	7	0	0	10	10	5	0	5	0	0	0	0	0	3	3	6	4	4	0	0	8	14
Centro A. P. Muxungue	0		0	28	28	20	10	0	0	30	58	32	0	32	16	51	0	67	0	13	9	22	4	3	0	0	7	29
SUB TOTAL	47		217	213	477	113	213	91	0	417	894	752	28	780	32	102	0	134	56	280	173	509	149	192	126	0	467	976

Tabela nº 16: Reclusos preventivos

Est. Penitenciario Provincial de Inhambane	ESTABELECImentos PENITENCIARIO		Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
				PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
	Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento		Aguardando Sentença					
	Sede		113	0	0	16	3	19	72	6	0	0	78	
ESTABELECImentos SOB-TUTELA	Zavala	23	0	0	12	0	12	0	0	0	0	0	12	
	Panda	4	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6	6	
	Homoine	9	0	0	6	0	6	5	2	0	0	7	13	
	Maxixe	29	0	0	0	0	0	12	3	8	0	23	23	
	Morrumbene	2	0	0	6	0	6	0	0	0	0	0	6	
	Massinga	9	0	0	9	6	15	6	0	0	0	6	21	
	Vilankulos	5	0	0	9	0	9	2	4			6	15	
	Inhassoro	3	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4	4	
	Govuro	17	0	0	13	0	13	3	2	0	0	5	18	
	Mabote	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	
DAP de Inhambane		4	0	0	10	0	10	0	0	0	0	0	10	
TOTAL		219	0	0	81	9	90	112	17	8	0	137	227	

Tabela nº 17: Reclusos condenados

Est. Penitenciário Provincial de Inhambane	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR											Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS														
		Pena correccional até					Pena Maior até						Prima	Reinc	Total	Saída Mês				Pena Correccional até				Pena Maior até				Total	Total Geral	
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total				L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	10A			Total
E. P. DE I BANE	24	5	20	24	73	75	57	48	0	180	253	129	6	135	3	11	0	14	46	79	7	132	57	63	46	0	166	298		
E. P. D. Zavala	11		4	4	19	0	1	1	0	2	21	56	1	57	0	1	0	1	5	11	2	18	1	0	1	0	2	20		
E. P. D.Panda	5		5	2	12	0	8	0	0	8	20	33	1	34	1	3	0	4	5	5	2	12	1	7	0	0	8	20		
E.P.D.Homoine	3	3	27	18	51	11	2	0	0	13	64	44	2	46	2	0	0	2	6	45	26	77	7	1	1	0	9	86		
E.P.D.Maxixe	31		6	10	47	6	3	0	0	9	56	3	0	3	0	1	0	1	34	22	17	73	7	1	0	0	8	81		
E.P.D.Murrombene	0		10	7	17	7	0	0	0	7	24	35	1	36	1	2	0	3	2	16	6	24	8	0	0	0	8	32		
E.P.D.Massinga	5		16	7	28	15	14	0	0	29	57	78	2	80	0	2	0	2		39	7	46	16	5	0	0	21	67		
E.P.D.Vilankulos	15	7	8	6	36	11	0	3	0	14	50	26	0	26	2	1	0	3	33	10	6	49	10	4	0	0	14	63		
E.P.D.Inhassoro	0		3	3	6	4	2	0	0	6	12	44	1	45	1	0	0	1	0	3	3	6	3	2	0	0	5	11		
E.P.D.Govuro	8		12	14	34	20	4	3	0	27	61	31	0	31	1	0	0	1	8	12	14	34	17	4	3	0	24	58		
E.P.D.Mabote	2		7	3	12	2	0	0	0	2	14	22	1	23	2	0	0	2	2	7	3	12	0	0	1	0	1	13		
SUB TOTAL	104		118	98	320	151	91	55	0	297	617	501	15	516	13	21	0	34	141	249	93	483	127	87	52	0	266	749		

Tabela nº 18: Reclusos preventivos

Est. Penitenciario Provincial de Gaza	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO		Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual	
			Existência	PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo			Sub total
				Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
Sede		83	0	0	4	10	14	2	13	31	22	68	82	
ESTABELECIMENTOS SOB-TUTELA	Chibuto	28	1	0	1	3	5	12	9	0	0	21	26	
	Manjacaze	4	0	0	4	2	6	5	4	0	0	9	15	
	Macia	20	1	1	8	5	15	7	5	0	0	12	27	
	Chokwe	44	0	1	2	1	4	8	6	0	0	14	18	
	Guija	7	0	0	2	1	3	3	5	0	0	8	11	
	Chicualacuala	11	0	0	0	0	0	2	5	0	0	7	7	
	Massingir						0					0	0	
	Cadeia Preventiva						0					0	0	
	Chigubo						0					0	0	
	Mabalane	0	0	0	0	0	0	4	2	6	0	12	12	
TOTAL		197	2	2	21	22	47	43	49	37	22	151	198	

Tabela nº 19: Reclusos condenados

ESTABELECIAMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR												Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS													
	Pena correccional até					Pena Maior até										Saída Mês				Pena Correccional até				Pena Maior até				Total	Total Geral
	3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total	Prima	Reinc	Total	L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	10A	Total		
E. P. de GAZA	27	7	33	55	122	9	47	29	77	162	284	283	10	293	66	14	0	80	78	78	29	185	46	29	19	14	108	293	
Chibuto	7		3	5	15	1	9			10	25	22		22	9	7	0	16	8	5	3	16	6				6	22	
Manjacaze	9				9			2	2	4	13	10	1	11	2	8	0	10	8	3		11						11	
Macia	12	9			21	3	12			15	36	55	9	64	19	5	0	24	53	7		60	4				4	64	
Chokwe			11	19	30	22	9			31	61	73	4	77	15	8	0	23	5	22		27	33	17			50	77	
Gujja	8		3		11		7	8	2	17	28	18		18	5	3	0	8	7	11		18						18	
Chicualacuala	11		16	13	40	1				1	41	33	2	35	8	2	0	10	6	12	17	35	18					35	
Massingir	8	13	11	14	46		14			14	60	17	2	19	2	5	0	7	3	6	5	14	5				5	19	
Chigubo										0	0			0			0	0										0	
Mabalane						58	87	256	211	612	612	503	20	523	98	13	0	111				0	17	159	197	150	523	523	
Sub total	82	29	77	106	294	94	185	295	292	866	1.160	1.014	48	1.062	224	65	0	289	168	144	54	366	129	205	216	164	696	1.062	

Tabela nº 20: Reclusos preventivos

Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (Ex CCM)	ESTABELECImentos PENITENCIARIO	Existência	Preventivos em instrução preparatória aguardando Acusacao					Preventivos Aguardando Julgamento					Existência actual
			PIC		Procuradoria		Sub total	Dentro do prazo		Fora do prazo		Sub total	
			Dentro do prazo	Fora do prazo	Dentro do prazo	Fora do prazo		Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença	Em processo de Julgamento	Aguardando Sentença		
			Sede										
		824	0	0	232	178	410	134	210	210	128	682	1.092
	ESTABELECImentos SOB-TUTELA	42	0	0	0	0	0	42	0	0	2	44	44
	Manhica	28	0	0	0	0	0	15	0	0	0	15	15
	Marracuene	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Massindla	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Boane	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	30	30
	Moamba	29	0	0	0	0	0	28	9	0	0	37	37
	Magude	8	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8	8
	Matutuine	13	0	0	0	0	0	10	0	0	0	10	10
	Namaacha	16	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6	6
	Cadeia Civil	0	0	0	0	0	0	108	0	0	0	108	108
	C. R. F. Dlavela	19	0	0	9	0	9	11	0	0	0	11	20
	C.M.S.Machava	160	13	4	12	10	39	32	38	26	26	122	161
	TOTAL	1.139	13	4	253	188	458	424	257	236	156	1.073	1.531

Tabela nº 21: Reclusos condenados

Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (Ex CCM)	ESTABELECIMENTOS PENITENCIARIO	EXISTÊNCIA ANTERIOR											Entradas			MOVIMENTO DE RECLUSOS													
		Pena correccional até					Pena Maior até									Saída Mês				Pena Correccional até				Pena Maior até				Total	Total Geral
		3mes	6mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	mais 10A	Sub total	Total	Prima	Reinc	Total	L.C	P.C	Out	Total	3mes	1ano	2anos	Total	3anos	5anos	10A	10A		
E.P. Maputo	164	6	223	204	597	133	190	92	63	478	1.075	897	31	928	213	23	0	236	171	125	177	473	131	137	96	91	455	928	
Xicumbo			1	1	2	1	1	1	0	3	5			0	0	0	0	0			3	3		1	1		2	5	
E.P. D. Magude	4		3	7	14	6	0	0	0	6	20	5		5	1	0	0	1				0					0	0	
E.P.D.Boane		9	11	14	34	36	11	2		49	83	107	2	109				0	1	30	13	44	21	18	21	5	65	109	
E. P.D.Manhica	16		6	10	32	3	17	0	2	22	54	17		17	2	0	0	2	7	3	4	14		3			3	17	
E.P.D.Marracuene	11		12	9	32	10	4	0	0	14	46	32	3	35	1	0	0	1	1	17	9	27	4	4			8	35	
E.P.D.Moamba	6		8	9	23	5	8	0	0	13	36	31	1	32	0	0	0	0		11	10	21	5	6			11	32	
E.P.D Namaacha	0		2	2	4	1	3	0	0	4	8	17		17	0	0	0	0		5	4	9	2	2	4		8	17	
E.P.D.Matutuine	0		3	6	9	2	0	0	0	2	11	13	1	14	0	0	0	0		4	6	10	2	2			4	14	
E.P.D.Malhanguene	0		0	4	4	3	2	0	0	5	9	11		11	0	0	0	0			9	9	2				2	11	
Centro de Hanhane	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0				0					0	0	
Centro de Massindla	0		16	9	25	3	4	2	1	10	35	32	1	33	0	0	0	0			28	28	2	2	1		5	33	
Centro de tinonganine	0		0	1	1	0	0	6	0	6	7	8		8	0	0	0	0				0		4	4		8	8	
E.P.Ndlavela	7		4	8	19	9	4	11	72	96	115	105		105	8	6	0	14	7	14	10	31	4	17	11	42	74	105	
Centro de Chiango	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0				0					0	0	
E.P.P.C.M	0		1	0	1	0	11	8	0	19	20	23	3	26	0	0	0	0		1	3	4	5	4	3	10	22	26	
E.P.M. S. Machava(BO)	0		0	6	6	4	77	166	178	425	431	444	11	455	4	2	0	6			4	4	24	137	141	149	451	455	
SUB TOTAL	208	15	290	290	803	216	332	288	316	1.152	1.955	1.742	53	1.795	229	31	0	260	187	210	280	677	202	337	282	297	1.118	1.795	

ANEXO VI (Linha do Procurador, Audiências, Exposições e Palestra)	Tabela nº 1 – Palestras
	Tabela nº 2 – Audiências
	Tabela nº 3 – Linha do Procurador

Tabela nº 1 –

Palestras

Províncias	2013	2012
Niassa	48	27
Cabo Delgado	36	31
Nampula	178	178
Zambézia	105	61
Tete	247	43
Manica	212	138
Sofala	62	69
Inhambane	127	111
Gaza	194	193
Maputo	35	59
Cidade do Maputo	52	32
TOTAL GERAL	1.296	942

Tabela nº 2 – Audiências

Províncias	2013	2012
PGR	50	269
Niassa	393	178
Cabo Delgado	901	226
Nampula	2.362	2.649
Zambézia	1.575	2.260
Tete	1.320	330
Manica	2.953	2.094
Sofala	1.747	1.393
Inhambane	1.070	792
Gaza	1.735	1.418
Maputo	606	540
Cidade do Maputo	919	1.011
TOTAL GERAL	15.631	13.160

Tabela nº 3 – Linha do Procurador

Províncias	2013	2012
PGR	86	92
GCCC	82	29
Niassa	2	7
Cabo Delgado	14	50
Nampula	30	82
Zambézia	9	0
Tete	10	15
Manica	24	17
Sofala	149	154
Inhambane	7	10
Gaza	18	14
Maputo	144	106
Cidade do Maputo	459	300
TOTAL GERAL	1.034	876

CAPÍTULO III (Criminalidade)

ANEXO VII (Criminalidade)	Tabela nº 1: Raptos/Sequestros
	Tabela nº 2: Linchamentos

Tabela nº 1: Raptos/Sequestros

Processos de Rapto	
Províncias	Instaurados
Niassa	
Cabo Delgado	
Nampula	1
Zambézia	
Tete	
Manica	
Sofala	3
Inhambane	
Gaza	
Maputo	9
Cidade do Maputo	31
TOTAL GERAL	44

Tabela nº: Linchamentos

Província	Casos de Linchamentos	
	2013	2012
Niassa		
Cabo Delgado		
Nampula	2	
Zambézia		6
Tete	3	
Manica	2	
Sofala	10	6
Inhambane	2	1
Gaza		1
Maputo Província	1	
Maputo Cidade		
Total	20	14

ANEXO VIII (Situação e evolução dos índices de criminalidade)	Tabela nº 1 - Casos criminais em todo o território nacional
	Tabela nº 2: Casos criminais em todo o território nacional
	Tabela nº 3: Crimes contra a propriedade e contra as pessoas
	Tabela nº 4: Crimes de destaque contra propriedade
	Tabela nº 6: Crimes de destaque contra pessoas

Tabela nº 1: Casos criminais em todo o território nacional

Províncias	Processos Registados								
	2013	PERC	CONH	DESC	2012	PERC	CONH	DESC	DIF
Niassa	<i>1.319</i>	3,4	651	668	<i>1.397</i>	3,5	777	620	-78
Cabo Delgado	<i>2.484</i>	6,5	1.919	565	<i>2.649</i>	6,6	1.796	853	-165
Nampula	<i>4.600</i>	12,0	2.705	1.895	<i>5.112</i>	12,8	3.453	1.659	-512
Zambézia	<i>1.400</i>	3,6	1.159	241	<i>1.435</i>	3,6	1.163	272	-35
Tete	<i>3.102</i>	8,1	2.071	1.031	<i>3.583</i>	9,0	2.371	1.212	-481
Manica	<i>1.678</i>	4,4	1.290	388	<i>1.939</i>	4,9	1.554	385	-261
Sofala	<i>2.575</i>	6,7	1.869	706	<i>2.684</i>	6,7	1.996	688	-109
Inhambane	<i>2.562</i>	6,7	1.850	712	<i>3.015</i>	7,6	2.004	1.011	-453
Gaza	<i>1.712</i>	4,5	1.408	304	<i>1.869</i>	4,7	1.235	634	-157
Maputo	<i>8.210</i>	21,3	5.284	2.926	<i>7.814</i>	19,6	6.420	1.394	396
Cidade de Maputo	<i>8.815</i>	22,9	3.627	5.188	<i>8.364</i>	21,0	3.976	4.388	451
TOTAL	38.457	100	23.833	14.624	39.861	100	26.745	13.116	-1.404

Tabela nº 2: Casos criminais em todo o território nacional

Províncias	ESCLARECIDOS		CONCLUÍDOS		REMETIDOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO		REMETIDOS AO TRIBUNAL		ARQUIVADOS		AGUARDAM A PRODUÇÃO DE MELHOR PROVA		PENDENTES		ARGUIDOS PRESOS	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Niassa	81	192	585	1010	445	665	117	278	23	62		5	734	387	445	685
Cabo Delgado	111	230	1170	1506	1080	1395	76	81	14	27		3	1314	1143	640	981
Nampula	255	190	1602	2535	1288	1674	169	664	113	150	16	47	2998	2577	1116	2291
Zambézia	13	12	1098	1048	928	942	133	43	17	63	10	0	302	387	78	381
Tete		2217	2005	2203	1806	1731	199	464		8		0	1097	1380	670	1350
Manica	13	23	1240	499	1051	443		23	75	11	57	22	438	1440	789	443
Sofala	85	52	1121	1379	885	1236	41	96	101	47	47	0	1454	1305	670	804
Inhambane	612	564	1133	1196	1069	1150		0		0	32	46	1429	1819	496	642
Gaza	1199	1235	1116	1209	1033	1178		22	83	9		0	596	660	444	490
Maputo	1294	1576	4926	4607	2525	2112	1529	1610	194	176	339	709	3284	3207	1510	2744
Cidade de Maputo	3435	2056	2305	2615	2178	2473	3	92	124	44		6	6510	5749	3031	3091
TOTAL	7.098	8.347	18.301	19.807	14.288	14.999	2.267	3.373	744	597	501	838	20.156	20.054	9.889	13.902

Tabela nº 4: Crimes contra a propriedade e contra as pessoas

Províncias	Contra Propriedade			Contra as Pessoas			Contra Honestidade			Contra Ordem e Tranquilidade Pública		
	2013	2012	PERC	2013	2012	PERC	2013	2012	PERC	2013	2012	PERC
Niassa	985	1.069	-7,9	204	260	-21,5	64			66	68	-2,9
Cabo Delgado	1.502	1.849	-18,8	512	512	0,0	312	181	72,4	158	107	47,7
Nampula	3.561	3.682	-3,3	647	1.005	-35,6	341	333	2,4	51	92	-44,6
Zambézia	796	866	-8,1	392	408	-3,9	161	91	76,9	51	70	-27,1
Tete	1.843	2.039	-9,6	869	1.004	-13,4	214	301		176	239	-26,4
Manica	886	977	-9,3	544	604	-9,9	169	239	-29,3	79	119	-33,6
Sofala	1.342	1.425	-5,8	788	896	-12,1	315	282	11,7	130	81	60,5
Inhambane	1.476	1.240	19,0	600	627	-4,3	238	499	-52,3	248	649	-61,8
Gaza	931	1.048	-11,2	468	507	-7,7	209	165	26,7	104	149	-30,2
Maputo	4.688	3.982	17,7	2.326	2.763	-15,8	976	757	28,9	220	312	-29,5
Cidade de Maputo	6.795	6.564	3,5	1.057	922	14,6	815	769	6,0	148	109	35,8
TOTAL	24.805	24.741	0,3	8.407	9.508	-11,6	3.814	3.617	5,4	1.431	1.995	-28,3

Tabela nº 5: Crimes de destaque contra propriedade

DELITOS	PERIODO		VARIAÇÃO	
	ACTUAL	ANTERIOR	DIFERENÇA	%
Furto Simples	5058	5475	-417	-7,6
Furto Qualificado	7504	7604	-100	100,0
Roubo	6384	7124	-740	-10,4
TOTAL	18.946	20.203	-1.257	-6,2

Tabela nº 6: Crimes de destaque contra pessoas

DELITOS	PERIODO		VARIAÇÃO	
	ACTUAL	ANTERIOR	DIFERENÇA	%
Homicídio Voluntário Simples	679	558	121	21,7
Homicídio Voluntário Qualificado	413	549	-136	-24,8
Ofensas Corporais Voluntário Simples	2954	1.726	1.228	71,1
Ofensas Corporais Voluntário Qualificadas	2320	1.837	483	26,3
TOTAL	6.366	4.670	1.696	36,3

ANEXO IX (Prevenção e
combate a droga)

Tabela nº 1: Quantidades apreendidas de estupefacientes

Tabela nº 2: Ilícitos Eleitorais

Tabela nº 1 – Quantidades apreendidas de estupefacientes

Procuradoria Provincial	Tipo de Droga						Droga Destruída
	Haxixe	<i>Cannabis Sativa</i>	Cocaína	Heroína	Efedrina	Total	
Niassa		1.013,4kg				1.013,4kg	
Cabo Delgado							
Nampula							
Zambézia							
Tete							
Manica		109,5kg				109,5kg	
Sofala							
Inhambane		38,844kg				38,844kg	1.070kg de efedrina
Gaza							
Maputo Província							
Cidade de Maputo			7,10kg		20kg	27,1kg	
Total		1.161,74kg	7,10kg		20kg	1.188,84kg	1.070kg

Tabela nº 2 – Ilícitos Eleitorais

TIPOS LEGAIS DE CRIME	ILICITOS ELEITORAIS					
	Em Diligencias	ACUSADOS	JULGADOS			TOTAL
			CONDENADOS	ABSOLVIDOS	Sub-Total	
Dano em Material de Propaganda	0	1	14	4	18	19
Promoção Dolosa de Inscrição	1	4	0	0	0	5
Violação de Liberdade Eleitoral	0	0	1	0	1	1
Violação de Neutralidade e Imparcialidade	1	0	0	0	0	1
Voto Plurismo	0	2	0	0	0	2
Propaganda Eleitoral Depois de Encerrada a Campanha Eleitoral	0	5	3	4	7	12
Uso de Nome Falso	1	1	1	0	1	3
Ofensas Corporais Voluntárias	2	1	2	1	3	6
Danos	2	0	1	0	1	3

Falsificação de Documentos	3	2	1	0	1	6
Dupla Inscrição	2	1	3	0	3	6
Introdução Fraudulenta de Voto	0	0	0	0	0	0
Perturbação na Assembleia de Voto	0	0	0	1	1	1
Fogo Posto	3	0	0	0	0	3
Homicídio Voluntário	0	0	0	0	0	0
Outros	22	1	3	3	6	29
Total	37	18	29	13	42	97
Arguidos	56	25	38	31	0	150

CAPÍTULO IV (Desempenho processual)

ANEXO X (Actividade Processual Junto aos Tribunais Superiores)	Tabela Nº 1 – Tribunal Supremo
	Tabela Nº 2 – Tribunal Administrativo

Tabela N° 1: Tribunal Supremo

Total (Processos Entrados e Pendentes do ano anterior)	Processos Despachados		Processos Transitados	
	2013	2012	2013	2012
0	0	1	0	0
70	30	122	40	33
109	109	99	0	0
23	23	19	0	0
13	13	23	0	0
215	175	264	40	33

Tabela N° 2: Tribunal Administrativo

Jurisdição Administrativa	2013			Processos Despachados		Processos Transitados	
	Processos Pendentes do ano anterior	Entrados	Total	2013	2012	2013	2012
	266	991	1.257	1.108	868	149	266

ANEXO XI (Actividade Processual junto aos Tribunais Superiores de Recurso)	Tabela nº 1: Resumo do Movimento Processual Nacional (Criminal)
	Tabela nº 2: Resumo do Movimento Processual Nacional (Cível)
	Tabela nº 3: Resumo do Movimento Processual Nacional (Laboral)
	Tabela nº 4: Resumo do Movimento Processual Nacional (Menores)

Tabela nº 1: Resumo do Movimento Processual Nacional (Criminal)

Sub- Procuradoria- Geral	Movimento Processual da Jurisdição Criminal								
	Recursos/Processos Tramitados			Recursos/Processos Despachados			Recursos/Processos Transitados		
	Réu Preso	Normal	Total	Réu Preso	Normal	Total	Réu Preso	Normal	Total
Nampula	44	20	64	44	8	52	0	12	12
Beira	185	44	229	168	40	208	17	4	21
Maputo	241	148	389	102	97	199	139	51	190
Total	470	212	682	314	145	459	156	67	223

Tabela nº 2: Resumo do Movimento Processual Nacional (Cível)

Sub- Procuradoria-Geral	Movimento Processual da Jurisdição Cível		
	Recursos/Processos Tramitados	Recursos/Processos Despachados	Recursos/Processos Transitados
Nampula	65	65	0
Beira	13	13	0
Maputo	95	90	5
Total	173	168	5

Tabela nº 3: Resumo do Movimento Processual Nacional (Laboral)

Sub- Procuradoria-Geral	Movimento Processual da Jurisdição laboral		
	Recursos/Processos Tramitados	Recursos/Processos Despachados	Recursos/Processos Transitados
Nampula	44	44	0
Beira	17	17	0
Maputo	105	102	3
Total	166	163	3

Tabela nº 3: Resumo do Movimento Processual Nacional (Menores)

Sub- Procuradoria-Geral	Movimento Processual da Jurisdição de Menores		
	Recursos/Processos Tramitados	Recursos/Processos Despachados	Recursos/Processos Transitados
Nampula	33	33	0
Beira			0
Maputo	0	0	0
Total	33	33	0

ANEXO XII (Actividade Processual junto aos Tribunais Judiciais de Província - Jurisdição criminal)	Tabela nº 1: Resumo do Movimento Processual Nacional
	Tabela nº 2: Distribuição do Movimento Processual por Província
	Tabela nº 3: Resumo do Movimento Processual das Procuradorias Provinciais
	Tabela nº 4: Resumo do Movimento Processual das Procuradorias Distritais
	Tabela nº 5 a 15 – Movimento processual das Procuradorias Provinciais
	Tabela nº 16 a 26 – Movimento processual das Procuradorias Distritais

Tabela nº 1: Resumo do Movimento Processual Nacional (2012)

Forma de processo	Pendentes				Entrados				Total				Findos				Transitados			
	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Normal	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Normal	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Normal	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Normal	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Normal	Total
QUERELA	934	50	3.533	4.517	4.509	194	4.254	8.957	5.443	244	7.787	13.474	4.561	181	4.525	9.267	882	63	3.262	4.207
POLICIA CORRECCIONAL	707	161	3.498	4.366	3.055	348	7.701	11.104	3.762	509	11.199	15.470	3.050	359	5.951	9.360	712	150	5.248	6.110
SUMÁRIO	131	14	1.494	1.639	8.292	200	18.631	27.123	8.423	214	20.125	28.762	8.337	185	18.886	27.408	86	29	1.239	1.354
Total	1.772	225	8.525	10.522	15.856	742	30.586	47.184	17.628	967	39.111	57.706	15.948	725	29.362	46.035	1.680	242	9.749	11.671

Tabela nº 2: Distribuição do Movimento Processual por Província (2012)

Província	Procuradorias	Processos Tramitados				Acusados				Abstidos			
		Arguido Preso	Liberdade Provisória	Em Liberdade	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Em Liberdade	Total	Arguido Preso	Liberdade Provisória	Em Liberdade	Total
Niassa	Provincial	87	0	117	204	75	0	56	131	5	0	35	40
	Distritais	940	77	1.390	2.407	888	68	1.244	2.200	12	0	62	74
Cabo Delgado	Provincial	163	0	239	402	152	0	139	291	8	0	40	48
	Distritais	1.719	155	3.938	5.812	1.458	43	2.606	4.107	36	11	454	501
Nampula	Provincial	131	0	211	342	118	0	174	292	4	0	0	4
	Distritais	2.704	93	4.989	7.786	2.604	69	4.506	7.179	28	13	0	41
Zambézia	Provincial	387	0	98	485	254	0	66	320	7	0	9	16
	Distritais	1.478	161	3.299	4.938	1.082	74	1.744	2.900	39	19	203	261
Tete	Provincial	206	0	907	1.113	113	0	344	457	24	0	551	575
	Distritais	1.927	65	5.276	7.268	1.751	49	3.277	5.077	16	7	174	197
Manica	Provincial	95	0	237	332	94	0	99	193	0	0	100	100
	Distritais	1.591	50	1.691	3.332	1.418	24	1.340	2.782	85	26	139	250
Sofala	Provincial	143	1	79	223	134	1	58	193	3	0	5	8
	Distritais	859	102	1.283	2.244	631	53	695	1.379	53	12	267	332
Inhambane	Provincial	107	0	338	445	91	0	33	124	5	0	41	46
	Distritais	1.280	13	4.558	5.851	1.170	12	2.663	3.845	18	1	715	734
Gaza	Provincial	79	0	181	260	78	0	62	140	1	0	44	45
	Distritais	1.488	61	3.334	4.883	1.314	53	2.613	3.980	22	1	100	123
Província do Maputo	Provincial	160	34	322	516	102	12	26	140	2	4	17	23
	Distritais	867	130	2.082	3.079	703	72	1.409	2.184	28	7	182	217
Cidade do Maputo	Provincial	147	0	1.015	1.162	60	0	13	73	4	0	42	46
	Distritais	1.070	25	3.527	4.622	589	25	1.575	2.189	11	0	132	143
Total		17.628	967	39.111	57.706	14.879	555	24.742	40.176	411	101	3.312	3.824

Tabela nº 5: Movimento Processual da Procuradoria da Província da Niassa

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Atualados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*							
	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total				
																					Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total												
QUERELA	9	0	56	65	70	0	47	117	8	0	14	22	87	0	117	204	75	0	56	131					4	0	23	27	1	0	12	13	4	0	5	9	3	0	21	24
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUMÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	9	0	56	65	70	0	47	117	8	0	14	22	87	0	117	204	75	0	56	131	0	0	0	0	4	0	23	27	1	0	12	13	4	0	5	9	3	0	21	24

Tabela nº 6: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Cabo Delgado

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados															
					Vindos de outras Procuradorias				Atualados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*											
	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total
																													Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total								
QUERELA	31	0	81	112	98	0	64	162	34	0	94	128	163	0	239	402	152	0	139	291					6	0	22	28	2	0	18	20					0	3	0	60	63			
POLÍCIA CORRECCIONAL				0			0					0	0	0	0	0				0					0											0	0	0	0	0	0			
SUMÁRIO				0			0					0	0	0	0	0				0					0											0	0	0	0	0	0			
TOTAL	31	0	81	112	98	0	64	162	34	0	94	128	163	0	239	402	152	0	139	291	0	0	0	0	6	0	22	28	2	0	18	20	0	0	0	0	0	3	0	60	63			

Tabela nº 7: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Nampula

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Atuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção							Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total				
																					Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total												
QUERELA	17	0	56	73	0	0	0	0	114	0	155	269	131	0	211	342	118	0	174	292	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	37	46
POLÍCIA CORRECCIONAL				0				0				0	0	0	0	0					0														0	0	0	0		
SUMÁRIO				0				0				0	0	0	0	0					0														0	0	0	0		
TOTAL	17	0	56	73	0	0	0	0	114	0	155	269	131	0	211	342	118	0	174	292	0	0	0	0	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	9	0	37	46	

Tabela nº 8: Movimento Processual da Procuradoria da Província da Zambézia

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Atuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção							Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total
																									Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total								
QUERELA	111	0	21	132	267	0	55	322	9	0	22	31	387	0	98	485	254	0	66	320	0	0	0	0	7	0	9	16	0	0	0	0	0	0	0	0	126	0	23	149
POLÍCIA CORRECCIONAL				0				0				0	0	0	0	0					0															0	0	0	0	
SUMÁRIO				0				0				0	0	0	0	0					0															0	0	0	0	
TOTAL	111	0	21	132	267	0	55	322	9	0	22	31	387	0	98	485	254	0	66	320	0	0	0	0	7	0	9	16	0	0	0	0	0	0	0	126	0	23	149	

Tabela nº 9: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Tete

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fínos												Transitados												
					Vindos de outras Procuradorias				Atualados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total					
																																					Aguarda a p.m.prova				Arquivados
QUERRELA	29	0	316	345	90	0	246	336	68	0	169	237	187	0	731	918	94	0	181	275					18	0	195	213	6	0	343	349					0	69	0	12	81
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0	3	0	46	49	2	0	12	14	5	0	58	63	5	0	49	54					0	0	6	6	0	0	3	3					0	0	0	0	0
SUMÁRIO	0	0	0	0	11	0	108	119	3	0	10	13	14	0	118	132					14	0	114	128					0	0	4	4					0	0	0	0	0
TOTAL	29	0	316	345	104	0	400	504	73	0	191	264	206	0	907	1.113	99	0	230	329	14	0	114	128	18	0	201	219	6	0	350	356	0	0	0	0	0	69	0	12	81

Tabela nº 10: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Manica

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fínos												Transitados												
					Vindos de outras Procuradorias				Atualados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total					
																																					Aguarda a p.m.prova				Arquivados
QUERRELA	0	0	78	78	86	0	66	152	9	0	50	59	95	0	194	289	94	0	99	193							9	9			77	77	1	1	1	1	1	0	8	9	
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	43	0	0	43	43									0						14	14					0	0	0	29	29
SUMÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0													0				0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	78	78	86	0	66	152	9	0	93	102	95	0	237	332	94	0	99	193	0	0	0	0	0	0	9	9	0	0	91	91	0	0	1	1	1	0	37	38	

Tabela nº 11: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Sofala

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados												
					Vindos de outras Procuradorias				Atuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Outros motivos*				Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	
																					Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total									
QUERELA	4	1	10	15	106	0	38	144	33	0	31	64	143	1	79	223	134	1	58	193					3	0	2	5					3	3	6	13	19	0	0	3	5
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0				0				0	0	0	0	0				0								0					0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUMÁRIO	0	0	0	0				0				0	0	0	0	0				0								0					0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	4	1	10	15	106	0	38	144	33	0	31	64	143	1	79	223	134	1	58	193					3	0	2	5					3	3	6	13	19	0	0	3	5

Tabela nº 12: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Inhambane

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados												
					Vindos de outras Procuradorias				Atuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*								
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Outros motivos*				Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	
																					Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total													
QUERELA	10	0	247	257	88	0	72	160	9	0	19	28	107	0	338	445	91	0	33	124					3	0	21	24	2	0	20	22	0	0	3	3	11	0	0	261	272
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUMÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				0								0					0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	10	0	247	257	88	0	72	160	9	0	19	28	107	0	338	445	91	0	33	124					3	0	21	24	2	0	20	22	0	0	3	3	11	0	0	261	272

Tabela nº 13: Movimento Processual da Procuradoria da Província de Gaza

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados															
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção																			
																	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Outros motivos*																			
	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total												
QUERRELA	2	0	15	17				0	72	0	108	180	74	0	123	197	74	0	38	112							0	0	15	15					25	25			45	45	0	0	0	0
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0				0	5	0	33	38	5	0	33	38	4	0	8	12							1	0	4	5							0	0	0	21	21			
SUMÁRIO	0	0	0	0				0	0	0	25	25	0	0	25	25																					0	0	0	9	9			
TOTAL	2	0	15	17	0	0	0	0	77	0	166	243	79	0	181	260	78	0	46	124	0	0	16	16			1	0	19	20	0	0	25	25	0	0	45	45	0	0	30	30		

Tabela nº 14: Movimento Processual da Procuradoria da Província do Maputo

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados													
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção																	
																	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Outros motivos*																	
	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda preso	Liberdade provisória	Normal	Total						
QUERRELA	26	14	229	269	103	15	63	181	31	5	30	66	160	34	322	516	102	12	26	140							2	2	16	20	0	2	1	3	23	14	115	152	33	4	164	201
POLÍCIA CORRECCIONAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUMÁRIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0																										
TOTAL	26	14	229	269	103	15	63	181	31	5	30	66	160	34	322	516	102	12	26	140	0	0	0	0			2	2	16	20	0	2	1	3	23	14	115	152	33	4	164	201

Tabela nº 15: Movimento Processual da Procuradoria da Cidade do Maputo

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*							
	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total				
QUERRELA	49		885	934	15		16	31	83		114	197	147	0	1.015	1.162	60		13	73					3		17	20	1		25	26	29		85	114	54	0	875	929
POLÍCIA CORRECCIONAL				0			0	0	0		0	0	0	0	0	0				0								0						0	0	0	0	0	0	
SUMÁRIO				0			0	0	0		0	0	0	0	0	0				0														0	0	0	0	0	0	
TOTAL	49	0	885	934	15	0	16	31	83	0	114	197	147	0	1.015	1.162	60	0	13	73	0	0	0	0	3	0	17	20	1	0	25	26	29	0	85	114	54	0	875	929

Tabela nº 16: Movimento Processual das Procuradorias dos Distritos da Província do Niassa

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*							
	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aviçado preso	Liberdade provisória	Normal	Total
QUERRELA	6	1	11	18	19	0	18	37	122	10	66	198	147	11	95	253	117	7	66	190					0	0	5	5	5	0	2	7	14	0	6	20	11	4	16	31
POLÍCIA CORRECCIONAL	4	1	31	36	36	0	38	74	130	9	175	314	170	10	244	424	158	8	182	348					0	0	21	21	5	0	9	14	0	0	5	5	7	2	27	36
SUMÁRIO	9	0	5	14	56	0	127	183	558	56	919	1533	623	56	1051	1730				613	53	996	1662					2	0	25	27	1	0	2	3	7	3	28	38	
TOTAL	19	2	47	68	111	0	183	294	810	75	1160	2045	940	77	1390	2407	275	15	248	538	613	53	996	1662	0	0	26	26	12	0	36	48	15	0	13	28	25	9	71	105

Tabela nº 19: Movimento Processual das Procuradorias dos Distritos da Província da Zambézia

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*							
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguarda a p.m.prova				Arquivados				Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total				
																					Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total												
QUERRELA	207	10	384	601	0	0	1	1	461	58	391	910	668	68	776	1.512	346	13	234	593					22	0	28	50	4	9	53	66	145	17	45	207	151	29	416	596
POLÍCIA CORRECCIONAL	84	22	641	747	0	0	2	2	281	66	726	1.073	365	88	1.369	1.822	300	56	495	851					11	8	33	52	0	2	65	67	6	1	19	26	48	21	757	826
SUMÁRIO	32	0	121	153	0	0	1	1	413	5	1.032	1.450	445	5	1.154	1.604					436	5	1.015	1.456					2	0	24	26	5	0	11	16	2	0	104	106
TOTAL	323	32	1.146	1.501	0	0	4	4	1.155	129	2.149	3.433	1.478	161	3.299	4.938	646	69	729	1.444	436	5	1.015	1.456	33	8	61	102	6	11	142	159	156	18	75	249	201	50	1.277	1.528

Tabela nº 20: Movimento Processual das Procuradorias dos Distritos da Província de Tete

Forma de processo	Pendentes				Entrados								Total				Fintos												Transitados											
					Vindos de outras Procuradorias				Autuados na Procuradoria								Acusados				Remetidos ao Tribunal				Abstenção								Outros motivos*							
	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Aguardado preso	Liberdade provisória	Normal	Total
QUERRELA	21	1	20	42	0	0	4	4	357	10	334	701	378	11	358	747	305	8	246	559					9	1	17	27	0	1	13	14	22	0	30	52	42	1	52	95
POLÍCIA CORRECCIONAL	23	11	110	144	0	0	4	4	326	19	1.897	2.242	349	30	2.011	2.390	267	20	447	734					4	4	44	52	2	0	40	42	0	0	4	4	76	6	1.476	1.558
SUMÁRIO	5	3	68	76	0	0	2	2	1.195	21	2.837	4.053	1.200	24	2.907	4.131					1.179	21	2.584	3.784					1	1	60	62	0	1	8	9	20	1	255	276
TOTAL	49	15	198	262	0	0	10	10	1.878	50	5.068	6.996	1.927	65	5.276	7.268	572	28	693	1.293	1.179	21	2.584	3.784	13	5	61	79	3	2	113	118	22	1	42	65	138	8	1.783	1.929

ANEXO XIII (Jurisdição Cível e Comercial)	Tabela nº 1 - Resumo Nacional - Jurisdição Cível
	Tabela nº 2 – Resumo Nacional – Jurisdição Comercial

Tabela nº 1: Resumo Nacional - Jurisdição Cível

Ações	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013													
	Em diligências no M ^º P ^º	Valores Envolvidos	Remetido ao Tribunal	No Tribunal										Visto de Conta
				Contestados pelo M ^º P ^º	Julgados	Causas Vencidas			Valores Recuperados	Recorridos				
						Pelo Estado	Por Terceiros	Total		Agravo	Apelação	Oposição de terceiro	Total	
Estado contra Terceiros	7	243.925.115,45	31	0	1	1	0	1	2.638.717,00	0	0	0	0	31
Contra o Estado	0	95.371.726,26	72	3	12	1	0	1	50.000,00	0	2	0	2	0
Inventário obrigatório	303	11.056.180,57	1.413	238	165	0	0	0	66.287,00	0	0	0	0	370
Investigação de paternidade	25	60.001,00	104	20	11	0	0	0	0,00	0	2	0	2	5
Investigação de Maternidade	0	0,00	8	2	1	0	0	0	0,00	0	0	0	0	1
Inabilitação	0	0,00	1	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	1
Interdição	0	0,00	2	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
Ausência	0	0,00	0	24	5	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
Morte presumida	0	0,00	0	0	1	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0
Execução por custas	72	361.609.974,05	400	58	12	0	0	0	8.225.150,14	1	0	0	1	373
Outras ações	19	419.731.569,45	442	325	127	0	0	0	357.042,32	0	0	1	1	316
Total	426	1.131.754.566,78	2.473	670	335	2	0	2	11.337.196,46	1	4	1	6	1.097

Tabela nº 2: Resumo Nacional - Jurisdição Comercial

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013															Visto de conta	
	Pendentes	Entrados/Iniciados	Total	Valores Envolvidos	Remetidos ao Tribunal	No Tribunal									Total		
						Contestados pelo M ^o p ^o	Julgados	Causas Vencidas			Valores Recuperados	Recorridos					
								Pelo Estado	Por Terceiros	Total		Agravo	Apelação	Oposição de terceiro			Total
Estado contra Terceiros	0	24	24	11.740.924,74	22	9	4	2	0	2	4.728.206,00	0	0	0	0	7	
Contra o Estado	0	7	7	10.280.654,45	4	0	2	1	0	1	0,00	0	0	0	0	4	
Extinção de sociedades	1	0	1	0,00	1	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	
Declaração de falência	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	
Extinção de associações	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	
Execução por custas	0	228	228	13.246.010,95	195	0	4	4	0	4	543.428,64	0	0	0	0	2	
Outros	0	769	769	242.055.175,50	752	0	24	0	0	0	44.715.431,20	8	5	0	13	61	
Total	1	1028	1029	277.322.765,64	974	9	34	7	0	7	49.987.065,84	8	5	0	13	74	

ANEXO XIV (Jurisdição de Menores)

Tabela nº 1:Resumo Nacional – Jurisdição de Menores

Tabela nº 1: Resumo Nacional – Jurisdição de Menores

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013												
	Acções no M ^o P ^o				Processos vindos do Tribunal					Processos remetidos ao Tribunal			Visto de Conta
	Em diligências	Remetidas ao Tribunal	Arquivadas	Total	Pendentes (Vindos do período anterior)	Entrados	Total	Despachados	Transitados	Julgados	Condenados	Total	
Alimentos	372	3.481	54	3.907	126	399	525	348	177	176	238	414	747
Regulação do exercício do poder parental	129	539	3	671	34	115	149	95	54	61	62	123	27
Averiguação oficiosa paternidade	375	550	17	942	22	82	104	79	25	6	5	11	17
Averiguação oficiosa maternidade	2	29	0	31	2	2	4	2	2	0	0	0	1
Emancipação	1	170	0	171	0	7	7	3	4	1	1	2	1
Entrega judicial de menores	0	18	3	21	0	5	5	5	0	0	0	0	1
Adopção	14	4	0	18	4	8	12	8	4	0	0	0	7
Tutela	39	190	0	229	29	75	104	62	42	36	37	73	30
Prevenção criminal	27	125	3	155	0	9	9	5	4	0	18	18	6
Outras acções	305	643	1	949	6	69	75	62	13	0	7	7	32
TOTAL	1.264	5.749	81	7.094	223	771	994	669	325	280	368	648	869

**ANEXO XV (Jurisdição
Laboral)**

Tabela nº 1: Resumo Nacional – Jurisdição Laboral

Tabela nº 1: Resumo Nacional – Jurisdição Laboral

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014														
	Pendentes	Entrados/ Iniciados	Total	Patrocínio aos Trabalhadores	Tentativas de Conciliação		Remetidos ao Tribunal	Transitados no M.Pº para o período seguinte	No Tribunal					Visto de Conta	
					Conciliados	Não Conciliados			Homologados	Aguardam Homologação	Contencioso	Recorridos	Total		
Acções Contra o Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
Acções de Estado contra Terceiros	0	2	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Emergentes de C.T	31	633	664	2	9	2	610	54	2	8	0	0	10	107	
Impugnação de despedimento	45	1.669	1.714	11	2	0	1.024	687	0	14	0	0	14	243	
Acidentes de Trabalho	59	392	451	9	132	83	359	90	34	16	1	0	51	103	
Doenças Profissionais	2	3	5	1	2	2	5	0	1	0	0	0	1	0	
Transgressões	16	246	262	0	194	0	31	231	0	12	0	0	12	42	
Execução por custas	0	147	147	0	0	0	72	70	0	4	0	0	4	40	
Outros	0	52	52	0	0	0	51	1	0	1	0	0	1	50	
Total	153	3.144	3.297	23	339	87	2.154	1.133	37	55	1	0	93	610	

ANEXO XVI (Jurisdição
Administrativa)

Tabela nº 1 – Processos tramitados

Tabela nº 1 – Jurisdição Administrativa

Natureza do processo	JANEIRO A DEZEMBRO 2013																	
	Pendentes	Entrados	Total	Contestação	Alegações Facultativas	Julgados	Visto						Recurso		Acórdãos remetidos a outras jurisdições	Outros	Transitados	
							Inicial	Final	Do Acórdão	Do trânsito em julgado	De conta	Outros	Total	Interposição				Alegação
Acção Administrativa	0	49	49	1	0	1	21	10	1	0	1	1	34	0	0	0	0	0
Suspensão de eficácia	0	37	37	0	0	0	9	7	0	0	0	0	16	0	0	0	0	0
Intimação para informação ou certidão	0	18	18	0	0	0	10	2	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0
Intimação para comportamento	0	3	3	0	0	0	2	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Produção antecipada de prova	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Visto	0	2	2	0	0	25	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Recurso C. Administrativo	0	211	211	0	0	4	36	28	22	11	3	0	100	0	0	0	0	0
Outros	0	139	139	0	0	4	0	1	8	0	11	0	20	1	0	0	0	0
TOTAL	0	459	459	1	0	34	78	48	34	11	15	1	187	1	0	0	0	0

ANEXO XVII (Jurisdição Aduaneira)	Tabela nº 1 – Resumo Nacional
	Tabela nº 2 - Norte
	Tabela nº 3 - Centro
	Tabela nº 5 – Sul

Tabela nº 1: Resumo Nacional - Jurisdição Aduaneira

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO 2013										
	Pendentes	Entrados	Total	Promoção		Recursos			Remetidos ao Tribunal comum	Findos	Transitados
				Antes da indicição	Depois da indicição	Interposição	Alegação	Contra alegação			
Contrabando	3	216	219	37	0	0	0	0	0	208	11
Descaminho	3	218	221	56	0	2	2	0	0	189	32
Transgressão	0	30	30	19	0	0	0	0	0	30	0
Total	6	464	470	112	0	2	2	0	0	427	43

Tabela nº 2: Norte - Jurisdição Aduaneira

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO 2013										
	Pendentes	Entrados	Total	Promoção		Recursos			Remetidos ao Tribunal comum	Findos	Transitados
				Antes da indicição	Depois da indicição	Interposição	Alegação	Contra alegação			
Contrabando	3	11	14							11	3
Descaminho	3	21	24							21	3
Transgressão	0	3	3							3	0
Total	6	35	41	0	0	0	0	0	0	35	6

Tabela nº 3: Centro - Jurisdição Aduaneira

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO 2013										
	Pendentes	Entrados	Total	Promoção		Recursos			Remetidos ao Tribunal comum	Findos	Transitados
				Antes da indicição	Depois da indicição	Interposição	Alegação	Contra alegação			
Contrabando	0	53	53	37	0	0	0	0		45	8
Descaminho	0	76	76	56	0	2	2	0		75	1
Transgressão	0	17	17	19	0	0	0	0		17	0
Total	0	146	146	112	0	2	2	0	0	137	9

Tabela nº 4: Cidade de Maputo - Jurisdição Aduaneira

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO 2013										
	Pendentes	Entrados	Total	Promoção		Recursos			Remetidos ao Tribunal comum	Findos	Transitados
				Antes da indicição	Depois da indicição	Interposição	Alegação	Contra alegação			
Contrabando		152	152							152	0
Descaminho		121	121							93	28
Transgressão		10	10							10	0
Total	0	283	283	0	0	0	0	0	0	255	28

ANEXO XVIII (Jurisdição Fiscal)	Tabela nº 1 – Resumo Nacional
	Tabela nº 2 – Nampula
	Tabela nº 3 - Zambézia
	Tabela nº 4 – Tete
	Tabela nº 5 - Sofala
	Tabela nº 6 - Maputo
	Tabela nº 7 – Cidade de Maputo

Tabela nº 1 – Resumo Nacional

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Fimos			Valores Arrecadados				Recurso à 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões	0	1.171	1.171	915	15	3	86.689.891,87	426.118.702,13	21.138.339,00	533.946.933,00	1	51
Reclamação Contenciosa	1	68	69	41	0	1	1.495.254,77	2.500,00	50.180,00	1.547.934,77	1	9
Total	1	1.239	1.240	956	15	4	88.185.146,64	426.121.202,13	21.188.519,00	535.494.867,77	2	60

Tabela nº 2 – Nampula

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Fimos			Valores Arrecadados				Recurso à 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões		76	76	58	15	3	0	0	0	0	0	
Reclamação Contenciosa		42	42	26	0	0	0	0	0	0	0	
Total	0	118	118	84	15	3	0	0	0	0	0	0

Tabela nº 3 – Zambézia

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Findos			Valores Arrecadados				Recurso á 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões	0	238	238	185								0
Reclamação Contenciosa	0	0	0	0								0
Total	0	238	238	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela nº 4 – Tete

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Findos			Valores Arrecadados				Recurso á 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões	0	123	123								1	
Reclamação Contenciosa		0	0									
Total	0	123	123	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela nº 5 – Sofala

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Findos			Valores Arrecadados				Recurso à 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões	0	161	161	150	0	0	0	1.442.678,60	38.958,00	1.481.636,60	0	0
Reclamação Contenciosa	1	7	8	5	0	1	1.491.656	0,00	50.180,00	1.541.836,02	1	0
Total	0	168	168	155	0	1	1.491.656	1.442.678,60	89.138,00	3.023.472,62	1	0

Tabela nº 6 – Maputo

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Findos			Valores Arrecadados				Recurso à 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões	0	366	366	327	0	0	86.689.891,87	424.676.023,53	21.099.381,00	532.465.296,40		39
Reclamação Contenciosa	0	19	19	10	0	0	3.598,75	2.500,00	0,00	6.098,75		9
Total	0	385	385	337	0	0	86693490,62	424.678.523,53	21.099.381,00	532.471.395,15	0	48

Tabela nº 7 – Cidade de Maputo

Processos	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013											
	Pendentes	Entrados	Total	Findos			Valores Arrecadados				Recurso à 2ª Instância	Transitados
				Acusação	Remessa a Outras Instituições	Outros Motivos	Impostos	Multas	Custas	Total		
Transgressões		207	207	195							0	12
Reclamação Contenciosa			0								0	
Total	0	207	207	195	0	0	0	0	0	0	0	12

CAPÍTULO V (Acidentes de Viação)

**ANEXO XIX (Acidentes de
viação)**

Tabela nº 1 – Acidentes de viação por província

Tabela nº 1: Acidentes de viação por província

Províncias	Acidentes				Óbitos				Feridos Graves				Feridos Ligeiros			
	2013	2012	Dif	%	2013	2012	Dif	%	2013	2012	Dif	%	2013	2012	Dif	%
Niassa	47	89	-42	-47,2	49	51	-2	-3,9	26	107	-81	-76	26	132	-106	-80,3
Cabo Delgado	127	103	24	23,3	123	105	18	17,1	80	89	-9	-10	94	213	-119	-55,9
Nampula	218	218	0	0,0	215	193	22	11,4	172	142	30	21	76	107	-31	-29,0
Zambézia	148	173	-25	-14,5	175	131	44	33,6	148	132	16	12	189	159	30	18,9
Tete	125	106	19	17,9	134	113	21	18,6	75	51	24	47	86	49	37	75,5
Manica	197	207	-10	-4,8	145	154	-9	-5,8	156	146	10	7	220	276	-56	-20,3
Sofala	260	270	-10	-3,7	190	206	-16	-7,8	138	173	-35	-20	218	296	-78	-26,4
Inhambane	219	256	-37	-14,5	198	182	16	8,8	181	247	-66	-27	167	272	-105	-38,6
Gaza	179	154	25	16,2	152	117	35	29,9	146	133	13	10	183	233	-50	-21,5
Maputo	858	702	156	22,2	268	211	57	27,0	750	484	266	55	596	543	53	9,8
Cidade de Maputo	819	817	2	0,2	95	111	-16	-14,4	486	427	59	14	488	549	-61	-11,1
TOTAL	3.197	3.095	102	3,3	1.744	1.574	170	114,5	2.358	2.131	227	33	2.343	2.829	-486	-17,18

CAPÍTULO VI (GCCC)

ANEXO XX

Tabela nº 1: Actividade Preventiva no Âmbito de Combate a Corrupção

Tabela nº 2: Recolha de prova em fase pré-processual

Tabela nº 3 – Movimento processual por gabinete – Processos de Instrução Preparatória

Tabela nº 4 – Processos em conexão com crimes de corrupção por província – Instrução Preparatória

Tabela nº 5: Processos em conexão com crimes de desvio de fundos ou bens do Estado por província: Instrução Preparatória

Tabela nº 6: Evolução do Movimento Processual (Corrupção)

Tabela nº 7: Evolução do Movimento Processual (Desvio de Fundos)

Tabela nº 8: Evolução do Movimento Processual (Corrupção e Desvio de Fundos)

Tabela nº 1: Actividade Preventiva no Âmbito de Combate a Corrupção

Procuradoria/Gabinete	Local /Instituição		Destinatários	Palestrante
GCCC	Centros de Formação Jurídica e Judiciária		Juízes Presidentes e juízes provinciais das jurisdições administrativas, fiscal e aduaneira, Oficiais de justiça do TA e dos Tribunais Administrativos de Província; membros do Governo provincial, administradores distritais, funcionários da Comissão Nacional chefes da UGEA, do DAF, dos Recursos humanos das diversas instituições públicas, professores e alunos	Magistrados do GCCC
	Cabo Delgado	Governo Provincial		
	Cidade de Lichinga	Governo de Provincial		
	Em diversas Escolas Secundárias da Cidade de Maputo			
GPCCN	Direcção Provincial dos Transportes e Comunicação de Nampula, Direcção Provincial das Migrações de Nampula, Cabo Delgado e Niassa , Direcção Provincial de Ciência e Tecnologia de Nampula, Universidade Mussa BIN bique-Nampula, Governo dos Distritos de Angoche,Mongicual, Murrupula, Moma, Cuamba, Monapo, Nacala Porto, em diversas Escolas Primárias e Secundárias		Funcionários das diversas instituições privadas e públicas, estudantes das diversas instituições públicas e privadas.	Magistrados do GPCCN

(Cont.)

GPCCS	Sala de Conferência do Restaurante Mory Luz, Serviços provinciais da Migração, Centro de Formação de Nazaré, Administração Nacional de Estadas - Delegação de Sofala, Direcção Provincial de Trabalho		Comunidade e membros da ONGs, Funcionários das diversas instituições públicas e privadas, funcionários da migração, estudantes bolsheiros da Igreja católica na UCM, funcionários da ANE, professores, alunos e pais e encarregados de Educação,	Magistrados do GPCCS
	Província de Tete	Universidade Pedagógica, Conservatória do Registo, INATTER, DIC, Serviços Provinciais da Migração, ATM, Distrito de Marávia, Distrito de Tsangano		
	Província de Manica	Hospital Provincial de Chimoio, Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia da Cidade de Chimoio, Comando distrital de Gondola, Serviços Provinciais de Migração, Sussundenga		
	Província de Zambezia	Serviços Provinciais de Migração da Zambézia, Distrito de Lugela, Distrito de Gúruè, de Namarroi, distrito de Morrumbala, Cidade de Quelimane		
GPCCI	Distritos de Vilanculos, Massinga, Zavala, Jangamo, Funhalouro e Cidade de Inhambane		Magistrados, funcionários do Estado, estudantes do ensino secundário	Magistrados do GPCCI

(Cont.)

Procuradoria Provincial de Cabo Delgado	Cidade de Pemba, distritos de Ancuebe, Chiúre, Macomia, Quissanga, Balama, Mecúfi, Mueda, Mocímboa da Praia, Meluco, Montepuèz, Palma, Namuno	Formadores e Formandos do instituto de Formação de Professores, Sociedade civil, membros da PRM, funcionários públicos, líderes comunitários, responsáveis dos quarteirões, juizes dos tribunais comunitários, estudantes e professores.	Magistrados do MP
Procuradoria Provincial de Nampula	Em diversos Distritos	Funcionários Públicos, estudantes, líderes comunitários e público em geral	Magistrados do MP
Procuradoria Provincial de Zambézia	Direcção Provincial da Juventude e desportos da Zambézia, sala de reuniões do Governo Distrital de Mocuba, sala de Reuniões de IPAJ-Quelimane, Sala de Reuniões de Hotel Flamingo-Quelimane, sala de Reuniões da OTM-Quelimane, sala de reuniões de IFP-Quelimane, Posto Administrativo de Mulela-Pebane, Posto Administrativo de Naburi-Pebane, Localidade de magiga-Pebane, sala de reuniões do Governo Distrital de Namarrói, Morrumbala, Inhassunge e em diversas escolas secundárias.	Membros da associação de estudantes finalista universitários de Moçambique, membros e pessoal técnico da Assembleia Provincial da Zambézia, membros do colectivo de Direcção da Direcção Provincial da Justiça da zambézia, funcionários públicos, Funcionários presentes na II Reunião Regional Centro do IPAJ, funcionários e formadores do Instituto Industrial e Comercial 1 de Maio de Quelimane, formandos do Instituto de Formação de professores de Quelimane professores e encarregados de educação, membros do governo distrital, autoridades comunitárias.	Magistrados do MP

Procuradoria Provincial de Tete	Universidade Pedagógica, Conservatória do registo Civil, INATTER, DIC, Serviços Provinciais de Migração, Autoridade Tributária, Escola 25 de Setembro de Chifunde	Funcionários públicos, docentes, estudantes corpo técnico e administrativo das diversas instituições, professores, entre outros	Magistrados do MP
---------------------------------	---	---	-------------------

(Cont.)

Procuradoria Provincial de Manica	Hospital Provincial de Chimoio, Serviços de Educação, Juventude e Tecnologia da Cidade de Chimoio, Comando Provincial da PRM, Hospital distrital de Gondola, Escola Secundária de Catandica, Serviços Provinciais das Alfândegas de Manica	Funcionários públicos, membros da PRM , alunos e professores	Magistrados do MP
Procuradoria Provincial de Sofala	Em diversas Escolas Secundárias e Universitarias	Alunos, estudantes, funcionários das escolas	Magistrados do MP
Procuradoria Provincial de Gaza	Em diversas escolas da província, Postos administrativos e localidades	Estudantes, funcionários públicos, líderes comunitários e população em geral	Magistrado do MP
Procuradoria Provincial de Inhambane	EPC Inharrime, EPC Chiticua, EPC Chacane, EPC Inhamumbo, Instituto Agrário de Inhamussua, EPC de Maimelane, Sala de reuniões do Governo distrital, Posto Administrativo de Tomé-Sede, Clube Desportivo de Morrumbene, IMAP de Vilanculos, Escola Secundária de Mucoque, Escola Secundária de Mapinhane	Inspectores de Administração Estatal, Professores, estudantes, funcionários públicos, Gestores da função pública, Membros do Governo Distrital	Magistrados do MP

Procuradoria Provincial de Maputo	Rádio Comunitário de Moamba, Tribunal Administrativo do Distrito Matutuine, Em diversas escolas do Posto Administrativo de Changanane	Funcionários da rádio, funcionários do Tribunal , população dos bairros da vila municipal, chefes de Postos Administrativos, Localidades, dirigentes dos órgãos centrais, funcionários , corpo docente, funcionários e alunos, funcionários de várias Direcções distritais.	Magistrados do MP
Procuradoria da Cidade de Maputo	Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, Direcção da Educação da Cidade de Maputo, Distrito Municipal Ka Tembe, em diversas escolas da cidade de Maputo, 18 Esquadra da PRM	Funcionários públicos, membros do conselho directivo extensivo aos directores das escolas, funcionários da vereação do distrito municipal Ka Tembe, oficiais de permaência e agentes da PIC	Magistrados do MP e Ponto focal do GCCC

Tabela nº 2: Recolha de prova em fase pré-processual

Gabinetes	Indiciação	Pendentes	Entrados	Total	FINDOS			Transitados
					Autuados em processos de instrução preparatória	Remetidos à Procuradoria em razão da matéria	Arquivados	
GCCC	Corrupção	39	25	64	3	1	6	54
GPCCS		37	31	68	14	1	14	39
GPCCN		12	38	50	4	12	10	24
GPCCI		16	40	56	10	3	11	32
Subtotal		104	134	238	31	17	41	149
GCCC	Peculato	5	5	10	1	0	0	9
GPCCS		0	0	0	0	0	0	0
GPCCN		10	20	30	4	0	0	26
GPCCI		3	5	8	2	0	4	2

Subtotal		18	30	48	7	0	4	37
GCCC	Abuso de cargo ou função	0	0	0	0	0	0	0
GPCCS		0	0	0	0	0	0	0
GPCCN		0	0	0	0	0	0	0
GPCCI		5	0	5	0	0	0	5
Subtotal		5	0	5	0	0	0	5
Total		127	164	291	38	17	45	191

Tabela nº 3 – Movimento processual por gabinete – Processos de Instrução Preparatória

Gabinetes	Indiciação	Pendentes				Entradas				Total				FINDOS												Transitados			
														Acusação				Despacho de Abstenção											
														Aguarda p.m. prova				Arquivados											
		Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total
GCCC	Corrupção	0	0	10	10	5	0	27	32	5	0	37	42	4	0	7	11	0	0	0	0	0	0	4	4	1	0	26	27
GPCCS		3	0	2	5	0	0	38	38	3	0	40	43	3	0	22	25	0	0	3	3	0	0	1	1	0	0	14	14
GPCCN		0	0	6	6	1	0	18	19	1	0	24	25	1	0	6	7	0	0	2	2	0	0	3	3	0	0	13	13
GPCCI		0	5	4	9	0	0	13	13	0	5	17	22	0	5	8	13	0	0	0	0	0	0	6	6	0	0	3	3
Subtotal		3	5	22	30	6	0	96	102	9	5	118	132	8	5	43	56	0	0	5	5	0	0	14	14	1	0	56	57
GCCC	Peculato	0	0	10	10	0	0	12	12	0	0	22	22	0	0	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15
GPCCS		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GPCCN		0	0	11	11	1	0	9	10	1	0	20	21	1	0	3	4	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	14	14
GPCCI		0	0	7	7	1	0	4	5	1	0	11	12	1	0	6	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Subtotal		0	0	28	28	2	0	25	27	2	0	53	55	2	0	16	18	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	34	34
GCCC	Abuso de cargo ou funcao	0	0	0	0	0	0	4	4	0	0	4	4	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GPCCS					0				0				0				0				0				0				0
GPCCN					0				0				0				0				0				0				0
GPCCI					0	0	0	10	10	0	0	10	10	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Subtotal		0	0	0	0	0	0	14	14	0	0	14	14	0	0	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
GCCC	Participacao economica ilicita	0			0			1	1	0	0	1	1	0		1	1				0				0	0	0	0	0
GPCCS		0			0	0			0	0	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0	0	0	0
GPCCN		0			0			1	1	0	0	1	1	0		0	0	0	0		0	0	0	1	1	0	0	0	0
GPCCI		0			0	0			0	0	0	0	0	0		0	0	0	0		0	0	0		0	0	0	0	0
Subtotal		0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Total		3	5	50	58	8	0	137	145	11	5	187	203	10	5	68	83	0	0	6	6	0	0	17	17	1	0	96	97

Tabela nº 4 – Processos em conexão com crimes de corrupção por província – Instrução Preparatória

Procuradorias	Pendente				Entradas				Total				Acusação				FINDOS								Transitados						
																	Despacho de Abstenção														
	Aguarda p.m.prova				Arquivado																										
	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total			
Niassa	0	0	0	0	4	0	11	15	4	0	11	15	4	0	9	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Cabo Delgado	0	0	0	0	0	0	35	35	0	0	35	35	0	0	24	24	0	0	1	1	0	0	2	2	0	0	0	8	8		
Zambézia	0	0	12	12	0	0	10	10	0	0	22	22	0	0	11	11	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	10	10		
Tete	0	0	2	2	0	0	17	17	0	0	19	19	0	0	14	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5		
Nampula	0	0	7	7	0	0	0	0	0	0	7	7	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1		
Sofala	0	0	3	3	0	0	5	5	0	0	8	8	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	2	2			
Manica	0	0	5	5	0	0	9	9	0	0	14	14	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	10	10			
Inhambane	1	0	7	8	0	0	3	3	1	0	10	11	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10		
Gaza	0	0	0	0	13	0	12	25	13	0	12	25	13	0	9	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3		
Província de Maputo	4	0	2	6	0	0	9	9	4	0	11	15	4	0	6	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5		
Cidade de Maputo	1	0	8	9	0	3	26	29	1	3	34	38	0	3	20	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	14	15		
Total	6	0	46	52	17	3	137	157	23	3	183	209	22	3	105	130	0	0	2	2	0	0	6	6	1	0	70	71			

Tabela nº 5: Processos em conexão com crimes de desvio de fundos ou bens do Estado por província: Instrução Preparatória

Procuradorias	Pendente				Entradas				Total				Acusação				FINDOS								Transitados			
																	Despacho de Abstenção											
	Aguarda p.m.prova				Arquivado																							
	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total	Arguido preso	Liberdade provisória	Normal	Total
Niassa	0	0	0	0	8	0	13	21	8	0	13	21	8	0	8	16	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	2	2
Cabo Delgado	0	0	4	4	0	0	19	19	0	0	23	23	0	0	19	19	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	3	3
Zambézia	0	0	21	21	0	0	6	6	0	0	27	27	0	0	9	9	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	13	13
Tete	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nampula	0	0	4	4	0	0	8	8	0	0	12	12	0	0	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sofala	1	0	4	5	0	0	3	3	1	0	7	8	0	0	4	4	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	2	2
Manica	0	0	2	2	0	0	10	10	0	0	12	12	0	0	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Inhambane	0	0	10	10	1	0	3	4	1	0	13	14	1	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Gaza	0	0	7	7	2	0	5	7	2	0	12	14	2	0	3	5	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	8	8
Província de Maputo	0	0	11	11	0	0	5	5	0	0	16	16	0	0	9	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Cidade de Maputo	0	0	18	18	0	0	8	8	0	0	26	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	24	24	
Total	1	0	81	82	11	0	80	91	12	0	161	173	11	0	72	83	1	0	6	7	0	0	7	7	0	0	76	76

Tabela nº 6: Evolução do Movimento Processual (Corrupção)

Processos de corrupção							
Ano	Processos tramitados			Acusação	Despacho de abstenção		Julgados
	Pendentes	Entrados	Total		Aguarda Produção de melhor prova	Arquivados	
2007	296	75	371	19	0	25	0
2008	156	274	430	60	0	47	27
2009	151	309	460	112	6	17	21
2010	167	322	489	159	5	10	66
2011	185	323	508	146	7	9	46
2012	167	294	461	171	10	10	64
2013	191	409	600	195	7	21	114
Total	1.313	2.006	3.319	862	35	139	338

Tabela nº 7: Evolução do Movimento Processual (Desvio de Fundos)

Processos de corrupção							
Ano	Processos tramitados			Acusação	Despacho de abstenção		Julgados
	Pendentes	Entrados	Total		Aguarda Produção de melhor prova	Arquivados	
2007	0	0	0	0	0	0	0
2008	0	189	189	91	0	6	32
2009	84	79	163	66	9	21	22
2010	67	93	160	64	2	4	22
2011	90	79	169	68	4	5	35
2012	90	147	237	72	7	5	24
2013	128	148	276	101	8	9	24
Total	459	735	1.194	462	30	50	159

Tabela nº 8: Evolução do Movimento Processual (Corrupção e Desvio de Fundos)

Processos de corrupção							
Ano	Processos tramitados			Acusação	Despacho de abstenção		Julgados
	Pendentes	Entrados	Total		Aguarda Produção de melhor prova	Arquivados	
2007	296	75	371	19	0	25	0
2008	156	463	619	151	0	53	59
2009	235	388	623	178	15	38	43
2010	234	415	649	223	7	14	88
2011	275	402	677	214	11	14	81
2012	257	441	698	243	17	15	88
2013	319	557	876	296	15	30	138
Total	1.772	2.741	4.513	1.324	65	189	497